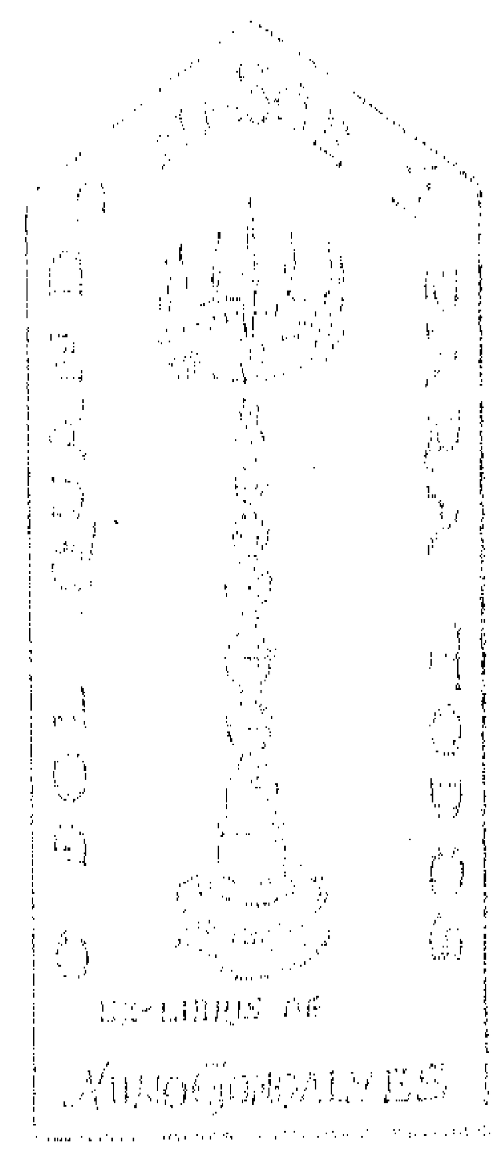
# Portugal nos Mares



*1.ª edição . . . . . . . . . 1924*
*2.ª » . . . . . . . . . 1954*

Composto e impresso na Imp. LUCAS & C.ª
Rua do Diário de Notícias, 61 — LISBOA

OBRAS COMPLETAS
DE OLIVEIRA MARTINS

# PORTUGAL NOS MARES

II

*LISBOA*
GUIMARÃES & C.ª EDITORES
1954

# ADVERTÊNCIA

*Quando da publicação póstuma das* Cartas Peninsulares *(1895), meu Pai, o Dr. Guilherme de Oliveira Martins, precedeu-as de um esboço biográfico do autor.*

*Nesse mesmo ano publicou «Os Últimos dias de Oliveira Martins», comemorando o primeiro aniversário do falecimento de seu irmão (24-8-1895); tendo em vista, como diz, na pequena advertência com que precedeu a sua narrativa, «honrar a sua memória e fornecer bases seguras, aos que quisessem, de futuro, ocupar-se da sua vida e das suas obras».*

*Mais tarde, em 1902, fundou o prémio escolar «Oliveira Martins» nas oficinas de S. José de Lisboa, tendo sido, nessa mesma data, inaugurado o retrato deste distinto homem de letras na oficina de marcenaria deste estabelecimento de ensino.*

*Publicou o* In Memoriam *em que colaborou o Ex.mo Senhor Dr. Jaime Magalhães de Lima,*

*amigo de meu pai e grande admirador de Oliveira Martins, e em cuja introdução elucidativa se lê: «Será pois o produto desta edição destinado a adquirir um modesto capital, cujo rendimento se transformará em uma ou mais ferramentas que devidamente marcadas, constituirão o prémio Oliveira Martins...» Em 1910, com a mudança do regime, este estabelecimento modelo foi obrigado a encerrar, deixando, como é de ver, de ser distribuído este prémio.*

*Em 1915 teve conhecimento de que uma pequena associação de rapazes do Liceu Pedro Nunes tomara o nome de seu Irmão. Pensou em formar um novo prémio escolar. Expondo o seu plano ao então reitor, S. Ex.ª concordou e o prémio foi instituído, tendo meu Pai escrito um discurso que não pôde pronunciar por motivos alheios à sua vontade, e que publicou num pequeno folheto, que particularmente distribuiu. Este prémio ainda hoje se distribui.*

*Em 1916, teve conhecimento, também, da fundação da «Escola Comercial Oliveira Martins», criada pela Associação Comercial do Porto, tendo então instituído um novo prémio «Oliveira Martins» que também ainda hoje se distribui.*

*Em 1919, colaborou no Almanaque Ilustrado da Parceria António Maria Pereira, produzindo um artigo intitulado «Oliveira Martins».*

*Neste mesmo ano de 1919, por iniciativa da viúva de seu Irmão e com o seu auxílio, inaugurou na casa da Calçada dos Caetanos, n.º 30, casa*





*onde Oliveira Martins faleceu, uma lápide comemorativa do 25.º aniversário da morte do ilustre publicista. — Mais uma vez meu Pai falou acerca de seu Irmão, com palavras de profundo sentimento.*

*Publicou então um outro folheto, intitulado «Lápide Oliveira Martins».*

*Nessa lápide lêem-se as seguintes palavras:*

NESTA CASA FALECEU
A 24 DE AGOSTO DE 1894
O ILUSTRE HISTORIADOR PORTUGUÊS
JOAQUIM PEDRO DE OLIVEIRA MARTINS.
BEM SERVIU E HONROU A SUA PÁTRIA
A SUA MEMÓRIA DEVE SER ABENÇOADA.

*Fazendo a resenha de todas as comemorações e demonstrações de afecto, quer de minha tia, D. Vitória de Oliveira Martins, quer de meu Pai, eu quero salientar-vos, Ex.mos leitores, quanto pôde a dedicação, a estima e o reconhecimento daqueles que em vida de Oliveira Martins, lhe foram queridos, e devedores, e que após a sua morte jamais o esqueceram.*

*Findaram por aqui as manifestações de apreço, tanto de minha tia, como de meu Pai, pois que Deus os chamou à sua presença (2-9-921 e 17-10-920).*

*Morreram santamente e cristãmente, como santa e cristãmente viveram, prodigalizando o bem.*

*Quando do falecimento de meu Pai, um seu*

*amigo, o Director do Instituto de Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina de Lisboa, E. E. Franco, escrevia na* Medicina Contemporânea:

*«Sob muitos pontos de vista pelas qualidades de alma, ele pode ser comparado a Joaquim Pedro, dele se pode dizer o que ele próprio dizia do grande Irmão: «Na nossa memória vive como um justo, um bom, um humanitário». A ele se aplicam as palavras da lápide comemorativa de Joaquim Pedro de Oliveira Martins «a sua memória deve ser abençoada».*

*Hoje, quis o destino, que desconhecido e inexperiente, educado nesta escola que pretendo seguir — a do reconhecimento — vos venha apresentar modestamente uma das últimas obras de Oliveira Martins —* Portugal nos Mares, *volume II.*

*Apresentando-vos esta obra eu queria ter expressões solenes, para vos demonstrar quão grande é a minha alegria em suceder, ainda que modestamente, a paladinos tão devotados de uma causa tão nobre e justa — a exaltação dos nossos.*

*Não me compete a mim, nem para isso teria conhecimentos nem valimento, um estudo, uma ideia sequer, acerca do homem eminente, que aos outros cabe estudar e discutir; apenas me compete seguir a linha de conduta que meu Pai iniciou — elucidar-vos no que o conhecimento íntimo do historiador vos possa interessar.*

*Estranho será para quem esta obra ler, o seu*





*aparecimento, 29 anos após a morte do seu autor, porém a explicação é simples. Oliveira Martins morreu e o seu gabinete de estudo ficou tal qual estava; no sossego daquele gabinete, nós teríamos a ilusão de que o escritor saíra e de que voltaria breve — ninguém ali tocou. Neste silêncio de morte decorreram 27 anos, desde a morte de J. P. de Oliveira Martins até à da sua viúva (1894 a 1921).*

*Foi quando da remoção da biblioteca, que por determinação testamentária foi entregue às Missões Ultramarinas, que encontrei este trabalho compilado por meu Tio.*

*Apressei-me em tratar da sua publicação, coadjuvado pela Parceria António Maria Pereira, que tanto se tem interessado pela obra de Oliveira Martins, pretendendo não sòmente engrandecer a obra do escritor, mas também fornecer mais elementos, elementos valiosos, aos investigadores ilustres do passado glorioso da nossa Pátria.*

*Apresentadas as razões explicativas do aparecimento desta obra póstuma, tristemente volvo o meu olhar sobre o campo santo, onde dormem, para sempre, o que me deu o ser, em campa rasa, humilde, como humilde quis passar a vida inteira. Em vetusto monumento, Oliveira Martins — o sábio — a sua mulher, e a sua mãe.*

*Sobre a campa se ergue vulto estranho de mulher — é a História — nas mãos sustenta um livro aberto — e o livro?*

*Talvez o do destino dum povo que o sábio tristemente profetizou.*

*Lágrimas tem nos olhos o vulto estranho, lágrimas de tristeza pelo presente, que o seu olhar mudo contempla, lágrimas de saudade pelo passado.*

*Sentinela vigilante dos mortos, guarda os restos dos que foram... mas será lícito ainda caminhar além?... a alma não morre, nunca se extingue, será dado ao lutador que passa, olhar lá desse mundo desconhecido o que vai por este? Por certo não, porque se assim fora, a morte não seria o repouso dos que lutaram, seria a continuação incorpórea, disto que somos em vida e deixaria a face pálida do moribundo de ser a expressão do eterno repouso em Deus.*

*A advertência está finda — 29 anos passaram já, que o evocador do glorioso passado de Portugal se finou, porém, mais uma vez vamos ver o seu poder de mágico ressuscitador, reviver o passado, levantando os mortos dos seus ataúdes, revivendo as caravelas do Infante de Sagres, soltas as suas velas ao vento, descendo o Tejo, que eu vejo além correr sereno, cantando a sua eterna canção de saudade, com as suas margens banhadas de infinita luz. 29 anos passaram ainda que se finou o crítico audaz, do Portugal Contemporâneo, condenando um passado cheio de aventuras cruéis que definharam e enfraqueceram a nação portuguesa. 29 anos passaram ainda que o trabalhador incansável pretendeu bem servir a nação empo-*





*brecida; porém morreu, e a sua obra não frutificou. Deus permita que, de futuro, os seus exemplos de trabalho frutifiquem, resolvendo assim o problema gravíssimo da crise nacional que de há tanto se arrasta, definhando e apoucando o Portugal de outrora.*

*Lisboa, 17 de Janeiro de 1924.*

**Francisco d'Assis d'Oliveira Martins**

I

# ATENEO DE MADRID

## Navegaciones y descubrimientos de los portugueses anteriores al viaje de Colón

Conferência lida no dia 24 de Fevereiro de 1891

SEÑORES

De todo corazón agradezco la honra que el Ateneo me dispensa eligiéndome para narrar á esta Asamblea ilustre lo que fueron las navegaciones portuguesas anteriores al viaje de Colón. Quiso el destino que Portugal rehusase los ofrecimientos y resistiese á las tentaciones del gran navegante que dió á Castilla las Américas ¿quién sabe? para que en esas propias Américas, simultáneamente labradas por nosotros, estos dos pueblos hermanos apareciesen también vecinos y también hermanados por los vínculos luminosos que los enlazan sobre los pedestales de la Historia.

Cuando se observa, señores, el contorno de la Península hispana delineando un cuadrado casi perfecto, y en ese cuadrado la zona portuguesa que bordea, aunque incompletamente, la faz occidental, desde luego se comprende como los pueblos de la España, separados en varios reinos, que al fin vinieron á fijarse en dos, representan en el mundo uno solo y igual pensamiento, una sola y soberana acción.

Ese pensamiento y acción se realizaron en los descubrimientos ultramarinos, que también esta-

ban indicados como destino á las naciones poseedoras de la Península extrema del occidente europeo. Cualquiera que fuese el carácter psicológico de esos pueblos, el hecho físico de su localización litoral, determinaria la naturaleza de su papel histórico. Asi es que vemos á los frisios y á los jutes, ramos de la familia germánica, tan diversa por temperamento de la española, concurrir con ella en la exploración ultramarina, por lo mismo que también les fué destinado en Europa un lugar litoral sobre el Mar del Norte.

Pero si la fuerza de las cosas así impelia á las naciones peninsulares, no por eso cada una dejaba de colaborar en la obra común con sus dotes y cualidades peculiares. Mientras el castellano iniciaba de un golpe su empresa, rasgando de parte á parte el Océano en esa aventura genial de hace cuatro siglos, nosotros los portugueses ibamos pausada y pacientemente á lo largo de las costas africanas ó de isla en isla, en ese propio mar que Colón surcó como un rayo, caminando paso á paso, avanzando siempre, c on una audacia tan perseverante como prudente.

Un mismo destino, un mismo norte, una única ambición nos movía, no obstante, á ambos: era la India. Y cuando cada una de las naciones peninsulares halló sus Indias, el carácter del dominio, la naturaleza de la ocupación y las fisonomias de los héroes de ambos países, siempre iguales en el espíritu proselítico, siempre idénticos en la acción dominadora, encuentran, sin embargo, fórmulas diversas con que se acentúan de un modo imposible de confundir.

Y todavia, de cualquier forma, con la candi-





dez y con la audacia, con férrea violencia, y con tenacidad de bronce, con el amor y con el imperio; cada cual con sus dotes propios, caminábamos ambos á un destino común, colaborando en una idéntica empresa, coronándonos recíprocamente con una aureola de gloria que marcará en todo y siempre, mientras haya memoria de hombres, nuestros pasos por el teatro infinito de los siglos.

## I

Señores: Ya nadie hoy se atreve á suponer que hechos tan considerables como fueron las navegaciones portuguesas de los siglos XIV y XV pudiesen brotar abruptamente de los planes y del genio de un hombre, aunque ese hombre fuese, como fué, grandemente heroico el infante D. Enrique. La señal de los héroes es la intuición con que sienten y perciben pulsear el alma de un pueblo, y encarnándola en si, se vuelven como símbolo nacional. Por tal motivo, mucho tiempo pasaron por creadores.

No es así. El viejo aforismo *ex nihilo nihil*, en punto alguno se demuestra más exacto que en éste; y asi es que, antes de acercarnos nosotros á la figura grandiosa del infante D. Enrique, hemos de estudiar con minuciosa paciencia el desenvolvimiento colectivo y obscuro de los elementos con que pudo y supo levantar el edificio de gloria suma de toda la España, porque fué de ese nido de águilas plantado en Sagres que salieron todos, absolutamente todos los navegantes peninsulares.

En los períodos crueles de casi completa anarquia y de un decaimiento universal de las fuer-

zas y de la riqueza de la España romana, sus costas y sus puertos eran constantemente asolados por los piratas que en el mar repetian los robos de la gente de armas en tierra. Los vikings normandos descendían de los mares del Norte y venian á rodear España (1), siendo el terror constante de la playa galaico-lusitana. Pasando

(1) A primeira descida dos *vikings* normandos às costas da Espanha data de 844. São os escritores árabes que dela nos deixaram notícia: três cronistas, Ibn-al-Kutia que morreu em Córdova em 977, Ibn-Adhari que escrevia também na capital árabe da Espanha pelo mesmo tempo, e Nowairi, três séculos posterior.

O primeiro autor conta como os *Madjus*, assim os árabes denominavam os piratas normandos, depois de saquearem os arrabaldes de Lisboa, tinham ido até o Guadalquivir, fazendo incursões depredadoras nas veigas da Andaluzia, contra Córdova, contra Moron, contra Sevilha que tomaram sendo a custo repelidos e obrigados a reembarcar. V. o texto de Ibn-al-Kutia, em Dozy, *Rech. sur l'hist. et la litt. de Esp. pendant le Moyen Age*, Leide, 3.ª ed. 1881, ap. XXXIV, do ins. de Paris, *anc. fonds*, n.º 706, fl. 26 r. 27 v.

O segundo autor conta como chegando a Córdova aviso do desembarque dos normandos em Lisboa, chegou logo a notícia da perda de Sevilha. Traziam os *Madjus* oitenta navios e «dir-se-ia que tinham coalhado o mar de aves cor de sangue, como tinham enchido o coração dos homens de apreensões e angústia». Tinham desembarcado em Cádis e subido até Sevilha que cercaram, tomaram de assalto e saquearam. Depois de vários acidentes, os árabes conseguiram dominar a invasão exterminando parte dos *Madjus*, matando-lhes o chefe, e queimando-lhes cinquenta navios. Os restos da expedição largaram, fugindo, por mar. Durara quarenta e dois dias o episódio.

O terceiro dos cronistas árabes não adianta aos anteriores, senão em dizer que um troço de normandos veio reunir-se aos restos da expedição em Lisboa, pelo caminho de Faro e Beja. De Lisboa os navios restantes partiram não havendo mais notícia deles. Fabricius, *La pr. inv. des normands, etc. Mem.* do Congr. Or. 1892, Soc. Geo. Lisboa.





más allá é internándose por el mar del Calpe en el Mediterráneo, iban hasta la región del Pireneo austral, á establecer allí ese estado efímero, cuya historia Dozy sacó de las crónicas árabes (1).

Á los normandos se unieron los árabes vecinos, desde que, á partir del siglo VIII, la espada victoriosa de Alfonso I expulsó á los moros para el sur del Vouga, y claro es que en tales condiciones, ni la pesca, ni el cabotaje, esos dos primeros rudimentos de la navegación, podian medrar. Es lícito afirmar sin recelo que, tomando este momento como punto de partida, asistimos al primitivo desarrollo del movimiento que nos ha de dar como expansión culminante, los viajes épicos de Colón, de Gama y de Magalhães.

El primer momento de la reacción, la primera *simiente*, la vemos cuando, reconquistada la Galicia y con ella Oporto, el Obispo de Compostela, Diego Gelmires, inicia la organización de fuerzas navales que resistan á la piratería de los moros, asoladora en toda la costa, desde Sevilla hasta Coimbra, *ab Hispali usque ad Cohimbriam*, como dice la *Historia Compostelana* (2). El obispo Gelmires contrató genoveses porque los italianos ejercian en esas épocas el papel que en la antigüedad los griegos y los fenicios habian tenido. Eran los hombres de mar, conocedores de sus secretos, domadores de sus caprichos. Eran los pilotos que habían, á través del Mediterráneo, llevado á buen puerto la primera cruzada en el año de 1096. Eran, como la crónica dice, *optimi*

(1) *Rech. etc.*, II, 271 e seg.
(2) I, 103, II, 21 e 75, III, 28.

*navium artifices, nautœque peritissimi* [1]: eran los primeros marineros y constructores navales.

Efectuada la separación de Portugal, consumada la conquista de la línea del Tajo, y después del Sado, con la toma de Lisboa y de Alcacer, la nueva monarquia portuguesa, desde sus primeros momentos, reconoce que, habiéndola cabido en el reparto la zona litoral del occidente hasta el Algarve, esto es, hasta donde esa zona termina, su fuerza, su destino y la primera urgencia era poseer una marina [2], no para defensa solamente, como la del Obispo de Compostela, sino también para consumar la reconquista en

(1) *Hist. Compostel.* II, 75. O bispo Gelmires deu o comando das galés *quas vulgus galleas vocal*, ao pisano Fuxon. Em 1169 há em Vigo cinco vasos de guerra equipados (*Esp. sagr.* XXII, doc. IV, p. 93). No Minho *per quod Sarraceni et Normani frequentius solebaut entrare (Ibid.* doc. II, p. 250) faziam-se também armamentos. «Ipse rex (Ordoño II) *excitabit naves* in Portugal cum suos comites lucido uimarani et roderico luci eremitam uisitare ipsum episcopum». (*Port. mon. hist. dipl. et ch.* doc. XXV). Se no Minho as incursões de piratas eram mais frequentes, no Douro não deixavam reconstruir o Porto. E quando no fim do X século, Almançor fez a sua campanha de Compostela, *gaswât* fulminante que assolou todo o Noroeste da Península, ao mesmo tempo que o seu exército subia de Coimbra por terra, uma esquadra de galés vinha de Alcácer do Sal (que então não tinha ainda o seu nome português e se chamava Kassr-el-fetah, o castelo-da-porta) assaltar o Porto, destruindo-o mais uma vez.

(2) Logo do tempo de Afonso Henriques, as crónicas rezam das façanhas de D. Fuas Roupinho que bateu os mouros no Cabo de Espichel, correndo a costa até o Algarve e indo aportar a Ceuta. D. Sancho I manda à conquista de Silves quarenta galés portuguesas de conserva com as cinquenta de cruzados ingleses, flamengos, alemães e dinamarqueses (1180); em 1250 D. Afonso III põe cerco a Faro e a tão falada expedição de Sevilha é de 1266.





la parte meridional del reino. Así el destino necesario del pueblo portugués se acentuaba pronto en las condiciones de su emancipación política, al mismo tiempo que las Cruzadas, restableciendo la navegación internacional de los mares del Norte hacia el Mediterráneo, y viceversa, mostraban la importancia excepcional de los dos grandes puertos de la costa portuguesa: Oporto y Lisboa.

Vese, pues, señores, que aunque no hubiese aún marina militar organizada; aunque los cruzados y sus armadas fuesen nuestros auxiliares constantes, ya también por mar se iba repitiendo la lucha duramente peleada en tierra. ¿Y como podria suceder esto, si no hubiese ya en las ciudades y villas marítimas uma población activa y barcos numerosos? Los había, y ya en frente de la costa lusitana los pescadores singlaban en el mar, y ya las comunicaciones entre los varios puertos eran frecuentes. En Oporto pescaban la ballena, que aun entonces habitaba nuestros mares; en el Algarve pescaban el coral, y el atún en armazones de almadrabas construidas por maestros sicilianos y genoveses [1]. Estas pesquerias de Lagos fueron el principal vivero donde, un siglo después, el infante D. Enrique reclutó el personal de sus expediciones.

Era natural, por tanto, que los reyes de nuestra primera dinastia quisiesen consolidar en el mar una fuerza que ya entonces, después de

(1) V. sobre as pescarias o tom. I, p. 233-254. Os *dizimos do mar* são já mencionados no testamento de Afonso III: «Et dizimas omnes *tam maris* quam terrae, etc.» — Sousa *Hist. Geneal. Provas*, I. Cf. sobre o comércio marítimo nacional, em J. P. Ribeiro, *Diss. cron. e crit.* doc. de 1253 (E 1291) do Arq. Nac. III, ap. n. 21, p. 59.

consumada la reconquista, era completa en tierra. Habia colonias de pescadores y marineros, habia barcos, habia mar; pero faltaba quien en ese mar supiese navegar y combatir, y quien supiese construir navios.

Para la defensa y colonización de la tierra habian los reyes multiplicado las donaciones á naturales y extranjeros, llamando las ordenes monásticas militares internacionales y repitiendo los señorios hereditarios. Pero el mar no habia quien lo defendiese y explorase; y la idea de repetir sobre él lo que se practicaba sobre la tierra, debia ocurrir obviamente. Había que conceder la frontera del Océano.

Fué lo que se hizo, en tiempo del rey D. Dinis, contratando el almirantazgo, como entonces se decia á la moda árabe, con el genovés Pessaña [1], Dos siglos después, el Rey de Portugal repetia lo que hiciera el Obispo de Compostela, Gelmires.

Y así como á la sombra de las ya remotas medidas defensivas vimos nacer y crecer la vida

(1) 1322 V. os termos do contrato em Sousa, *Hist. Geneal. Provas* I. O primeiro é de 1317 (E 1355) reduzido a escritura em 1322 (E 1360). Cf. Severino de Faria, *Not. de Port.* II, § 13. Encontra-se também o contrato na *Mon. lusitana*, v, 12. O almirantado reproduzia, para o mar, os termos ordinários das doações de condados e fronteiras. Era hereditário. O almirante obriga-se a ter sempre vinte marinheiros genoveses, pelo menos; e o rei obriga-se a não o mandar sair dos portos com menos de três galés. Do Papa obtém o almirante o dízimo dos rendimentos eclesiásticos por três anos para subsídio da criação da marinha de guerra portuguesa. As galés dos Pessagnas, isto é, as armadas portuguesas, começaram a figurar nos mares protegendo contra os piratas as naus dos mercadores e as barcas dos pescadores. Assim como os contingentes das tropas nacionais apareciam nos exércitos onde se congregava a gente espanhola contra





del litoral, así ahora vemos esparcirse rápidamente las navegaciones. Hay ya en Oporto un comercio activo con la Flandes; ya se envia sal á Francia. Celébrase el tratado que Lisboa y Oporto pactan, por cincuenta años, con Eduardo III de Inglaterra para la pesca en los mares de los dos países [1]. Se mandan plantar las dunas de la costa, creándose el vasto pinar de Leiria, aun hoy propiedad nacional, para abastecer los arsenales ó *taracenas* establecidas, tanto en Lisboa como en Oporto.

Y entre las varias empresas navales, de estos tiempos hay una que muy especialmente llama nuestra atención. Es la que por dos veces, en los tiempos del rey Alfonso IV, se extendió en el mar hacia el Sur en demanda de las Canarias. Es este el primer viaje de descubrimiento, si es que acaso el conocimiento de la existencia de las Canarias alguna vez se llegó á obscurecer del todo. Sabemos de esa expedición, ó por lo menos de su proyecto, por la carta del Rey de Portugal á Clemente VI.

os mouros, como sucedera no dia do Salado, assim também as armadas portuguesas, nas expedições de 1340 e 1342, de conserva com as de Castela e de Génova impedem a passagem dos mouros que, pelo estreito de Gibraltar, pretendiam ir contra Algeciras. Em 1364 a armada portuguesa vai em auxílio de Pedro o Cru de Castela contra o aragonês; e em 1369, na guerra de Castela, a bordo das nossas galés comandam Pessagna e Grimaldi, a bordo das castelhanas comanda Bocanegra.

Dentre todas as expedições navais dirigidas e comandadas pelos Pessagnas as que mais particularmente interessam ao assunto são as viagens de 1336 e 1341, no tempo de Afonso IV às Canárias, de que noutro lugar tratamos.

(1) V. Orden. aff. IV, 5; o tratado de Ed. III, nas *Mem. da Academia* de Lisboa IV, 330 n. 6, também Lobo, *Mem. Econ.* IV, p. 332 e seg.

Y para concluir esta primera parte de nuestro discurso, ya que asistimos al desenvolvimiento embrionario de la marina portuguesa, réstanos ver ahora lo que era Portugal marítimo en la época inmediatamente anterior al período de las navegaciones.

Por los datos conocidos del tiempo del rey D. Fernando, el tráfico marítimo de Lisboa no debia bajar de 250 á 300 mil toneladas. Era ya un gran puerto comercial. Era ya una gran ciudad de muchas y desvariadas gentes, como dice Fernán Lopes. Había allí *estantes* y residentes de varias tierras y casas comerciales de multiplicadas naciones: genoveses, lombardos, aragoneses, mallorquines, milaneses, corsos, vizcaínos, disfrutando privilegios y exenciones de que los reyes no eran avaros. Los navíos iban y venian de Lisboa á Inglaterra, á Italia [1] cruzando por el mar del Norte y por el Mediterráneo, llevando los productos agricolas nacionales y trayendo tejidos y manufacturas.

Ahora bien; cuando nosotros pensamos, señores, en los horizontes nuevos que, por un lado las Cruzadas, por otro y principalmente el contacto íntimo con los moros, en la larga epopeya

(1) Nos *Atti della Soc. Ligure di Storia Patria* (vol. XXIII, 2) publicou o sr. Peragallo o traslado do tratado de paz de 25 de Outubro de 1370 celebrado entre a Senhoria de Génova e o rei de Portugal, D. Fernando. O conflito nascera do apresamento de certos navios *capte et arrestate fuissent quedam cocha sive carracha* genoveses pelas naus de Portugal, e tendo D. Fernando rompido a sua primeira guerra com Castela necessitava, não só de evitar que as galés de Génova fossem ajudar o inimigo, como que o auxiliassem a ele próprio, como sucedeu. Para esta guerra, o rei «deitou ao mar uma esquadra de trinta naus grossas e vinte





de la reconquista, abrieron al instinto del comercio; cuando sabemos como los árabes habían llenado la España de ricos productos del Oriente, y que el lujo de las cortes moriscas de Sevilla y Granada era imitado en las cristianas; cuando observamos el pensamiento definido de fomentar el comercio marítimo, y cuando asistimos á la creación de la marina nacional, no podemos dejar de ver en todo esto los impulsos aun indefinidos, aun inconscientes, para un destino que está próximo á florecer nitidamente en el espíritu heroico del infante D. Enrique, encarnación del alma portuguesa.

Es de fines del siglo XIV la legislación naval del rey D. Fernando, cuerpo en el que encontramos punto por punto instituciones á que hoy vuelven las naciones que están al frente de la marina del mundo: tanto es verdadero el dicho salomónico, al que es menester aumentar que la razón crítica nada descubre que la espontaneidad plástica del instinto no tuviese anteriormente adivinado.

La legislación del rey D. Fernando incluye la franquicia del abanderamiento, para sustituir,

e oito galés, todas portuguesas, com mais quatro galés de Génova que tomou el-rei a soldo a um mercador Rainel Grimaldo, os quais... haviam... de correr o mar de Sevilha». (*Mon. Lus.* VIII; liv. 22; e 15, p. 108). O rei de Portugal restitui portanto as presas feitas, liquida as indemnizações, sela-se a paz entre Portugal e Génova que se compromete a não dar *auxilium, consilium vel favorem dicto domino Eurico* (Henrique I de Castela) *cum personis, armis, remis, galeis, seu aliis qui buscumque navigiis ad soldum, nec alio modo cuntra guerram presentem, etc.*, conforme estava sucedendo desde o ano anterior (1369) em que nas frotas castelhanas apareciam as galés de Bocanegra.

á los textos de las viejas crónicas, los términos de los presentes días. Instituye los premios de construcción y navegación, siempre que los navíos obedezcan á ciertas reglas que permitan armarlos en guerra, evitando así al Tesoro el onus y á la nación el peligro de los fletes de navíos extranjeros. Crea la estadística naval y la inspección técnica, para evitar las averias y naufragios. Establece, por último, en Lisboa y Oporto, dos Bolsas marítimas, ó asociaciones de armadores, que funcionan como sociedades de seguros mutuos.

Yo quería, señores, exponer al detalle los rasgos particulares de esta legislación fernandina, ya porque su influencia en los destinos ulteriores de la nación es indudablemente enorme; ya porque, exponiéndolos, se veria cuanto la Historia se repite y como las instituciones á las que los pueblos marítimos de hoy van á buscar amparo y protección son exactamente idénticas á las que en el siglo XIV dieron á la marina portuguesa el vigor necesario para emprender sus grandes hazañas. No me permite, no obstante, el tiempo, ni el lugar, entrar en los pormenores de leyes de las que apenas expuse el pensamiento sumario.

Sí, los Reyes eran banqueros y legisladores fecundos en séntido proteccionista; eran más todavia. Eran, á la manera de los principes italianos, comerciantes, reservando para si propios la exclusiva de ciertos géneros.

Y, por otro lado, los armadores estaban obligados á equipar en guerra sus navíos cuando el provecho común así lo reclamase. De la misma forma que los contingentes de los concejos y las mesnadas de los hidalgos tenían que ir á la





hueste ó llamada, cuando, declarada una guerra, el rey los convocaba: así también las flotas de los armadores tenían que acudir al llamamiento del soberano en la hora del peligro. Y, armados en guerra, las presas que hiciesen eran repartidas entre la Corona y los armadores.

Ahora bien: así como vimos, en la franca expansión del comercio marítimo, la determinación aun indefinida del destino reservado á los portugueses, así también hemos de ver, en los perfiles que acabamos de observar, el rudimento de algunas de las formas que nuestra exploración colonial adquirirá. La exclusiva de ciertos géneros con que en el siglo XIV los reyes negocian, transformase en los monopolios posteriores; y el sistema del armamento en corso y del reparto de presas será, en un porvenir que ya sale fuera de los limites de mi estudio, el tipo del dominio y saqueo de los mares de la India por la caza de las embarcaciones de los moros.

Llegamos, señores, al momento crítico de definirse, en el pensamiento del infante D. Enrique, el destino de la nación portuguesa. Ese pensamiento, como acabamos de ver en este largo y obscuro camino, no podria formularse si no le precediese la construcción natural y espontánea de una fuerza deducida de las condiciones geograficas. Esa fuerza es la marina, comerciante y combatiente.

Atemperada la nación en la dura crisis con que fundó su dinastia de Avis, sanadas rápidamente las heridas profundas, Portugal aparece triunfante, batiendo á las puertas del Mediterráneo con la mayor escuadra que aun España viera para efectuar la conquista de Ceuta.

*Alea jacta est:* la suerte está lanzada, el destino de la nación está definido. Subiendo á los muros de Ceuta el infante D. Enrique

> ... con sola su rodela
> y una espada, enarboló
> las quinas en sus almenas.

De lo alto de esas almenas extiéndesele la vista hacia el mar de un lado, hacia la vastedad inmensa de las tierras que el Atlas, del otro, esconde. Hállase entre dos interrogaciones infinitas [1]; dos páramos lejanos, sobre los que lanza el largo vuelo de su pensamiento: uno es el mar tenebroso de los árabes; otro el Preste Juan de las Indias [2].

## II

Volvió de Ceuta el Infante con informes más abundantes y exactos acerca de esa Etiopia, en los confines de la cual habitaba el Preste, señor de las Indias. ¡No dudaba que desde Marruecos se pudiese llegar hasta ahí! Supo como las caravanas de Túnez iban á Timbocotu y a Cantor en la Gambia [3].

Volvió de Ceuta con la idea firme de conquistar Marruecos por la fuerza de las armas, y el

(1) V. o Apend. A: *A geogr. no começo do XV século.*

(2) V. o Apend. B: *A lenda do Preste João nas crón. portuguesas.*

(3) Havia então um vasto comércio, tratado por caravanas, entre os reinos de Gana, de Tekrur, de Takedda, de Bornu, de Kanem, e sobretudo de Melli, com as cidades de Kuku, no Joliba, de Kabra, de Timbocotu. Outrora as relações do alto Níger com a Espanha tinham sido intensas, quando os árabes, imperando na nossa península, estendiam





mar vencerlo por la fuerza de embestidas audaces y pacientes. Era un hombre tenaz, reservado, místico. El Rey, su padre, le dió después de Ceuta el ducado de Viseu y el maestrazgo de la Orden de Cristo, disponia, por tanto, de rentas propias para llevar adelante su lucha con el mar. Al Rey cabía no desmayar en la campaña contra Marruecos.

Fué á instalar-se en un punto extremo de la costa occidental, junto al cabo de San Vicente. Era el lugar adecuado por ser el más próximo de esa costa africana, para la que se volvió su esperanza. El establecimiento de Sagres no tuvo seguimiento, pues Lagos en el Algarve, donde había mejor puerto y un centro de marineros versados en la pesca, se tornó de hecho el centro de nuestras primeras navegaciones, para después ceder el lugar á Lisboa, cuando, al expirar el siglo XV, estaban trazados los grandes viajes. El establecimiento de Sagres, hasta por no vencer, fué, no obstante, señores, como la cuna de los que tuvieron en Lisboa su trono: ahí se amamantaron todos, absolutamente todos los navegantes, y no sólo los nuestros, porque también vuestro gran Colón vino primero á aprender en la escuela portuguesa, conforme veremos luego.

Persiguiendo su empeño, el Infante, señores,

a sua influência até o Sudão Ocidental. Escrevia o granadino Leão-Africano, ao tempo do infante, que arquitectos árabes de Granada tinham ido construir a mesquita de Timbocotu e o palácio real, únicos edifícios de pedra da cidade. Ibn-Batuta diz haver na mesma cidade o sepulcro do célebre poeta granadino Abu-Ishac-es-Sabili, aí falecido. Ulil, que era então o grande empório do comércio do sal, identifica-se ora com a baía de Arguim, ora com as bocas do rio Grande, já em plena Guiné. Todas estas informações deviam ter chegado em Ceuta ao conhecimento do infante.

iba nuevamente á pedir auxilio á los marineros mediterráneos. Su pensamiento no es ya crear la pesca ni el cabotaje; su idea no es aumentar la fuerza de las escuadras; y si en la población marinera tiene el instrumento adecuado para la realización de sus designios, ve faltarle um elemento indispensable para los viajes singulares de descubrimientos. Necesita hombres que sepan los secretos del arte de la navegación, y solo el Mediterráneo se los puede dar.

Se propuso aplicar á la vastedad del Atlantico los procedimientos náuticos usados por los italianos, catalanes y baleares en el Mediterráneo, y así hizo venir á Sagres al cartógrafo Jaime, de Mallorca (1), hombre, al decir de los cronistas, y es de creer, muy docto en el arte de navegar y en el de *diseñar* cartas y construir instrumentos náuticos (2). También por esto en la casa

(1) V. o Apend. C. *Mestre Jaime, o maiorquino.*

(2) As cartas eram esses portulanos que hoje as bibliotecas guardam como preciosidades históricas. No afã indiscretamente generoso de aumentar a glória do infante D. Henrique, chegou-se a atribuir-lhe a invenção das cartas geográficas. Não carece de glórias imaginárias quem, no alcance e vastidão do seu pensamento, tem o maior título ao agradecimento dos homens. Basta recordar os nomes de Eratóstenes, de Hiparco, de Marino de Tiro, para vermos a falta de fundamento da alegação. E muito antes do infante nascer, já havia cartas náuticas com projecção cilindrica, em que, por conveniência da navegação os meridianos se consideravam paralelos. A carta de 1413 que ainda em 1802 existia no mosteiro dos cartuxos do Vale de Cristo, perto de Segorbe, em Valência, e que Navarrete, na sua *Hist. de la Nautica* afirma ser apenas uma repetição da terceira folha do atlas catalão de 1375, por vezes citado, é uma prova irrefutável da falta de fundamento com que os panegiristas atribuíram ao infante essa descoberta.

A representação cartográfica da Terra em planisférios ou atlas, quais são os que nos legaram os séculos XIV e XV era inconveniente para os nautas que sentiam a necessidade de





del Infante, como su caballero, vemos como primer descubridor al genovés Palestrello ó Perestrello, el que fué suegro de Colón, otro hijo de Génova igualmente. ¿No hay razón para decir que los pilotos mediterráneos de Pisa, de Génova, de Venecia, de Barcelona y de Mallorca, fueron los instrumentos de que se valió nuestra idea, tanto á portugueses como á castellanos, para realizar la gran obra de los descubrimientos?

Veamos ahora de qué navíos disponian estos

um processo em que, supondo os meridianos paralelos, os rumos ou pontas da agulha se pudessem reduzir a linhas rectas. Daqui nasceram as cartas náuticas feitas por marinheiros, para marinheiros: os portulanos que já nos séculos XII e XIII guiavam as viagens mediterrâneas e os pilotos que levavam os Cruzados à Síria; embora nenhum desses mapas viesse até nós, pois o mais antigo que resta é o belo portulano genovês de Pietro Vesconte, datado de 1318. As cartas marítimas que, para os pilotos medievais substituíam os roteiros ou periplos romanos e cartagineses passaram a chamar-se cartas-planas. Eram inexactas, mas o erro não se tornava grave em viagens de curta extensão. Só portanto, quando da descoberta da América, a do caminho da Índia e a do Pacífico, depois das viagens de Colombo, de Gama e de Magalhães, alongaram o voo das naus por todos os mares: só então foi indispensável rectificar os mapas, o que se conseguiu no fim do XVI século com a projecção de Mercator.

Tais foram pois os progressos da cartografia mediterrânea introduzidos pela escola do infante na arte de navegar em Portugal. Outro tanto fez com respeito aos aparelhos cosmográficos.

Tomava-se a altura de uma estrela com o astrolábio e o quadrante, auxiliados por uma alidade tendo nas extremidades dois orifícios por entre os quais passava o raio. O quadrante pendia verticalmente de um anel que se sustinha na mão. Como se graduava, não se sabe, mas decerto era mui grosseiramente. As bússolas eram agulhas colocadas sobre um corpo leve, palha ou cortiça, nadando na água de

nuevos argonautas. Además de la galera de remos, tipo de navío de guerra, heredado de la antigüedad y que duró mientras la artilleria no vino á revolucionar completamente la marina militar; teníamos en la clase de navíos redondos, navegando exclusivamente á vela, naves de una capacidad considerable y que se usaban como transportes.

Si el primer tipo de navíos, el de galeras, no servía para los viajes de descubrimientos por las numerosas guarniciones que reclamaba el

---

um pequeno recipiente. A invenção de Flávio Gioja, de Amalfi, *prima dedit nautis usum magnetum Amalphis* que data do princípio do XIV século, consistia nesse recipiente ou caixa e nos acessórios que tornavam pràticamente utilizável a bússola, pois já em 1180 o tratado de Neckam *De utensilibus* descreve uma bússola, e da mesma época é o poema satírico de Guyol de Provins, *A Bíblia,* onde o poeta deseja que o papa seja o ponto para onde todos lancem os olhos com tanta confiança, quanta é a que os marítimos põem na estrela da noite que, sem a verem, podem para ela aproar os navios pela direcção da agulha. (V. Santarém, *Hist. Cosmogr.* I, 280-305, e Corvo, *Roteiro de D. João de Castro* p. 23, 27, 35, 168, 84 e 97, também o vol. I, p. 57).

Afirma Libri que os mareantes do Mediterrâneo já no princípio do XV século faziam uso do astrolábio, da agulha, de cartas, e de um cronómetro rudimentar. Tais foram os instrumentos com que o infante dotou a navegação portuguesa. E é por isso que, mais tarde, quando as grandes viagens estavam encetadas e Bartolomeu Dias levava já a bordo as efemérides astronómicas do Regiomuntano que tinham substituído as antigas tábuas de Afonso o Sábio denominadas sonho pelo cosmógrafo de Conisberga: mais tarde, Pedro Nunes, navegador e cosmógrafo nosso, escrevia: «Ora manifesto é que estes descobrimentos de costas, ilhas e terras firmes não se fizeram indo a acertar; mas partiam os nossos mareantes mui ensinados e providos de instrumentos e regras de astrologia e geometria que são as causas que os cosmógrafos hão-de andar apercebidos, segundo diz Ptolomeu, no primeiro livro da sua geografia».





empleo de los remos, el tipo de las naves tampoco servía por ser pesadas, boyantes, almacenes flotantes á la merced de los caprichos del tiempo, sin el nervio y ductilidad indispensables para viajes de aventuras. Era necesario um navío que fuese como el caballo de los árabes, vivo, rápido, inteligente, dócil y sobrio.

Ese tipo de navío era la carabela que navegaba á vela, y en ocasiones, á remo; barco leve y resistente de que aun resta la imagen en las falúas con dos velas latinas que navegan en el Tajo. Más fina, más rápida, más obediente á la maniobra que las naves boyantes, la carabela era la gaviota de los bandos alados que salieron de las costas portuguesas pairando sobre el mar. Ligera y dócil, insinuaba su vuelo por todas las revueltas de las costas, rozaba levemente por las playas y partía á lo largo batiendo las alas, huyendo rápido como una saeta.

Cadamosto, el veneciano que estuvo á nuestro servicio y cabalgó por los mares de Africa en uno de esos corceles alados, celebra sus cualidades: *sendo le caravelle di Portugallo i migliori navigli che vadano sopra il mare di vella* (1).

En una de estas carabelas, con las cartas diseñadas por mestre Jaime, el mallorquino, con el astrolabio y con brújula de los pilotos mediterráneos, salió el genovés Palestrello ó Perestrello, caballero de la casa del Infante, en demanda del Cabo Bojador, que en el Atlas catalán de 1375 figuraba con el nombre de Bugeder. Fué el primer viaje. El destino era el Sur, pero el temporal arrojó el navío contra una isla desierta, á la que el navegante puso por nombre

---

(1) V. tomo I, p. 108-110.

Puerto Santo. Así aparecía de las ondas la primera de las islas portuguesas del Atlántico, para servir, medio siglo más tarde, de estación preparatoria á Colón en sus reflexiones reveladoras del rumbo del Oeste.

Volviendo Perestrello con la nueva, regresó al año siguiente con dos compañeros, ya investido de capitán en el descubrimiento; y de Puerto Santo, sospechando en una niebla permanente la existencia de tierra, se descubrió la Madera, de que algunos quieren que ya hubiese noticia bajo el nombre de *insula del Legname*. Junto á la de Madera viéronse las Desiertas, y así el primer archipiélago atlántico surgió del mar.

Separándonos ahora del orden cronológico, diremos lo que basta acerca del segundo: las Azores. En medio queda el descubrimiento de la costa africana, de que trataremos después por la forma más conveniente al encadenamiento de nuestras ideas.

Gonzalo Velho partió al descubrimiento, ó tal vez á la busca de otras islas que rezaban los mapas y tradiciones antiguas, y, con efecto, halló unos islotes ásperos que denominó Hormigas. Sin desanimar, volvió en el año siguiente y encontró Santa Maria. De allí sale á la vista la isla principal del archipiélago, la que el infante D. Pedro dió el nombre de San Miguel, que era el Santo de su guarda. Estaba adquirido el segundo archipiélago, porque el descubrimiento de las demás islas siguió con pequeños intervalos, y no podia dejar de ser así por la proximidad en que se encuentran.

Queria D. Enrique echar mano del tercer archipiélago, el de las Canarias, ya visitadas y





descubiertas, ya ocupadas por los normandos de Juan de Bettencourt. Insistió por esa empresa con el Rey su padre D. Juan I, que no consintió para evitar complicaciones con Castilla; insistió con el Regente su hermano, que al fin accedió; pero las circunstancias no permitieron la realización del plan.

En los dos archipiélagos, sin embargo, que quedaban á Portugal, el Infante encontraba terrenos desiertos, climas benignos, naturaleza fertilísima. El mismo espíritu inventivo y asimilador que aplicó á la navegación lo aplicó también á la colonización de esas tierras nuevas. Iba al arsenal de la legislación ya histórica, pues el Derecho romano podia decirse restaurado, y sacaba de allí las donaciones señoriales con que en tiempos ya remotos muchos de los disiertos metropolitanos habían sido poblados. Iba á la tradición, y así como los antiguos reyes habían multiplicado las donaciones á extranjeros, así él promovia también la inmigración, mandando venir colonos principalmente de Flandres, donde sobre el trono borgoñés de Felipe el Bueno se sentaba una hermana suya.

Por otro lado, en la Madera, Cadamosto, visitándola veintiséis años después del descubrimiento, hallaba ya cuatro poblaciones con ochocientos habitantes, de los cuales cien de á caballo. La caña de azúcar y la viña que el Infante mandó plantar, se daban allí admirablemente. La Madera ya producía cuatrocientos cántaros venecianos de azúcar, y los productos de sus matas eran explotados, permitiendo la construcción de navíos de gavia donde antes sólo se hacian carabelas y barcos menores.

Y ahora que la obra de los portugueses está

terminada en el Atlántico occidental, es tiempo de que volvamos á África, de donde nos apartó este episodio.

## III

El descubrimiento de la costa occidental africana puede, señores, dividirse en tres períodos sucesivos de casi igual duración: el primero, de 1420 á 1440, veinte años; el segundo, otros veinte, que terminan en 1460; el tercero, finalmente, veinticinco años, acabando con el viaje de Diego Cam.

El primero comienza por trece años de tentativas obscuras é infecundas, en las que las carabelas del Infante iban de Sagres á África, y volvían sin resultado apreciable. Muchos reían y algunos lamentaban que D. Enrique así desperdiciase los rendimientos de su casa. Al fin, Gil Eannes consiguió doblar el cabo Bojador, descendiendo la costa hasta Angra de los Ruivos. Se vió que el mundo no acababa aún, y Baldaya, volviendo, bajó un poco más todavia, y trajo al Algarve los despojos de las luchas que tuvo con los indigenas. Se vió, pues, también que la tierra, no sólo continuaba, sino que era habitada.

El desastre de Tánger (1437), ocurrido entonces, malograda empresa con que el infante D. Enrique quería proseguir su plan de conquista en Marruecos, en vez de abatir su ánimo, le exacerbó para el descubrimiento de los mares australes.

Repite con insistencia mayor los viajes, insiste casi con furia en los propósitos; cabe decir que, sacando energía de sus propios dolores que le





afligian el ánimo, dilacerado por el holocausto de los hermanos inmolados en el altar de su designio. Paso á paso los navegantes bajan la costa hasta reconocer el famoso rio del Oro divisado por los navegantes catalanes del siglo XIV. Son Antonio Gonzalves y Nuno Tristão los que en el año 1440 fueron hasta el puerto de Caballero, y de allí trajeron los primeros cautivos, para en el viaje siguiente abarcar el rio de Oro y traer á Portugal las primeras parcelas del metal divino que arrebataba después la imaginación de Colón.

Y a los maldicientes no desdeñaban ni escarnecian. Comparaban el Infante á Alejandro, y, con efecto, nuestro héroe caminaba por el derrotero de las Indias.

Y si, como estratégico, los tiempos vinieron á demostrar el acierto de sus maniobras, la imaginación creadora mostrábale con igual certeza las líneas de las nuevas instituciones que era menester crear para el caso, absolutamente sin precedentes, de tierras surgidas de los arcanos de lo desconocido.

Era necesario constituir un derecho de ocupación e posesión en esos parajes; y el Infante, que en las tierras vagas de las islas atlánticas *res nullius*, aplicaba el derecho casi feudal de la tradición portuguesa, apelaba ahora al Papa, que por virtud de su majestad católica pretendia heredar del imperio antiguo la soberanía en todos los reinos. Eugenio IV respondió á la Embajada del Infante con las bulas, concediendo á la Corona portuguesa el dominio sobre las tierras descubiertas, repartiéndose con la Orden de Cristo los rendimientos eclesiásticos de ellas. ¿No eran los descubrimientos una forma nueva

de conquista? ¿No eran estas empresas una continuación de las Cruzadas?

Constituida una base para la soberanía, era necesario hallar una forma para la explotación; y la halló el genio inventivo del Infante, ampliando el tipo ya histórico de las campañas de pescadores á las proporciones de una Compañia colonial y marítima que luego formó en Lagos para la explotación del rio de Oro. Fué esa Compañia la primera en la historia vastísima de las compañias coloniales que siglos después formaron la Holanda y dieran á Inglaterra — están aún hoy dando — el proceso de la expansión de su incomparable dominio colonial. Consuela ver, señores, como, si no pudimos conservar el fruto de nuestros trabajos, supimos al menos enseñar á los extraños el arte de enriquecerse con nuestros despojos.

La Compañia de Lagos tenia una carta del Infante, á quien la Corona donara el señorio en las tierras y mares descubiertos. Nadie allí podia ir con navío armado sin permiso especial del donatario que tenia en el mar su dominio exclusivo, un coto, *mare clausum*.

Por la primera vez salía una verdadera flota. Eran seis carabelas armadas en guerra y con municiones para una larga estancia, y bajando la costa el Cabo del Rescate, como dos años antes, ya el Cabo Blanco fuera remontado, exploraron completamente la bahía de Arguim, inscripta entre esos dos promontorios. Así se iniciaba la segunda época del descubrimiento de la costa occidental africana.

Repitiendo historias remotas, los portugueses, al penetrar en la región de los acenegues ó sudaneses occidentales, repetían también el antiguo





tráfico fenicio de la caza de los esclavos en las costas bárbaras. La flota volvió á Lagos con un abundante cargamento de cautivos que, á caballo, en la playa algarvia, el Infante orgulloso vió desembarcar y repartir, mientras armaba caballero á Lanzarote, primera rama de la nobleza nueva, del comercio y de la aventura ultramarina.

El éxito de la expedición determinó pronto segundo viaje y mayor compañia. La flota que á los dos años salió, llevaba veintiséis carabelas; catorce de Lagos, once de Lisboa y una de la Madera, que ya contribuía también en los viajes australes.

Data de ahí el reconocimiento gradual de la costa hasta Guinea. Los navíos de la Compañia fueron hasta el Senegal; Dinis Días alcanza Cabo Verde; Cadamosto, en dos viajes sucesivos, reconoce la embocadura del Gambia y del Casamanca y descubre el archipiélago de Cabo Verde; y la carabela madarense, de la Compañia de Lagos, al mando de Zarco, va desgarrada á parar á Gorea.

Transpuesta la zona etnográfica de los negroides, jolofos y mandingas, se penetraba de lleno en la Negricia, doblada como quedaba la gran protuberancia que el África hace en el Océano.

Avanzando siempre, la marcha de los portugueses se consolidaba conquistando; y á los perfiles del imperio nuevo, ya apuntados, conviene unir ahora la construcción de una fortaleza y la instalación de una factoría en Arguim, para explotar la exclusiva del comercio interior, concedido por el Infante á la Compañia de Lagos.

Y así termina, con la muerte de D. Enrique, el segundo período de los tres en que dividimos

el derrotero portugués en el África occidental. Murió feliz el Infante, con la certeza de que algún día se doblaría el África, murió vengado del desastre cruel de Tánger, porque llevó de la mano al Rey, su sobrino, Alfonso V, á la conquista de Alcacer, prólogo de la toma de Arzilla y Tánger, que por un momento afirmaron en Marruecos el imperio portugués. Murió, por último, creyendo aún en la relación geográfica de los dos planos paralelos, de las navegaciones y de las conquistas marroquinas como derrotero de las Indias, pues no se desvaneciera aún la sombra de ese designio, ni se demonstrara la imposibilidad de conservar las plazas del Norte africano.

Murió, y volviendo á la Corona el señorio de los descubrimientos, el Gobierno de Alfonso V, sin directamente querer heredar la misión [1] contrató el comercio de la Guinea, imponiendo como carga anual obligatoria el descubrimiento de 500 leguas de costa. Así los navíos del contratador siguieron por el Cabo de las Palmas, internándose en el Golfo de Guinea hasta el puerto de San Jorge de Mina; así prosiguen del Cabo Mesurado hasta el fondo de la bahía de Benim; así van más alla del Gabón hasta al delta del Ogovai y al Cabo de Santa Catalina; así descubren las islas del Golfo de Guinea: Annobom, Corisco, Príncipe, San Tomé y Fernando Póo, la que primero se llamó *Formosa*. Estaba, pues, transpuesto el Ecuador, al cabo de medio siglo

(1) ... «el aver buelto el Rey D. Alonso los ojos à las cosas de Africa com tanta atencion que la perdio d'estas». — Faria e Sousa, *Asia port.* I, 6, 1; e 2.





de viajes. Ya flotaba la bandera de las quinas en el hemisferio austral.

Y reparemos, señores, que si los navíos portugueses avanzaban en el descubrimiento, el arte de regir colonias engrandecíase paralelamente; pues donde quiera que erguíamos una señal de dominio, fundábamos una institución nueva y adecuada. El contrato del comercio de la Guinea incluye la cláusula de la reserva del marfil como estanco regio ó monopolio realengo, repitiendo lo que ya en la Madera sucedió con el azúcar.

Á los monopolios del azúcar y del marfil, sucedieron los de la malagueta, del *pau* brasil, que denominó un imperio, y de la pimienta, que fué la base de la ocupación portuguesa en la India [1].

Aflojado el impulso que en vida el infante D. Enrique imprimió á las navegaciones, el movimiento paró; se extinguió como lámpara á la que falta líquido. No se transpuso el Cabo de Santa Catalina. Y por doce años duró esta parálisis, hasta que subió al trono D. Juan II, ese á quien los Reyes Católicos llamaban por antonomasia *el hombre*. Se vió entonces renacer el pensamiento del Infante descubridor, purificado de sombras y errores. Por Marruecos jamás se llegaria á la India; el camino era el del mar; el viaje un derrotero largo como un vuelo de águila suelta en la amplitud de los cielos.

Así que subió al trono D. Juan II, mandó una expedición á la Mina para someter al Rey, construir una fortaleza, fundar una ciudad. Creando

(1) V. no tomo I, a p. 133-138 o estudo sobre os rendimentos coloniais portugueses na Renascença.

en Lisboa la Junta de matemáticos, hizo venir de Nuremberg al discípulo del Regiomontano, Martin Behaim, á quien ahora compete el papel antes desempeñado en Sagres por el mallorquino Jaime. Mandó, finalmente, Diego Cam, llevando consigo á Behaim, al descubrimiento del Cabo de África.

En ese viaje, transpuesto el Cabo de Santa Catalina, descubriase el rio Zaire y recorríase la costa de Angola. Ahí Diego Cam volvió, habiendo visitado la corte del Congo, bautizado á su Rey y traído á Portugal indígenas, que quedaron en Lisboa para educarse en un convento.

Más tarde, cuando los neófitos regresaron, se instalaron las misiones del Congo y se ganó un reino para la Corona portuguesa. Ya estaba también ganado para la ley de Cristo y para el vasallaje el reino de Benim, cuyo Embajador en Lisboa anunciaba á D. Juan II la existencia oriental de un poderoso Emperador de quien el suyo era vasallo.

¿Seria ese el Preste? Ya también más al Norte, la Senegambia estaba avasallada, y el Rey de los jolofos venía á Lisboa á pedir misioneros y protección. De tal modo el imperio portugués penetraba en el África central.

Y penetrando se armaba con dos instrumentos más: uno, el protectorado, sobre los príncipes indígenas; otro, las misiones católicas. Frailes y soldados arraigaban el imperio. Y al mismo tiempo colonizando las islas desiertas del Golfo de Guinea, se estableció en San Tomé el primer presidio de degredados.

Puede ahora decirse que, terminado el descubrimiento de la costa occidental de África hasta Angola, está concluída también la serie de





las invenciones con que nosotros los portugueses mostramos al mundo entero el arte moderno de regir colonias. Y la prueba de que eran ciertos estos nuestros descubrimientos de instituciones, la tenenos en la fidelidad con que los tiempos posteriores y todos los pueblos que vinieron después aprendieron con nosotros la colonización con inmigrantes y con presidiarios, las misiones, los protectorados sobre los soberanos indígenas, los estancos ó monopolios regios, las factorías de comercio interior y las Compañias investidas en funciones soberanas. Si la honra de los portugueses es mucha, como descubridores de tierras, no es menos, y tal vez mayor aún, como inventores del régimen colonial moderno.

Consumado como está el descubrimiento de media África, no debemos olvidar, no obstante, señores, que esto no era el fin, sino simplemente el medio, el camino de las Indias doradas, para donde se alargaba también con ansia la adivinación de Colón. La acción de esta epopeya peninsular se precipita. A sus misioneros del Congo, D. Juan II recomienda la exploración de la tierra en demanda del Preste. La idea de llegar allí por tierra, trasladada de Marruecos, pasó para Angola. Temiendo que, con el afán del descubrimiento, otros vengan á coger el fruto casi maduro de tantos años de trabajo, D. Juan II procedía como en eras remotas los cartagineses habían hecho á los romanos en los derroteros mediterráneos de la España.

Esparcía la mentira de la imposibilidad de los navíos redondos poder ir á la costa de Mina, donde solamente podían navegar carabelas, que nadie tenia sino nosotros. Y para acreditar el ardid, ordenaba secretamente á los capitanes

que hiciesen dar en la costa algunos de esos navíos redondos que, ya en mal estado, llevaban para eso de Portugal. Es que, principalmente, al saberse como los Reyes Católicos habían acogido las proposiciones de Colón, rechazadas en Portugal, debía haver un recelo tan grande, cuanto mayor era la esperanza de ver realizados los deseos de la nación entera.

Esta persistencia, señores, esta tenacidad de un pueblo en la realización de su designio, es nuestro mayor título de gloria. La fuerza portuguesa se nos presenta con el carácter de un elemento. Y si á esta constancia debe la civilización el descubrimiento de un mundo, la política debe al genio portugués los tipos de instituciones en que, por la explotación colonial, se puede decir que reposa, hace tres siglos, la riqueza entera de Europa.

## IV

No se diga, señores, porque es un error, ni qué fué de los designios comunicados á D. Juan II por Colón que produjo en el Rey la decisión de precipitar acontecimientos rápidamente inevitables desde que se llegara á Angola; ni se acuse tampoco al gran genovés de plagiaro de nuestros navegantes, y mucho menos de haber obtenido de cualquiera de ellos el secreto de su derrotero. El patriotismo nada gana deprimiendo á los grandes hombres que circunstancias, en este caso muy naturales, como veremos, apartaron de nuestro gremio: no gana el patriotismo y pierde mucho la humanidad.

Raras veces en el mundo se dió un caso tan lleno de lección como el viaje de Colón, en el





que se ve, cuanto puede la audacia de un hombre, cuanto vale el fanatismo de una ideia y como esa iluminación exalta y multiplica las fuerzas: viéndose al mismo tiempo como el espíritu humano procede engañosamente, por falsas vias, para, sin embargo, llegar siempre al destino cierto. No me compete á mí decir quién fué Colón: me basta afirmar, de pasada, que se me figura, como portador electo de una idea, que todavia se le presentaba bajo la forma de un error.

Decir que la corazonada — consiéntaseme emplear esta palabra — que la corazonada de Colón era apenas un embuste para encubrir la maña de secretos alcanzados de los marineros portugueses [1], es, cuanto á mí, sustituir la historia por el enredo, y empequeñecer demasiado la estatura de los hombres.

La verdad es, señores, que las navegaciones occidentales de los portugueses habían parado en las Azores. Toda nuestra atención, toda nuestra ambición, todos nuestros esfuerzos y esperanzas estaban vueltos hacia el Sur.

Pero no se afirme tampoco, para exaltar la honra de Colón, que no carece de un pedestal hecho con el desprestigio ajeno: no se afirme de ningún modo que las expediciones de don Juan II, el viaje de Diego Cam y el de Bartolomé Días, con más la jornada oriental de Paiva (de que más adelante hablaremos), fueron determinados por los planes de Colón manifestados al Rey de Portugal, cuando em 1483 le ofreció ir por el Oeste á tomar puerto en las Indias.

(1) V. o Apend. D: *Colombo e os seus precursores portugueses.*

Acabamos de ver, señores, como en el propio día en que se sentó en el trono, dos años antes de la propuesta de Colón, D. Juan II dió impulso á la vieja empresa del infante D. Enrique; y como los hechos posteriores se ligan á los primeros actos, manifestando la prosecución firme de un plan asentado. De la expedición á la Mina, vino la de Diego Cam, y de ésta, ó antes de éstas, porque fueron dos sucesivas en 84 y 85, viene en 86 el gran viaje marítimo de Bartolomé Días y la jornada terrestre de Covilhan y Paiva á las tierras del Preste Juan, últimos momentos de esta historia que nos propusimos trazar y seguidamente contaremos. ¿Como se pretende, pues, cuando los hechos así denuncian un encadenamiento jamás interrumpido, que tales hechos proviniesen de aparecer la propuesta de Colón en los Consejos de D. Juan II?

No puede ser.

Ni Colón tenia en Portugal un lugar y un crédito que mereciese tamañas consecuencias. Adivinase el sinnúmero de planes de viajes que cada piloto, más ó menos obscuro, idearia en la mente en esa hora en que el vértigo del mar arrastraba á todas las imaginaciones y el deseo de los tesoros de la India despertaba todas las codicias. Supónese la cantidad de arbitrios que diariamente serían propuestos. Y si hoy se discute el plan de Colón es porque la fortuna lo coronó; y si nos cuesta concebir un Colón perdido en la turba de los marineros que de todas partes venían á Lisboa á la aventura, es porque estamos viendo su imagen aureolada por la gloria inmensa del éxito.

El hecho, no obstante, es que Colón, á los treinta años, ya hombre hecho en el mar, vino





á Portugal, como tantos, en busca de fortuna, arrastrado por los clamores que daban al mundo nuestras navegaciones y descubrimientos. Venía con él su hermano Bartolomé. Se embarcó en un viaje al Norte, haciendo, á lo que parece, otro ó más viajes á Guinea, y de cierto varios á las islas. En Lisboa se casó con la hija del genovés Perestrello, nacionalizado portugués como donatario de Puerto Santo, y naturalmente heredó de su suegro los documentos y cartas, así como los del marido de la otra hija, cuando éste murió. ¿Nació de tal herencia la idea de su viaje? Es posible, y hasta quizás probable.

En la isla de Puerto Santo, cuando allí fué con su suegro, nació su hijo Diego, el futuro Duque de Veragua. Puerto Santo, sin embargo, la capitanía de Perestrello, era y es apenas un arenal estéril. La familia vivía más que modestamente. Colón ganaba en la obscuridad la vida como cartógrafo y piloto. Lo pintan los biógrafos como un hombre concentrado, esquivo, sin sociedad, sin amigos y al mismo tiempo visionario, al punto de considerarle como charlatán. Así debía ser, porque son así generalmente los hombres consumidos por una idea.

Espíritu profético, lector asiduo de la *Imago mundi*, de Pedro Alliaco, oyendo á todos los hombres letrados, eclesiásticos ó seglares, latinos y griegos, judíos y moros, como por si propio confiesa; Colón, que vivia de deseñar planisferios marítimos y, profundamente piadoso, esperaba la realización de los vaticinios de Isaías, confundia en el cerebro las iluminaciones místicas y las revelaciones nebulosas de la ciencia de su tiempo. Era felizmente un visionario, porque de su visión vino la América al mundo.

Calculaba erradamente, porque no era exacta la medición de la tierra, que yendo com rumbo del Oeste, por el paralelo de las Canarias, en cinco semanas de navegación directa venceria las mil leguas de distancia para la India, ó para Cipango de Marco Polo, el Japón antilla del continente oriental.

La distancia era de hecho doble, y las antillas eran las de la América Central en vez de Cipango. Entre lo que suponia hallar, y lo que de hecho descubria, habia otro mundo.

Pero nada importa si por el camino de un error se llegó á la verdad. También nosotros ibamos penetrando en el mar en busca del Preste Juan, que era un sueño, y tras él, llegamos á la India. El mundo es así, hecho de ilusiones que insinuaron verdades...

Fué en 1483, que Colón propuso su ideal al Rey de Portugal.

Es muy arriesgado, señores, discutir actos de estos cuando se entiende que la razón relativa está del lado de aquellos que, condenados por el éxito, probaron no tener por si la razón absoluta. Dícese, y tal vez con motivo, que la historia es la apologia de los hechos consumados.

Pero ¿qué efecto debia producir en los hombres pensadores de Portugal la proposición de un iluminado, solo y obscuro, que terminantemente venia á afirmar ser um error el trabajo de tantas decenas de años, los esfuerzos de tanta gente, la esperanza constante de un tan dilatado período, la tradición ya arraigada en un pueblo entero? ¿Qué confianza mereceria al portugués, cuya cualidad fundamental fué siempre la prudencia fuerte, el consejo de abandonar el rumbo de las costas africanas, para lanzar-se de lleno





en la vastedad perdida de los indefinidos mares occidentales? Dice Garibay, señores, que tomaron al proponente por un *italiano burlador*.

Y se comprende un tan deplorable engaño, cuando el propio Colón se engañaba, por completo en la exactitud de sus miras. Pero D. Juan II, como hombre genial que era, sentia la atracción de la verdad. Mandó, pues, el rey examinar el plano una segunda vez, pero la Junta sentenció como la primera.

Y, me atrevo á afirmarlo, no podia sentenciar de otra forma; porque era necesario proceder por intuición, por corazonada, por azar, para en tal momento haber procedido con acierto.

El mundo, como la geografia del tiempo erradamente lo describía, era lo que aun podemos ver en el famoso globo de Behaim, en Nuremberg. Acababa con el Cipango de Marco Polo, esto es, en el Japón. Nadie sospechaba la existencia intermediaria de la América y del mar Pacífico; y tanto es así, que Colón, al volver, juzgó haber descubierto las Indias, y nadie pudo contestarle el error, quedando esas tierras nuevas con el nombre que aun hoy tienen de Indias occidentales.

Afligido é irritado como todo vidente, á quién los incrédulos desdeñan y repelen, Colón hizo como Scipión, despidiéndose de esta su pátria adoptiva que se le mostró tan ingrata. Salió de Portugal, y no me compete á mi contar, como igual frialdad é incredulidad halló en Génova, en Venecia, en Francia, por donde quiera que exponia su idea, hasta que dos años después encontró en Madrid, en los Reyes Católicos, oídos abiertos para escuchar sus promesas y brazos fuertes para realizar sus designios. Por que,

también aquí, señores, los consejos de la sabiduría se pronunciaron contra la teoria de los antípodas.

Pero la intuición de los soberanos venció la resistencia de los sábios; y Fernando é Isabel, para quienes D. Juan II era *el hombre* por excelencia, parece que, abrazando el plan de Colón, adivinaban el fundamento de la resistencia previdente del Rey de Portugal.

Colón partió, pues; se rasgaron los mares, se descubrió un mundo nuevo, enteramente ignoto; y es en honra y memoria de ese acto culminante de los hombres que hoy nos reunimos aquí preparando la fiesta de su conmemoración centenaria [1]. Antes, sin embargo, de ser un hecho el descubrimiento de la América, tenemos aún que contar los últimos viajes portugueses.

## V

Así que los navios de Diego Cam volvieron de su segundo viaje al Congo, se resolvió inmediatamente mandar una nueva expedición que al fin doblase el Cabo de África. Todo hacia creer que estaria muy próximo. ¡Más allá quedaban las Indias! La impaciencia era enorme, tal vez hasta porque en ese propio año de 1486 se sabía que los Reyes de Castilla habían desposado la causa de Colón. Á pesar de la seguridad que da el saber, la confusión y la incertidumbre acerca de la verdad de las tierras eran tantas, que sin duda habria el recelo de ser precedido, mayormente en el espíritu del Rey, cuyas inclinaciones conocemos.

¡Sorprendente espectáculo éste, señores, de la porfía entre las dos naciones peninsulares, para





saber cual de ellas, engrandeciéndose, engrandeceria el mundo con el descubrimiento de las regiones orientales! ¡Documento una vez más elocuente de cuanto, pulsando á un mismo compás, los dos pueblos fueron siempre hermanos en sus momentos afortunados! Esta competencia, esta rivalidad, si se quiere, estaba mostrando á Europa espectadora pasiva, la armonía de nuestras ambiciones y la comunidad de nuestros destinos.

Bartolomé Días fué el comandante escogido para la expedición, cuyo programa era navegar para el Sur hasta doblar el África. En Agosto partieron de Lisboa. Ya los viajes no eran simples expediciones de cabotaje á lo largo de las costas, como antes. Los marineros portugueses se habían familiarizado con los mares de la Guinea, y los progresos de la náutica y de la construcción naval habían sido enormes en el medio siglo precedente. Era un viaje de gran navegación el que se empezaba.

La navegación corrió sin incidente ó novedad hasta el Cabo Negro que doblaron, asestando el Padrón Santiago en el lugar de Serra Parda. Cinco grados después entraron en Angra de las Vueltas, que queda en la punta al Sur del río Orange. Aproximábanse, con efecto, al Cabo de África, y temiéndolo, corriéronse de ahí á lo largo. Trece dias enteros llevaron el rumbo en línea recta al Sur. El frío era intenso, y para ver si aun había África vedandoles el camino, cuidando que la costa tal vez aun siguiese de Norte á Sur, viraron en ángulo recto poniendo

(1) V. o Apend. E: *As publicações portuguesas no centenário colombino.*

rumbo al Este. Días sobre días pasaron sin que viesen tierra. ¿Se habria acabado el África? Otra vez cortaron en ángulo recto virando el rumbo al Norte. Así fueron á hacer tierra en la Angra que llamaron de los Vaqueros. Sin saberlo habían doblado el Cabo, apartándose mucho de él, mar adentro.

Fueron subiendo entonces la costa oriental africana hasta el rio del Infante, denominado por los ingleses *Great fish river*, porque las tierras extremas de África las perdimos comprometiendo así el porvenir de nuestro dominio en esa parte del mundo desde que separamos las dos costas, permitiendo que los holandeses se enclavasen en las regiones templadas del Cabo.

Obligados á retroceder por los clamores de las tripulaciones, á la vuelta, navegando á la vista de tierra, depararon con el terrible promontorio que tantas decenas de años llevara á alcanzar, y al que llamaron de las Tormentas por los temporales miedosos que allí los asaltaron. ¡Enhorabuena! Traían la buena nueva de que el África, según todas las tradiciones, se podia doblar. Llegaban al fin de diez y ocho meses de un viaje penosísimo, y D. Juan II, viendo próxima la realización de sus ardientes deseos, hízo borrar el nombre del Cabo y cambiarlo por el de Buena Esperanza.

Era, con efecto, más que la esperanza de alcanzar la India; era la casi certeza de haberlo conseguido.

Mientras Bartolomé Días demandaba por mar el Cabo, don Juan II envia por tierra al Oriente dos viajantes en demanda del Preste Juan de las Indias: son Alfonso de Paiva y Pero da Covilhan. Simultáneamente el secreto de las Indias





era buscado por el Norte, por el Sur y por el Oeste; por Paiva, por Bartolomé Días y por Colón; unos por mar, otros por tierra; uno á través de los continentes centrales del Globo, otro á lo largo de sus costas australes africanas, otro, finalmente, largando el vuelo de sus alas llevadas por el viento de una idea profética á través del Océano que cortó con la rapidez fulminante del rayo.

¿Como es que, de tal forma ceñido en las vueltas de la voluntad humana, apretado cada vez más en un círculo retraído siempre, el secreto del mundo podia dejar de ser desvendado?

Casi por el mismo tiempo llegaban á Lisboa Bartolomé Días con la noticia de haber doblado el África, y las cartas de Covilhan asegurando que, por ese camino, de cierto se llegaba á la India.

Pude, pues, decirse, señores, que después de estos viajes paralelos de Bartolomé Días y de Covilhan, el camino de la India estaba descubierto ocho años antes del gran viaje de Vasco da Gama. De tal modo se encerraba el primer período de las navegaciones portuguesas, y así termina el cuadro trazado á esta conferencia.

Cuando Colón aportó á Lisboa (1493) [1], de vuelta de la travesía atlántica, juzgando haber

(1) A chegada de Colombo a Lisboa, D. João II mandou chamá-lo contrariado por supor que a descoberta fora feita «dentro dos mares, termos e seus senhorios da Guiné» e porque Colombo, sendo de *sua condição alevantado* exagerava o alcance e a riqueza das terras descobertas, despicando-se desta forma do rei que o não quisera atender. «E el-rei foi cometido que houvesse por bem de lho matarem aí porque com a sua morte o descobrimento não iria mais avante de Castela. E que dando Sua Alteza a isso consentimento se poderia fazer sem suspeita porque por

desembarcado en Cipango y descubierto el camino occidental de la India, teniamos nosotros ya la certeza de poseer el secreto del derrotero por el Sur. Todo el mundo ignoto, así atacado en sus dos fronteras extremas, había de pertenecer, pues, á ambas naciones peninsulares, entre las cuales se repartia. Es este hecho, único en la civilización, y que para siempre, en cuanto haya memoria de los hombres, nos dará el lugar eminente que ocupamos en la Historia; es este hecho, señores, el que determina la sentencia papal y el tratado de Tordesillas firmado entre los Reyes de Castilla y Portugal para el reparto del mundo, por el meridiano, de 370 leguas al Oeste de las islas de Cabo Verde [1].

Así termina la larga historia á cuyos origenes obscuros asistimos, cuando, en las remotas épocas de la reconquista, á la voz del Obispo de Compostela, surge la primera alborada de la marina portuguesa en el recóndito Noroeste de nuestra Península. Confundidos entonces en la áspera pelea de la redención de la patria española, la Historia nos separó después en dos naciones diversas; pero la identidad de nuestras almas se muestra ahora espléndidamente cuando, en esta hora culminante, también nos encontra-

ele ser descortês e alvoroçado podiam com ele travar de maneira que cada um destes seus defeitos parecesse a causa da sua morte». El-rei *por ser muito temente a Deus,* não anuiu à proposta do assassinato; (Resende, *Cron. de D. João II,* 165) mas mandou armar uma esquadra para ir contra as *partes descobertas* e deu a capitania dela a Francisco de Almeida. Nisto veio a embaixada de Castela, demonstrou-se que as *partes descobertas* estavam fora da *esfera de influência* portuguesa, e acordaram-se as duas nações. *(Ibid.* 166-7).

(1) V. tom. I a p. 70.





mos concurrentes, y por tanto, socios en la empresa magnífica de la redención de un mundo nuevo; nosotros, que asociadamente habíamos redimido la Península hispánica del yugo mauretano.

Colón descubre por el Oeste una frontera del mundo ignoto. Vasco da Gama descubre la otra por el Este. ¡Diríanse dos brazos de un solo cuerpo, estrechando toda la Tierra! Y cuando falta aún reconocer lo que realmente existe por el interior de esas dos fronteras extremas de la India malabar y de la América atlántica, es un portugués, señores; és un portugués comandando navíos castellanos; es Magalhães quien fondea en el mar Pacífico [1], desvendando al fin el último secreto de la Tierra y dando la vuelta entera al Globo. ¿Quiérese prueba más elocuente de que el éxito sublime y esta alianza que se decia fatidica, para demonstrar la hermandad del alma y la unidad de acción heroica de las dos naciones peninsulares?

Terminando, no obstante, señores, y agradeciendo la atención dispensada á esta larga y fatigosa narración, séame lícito reivindicar para mi patria portuguesa la honra debida á los iniciadores. Fué en nuestra escuela que se educaron todos los marineros; todos, incluyendo al propio Colón [2], que dió las Américas á Castilla.

(1) V. tomo I, a p. 139-173 o estudo sobre Fernão de Magalhães.

(2) «Foi em Portugal, diz Fernando Colombo, filho e biógrafo de Cristóvão Colombo, que o almirante começou a conjecturar que da mesma maneira que os portugueses navegavam tão longe para o Sul, também se podia navegar para o Ocidente e achar terras naquela direcção». — cf. Major, *Vida do Infante,* etc., p. 404.

Fué en nuestras instituciones coloniales (1) que aprendieron todos los pueblos, todos, incluyendo la propia Inglaterra, que del saqueo de nuestro imperio común hizo el cimiento de su fortuna.

HE DICHO

(1) V. o Apend. F: *As instituições coloniais portuguesas.*



# APÊNDICE A

## A Geografia no começo do XV século

EM 1415, quando os portugueses conquistaram Ceuta e por aí começaram o grande movimento das navegações e descobertas, duas lendas geográficas enchiam sobretudo a imaginação dos novos argonautas. Eram a do Preste João das Índias, imperador que se dizia dominar em todo o Oriente desconhecido; e a do Mar Tenebroso, em que as tradições árabes diziam extinguir-se para o Sul a terra e o Mundo em latitudes superiores às Canárias.

Quase pelo mesmo tempo em que os portugueses tomavam Ceuta, Jacobo Ângelo apresentava (1416) o Ptolomeu traduzido ao Papa Alexandre V. Essa geografia era então corrente na esfera dos sábios.

Acordando do sonho agitado da Idade Média, a Europa reatava o fio do saber clássico no ponto em que o deixara a Antiguidade.

A Europa e a África, desde o Mediterrâneo até o Equador, eram conhecidas, embora as costas da chamada Etiópia tivessem deixado de ser visitadas pelos europeus, perdendo-se com os vastos páramos austrais na escuridão de um mar ignoto. Das tradições anteriores de Eratós-

tenes, mais de três séculos precedente ao alexandrino, constava que o continente *etíope*, acabando para o Sul, deixava livre a passagem marítima para o Oriente; e não se perdera de todo a lembrança da viagem de circum-navegação africana pelos fenícios contratados pelo filho do Psamético no ano 607 antes de Cristo; nem a do cartaginês Hannon até as alturas do Senegal, trinta anos depois. Falava-se ainda na viagem do sobrinho de Dario em 480 e na fantástica expedição de Eudoxis de Cízico pelos fins do segundo século.

E confundindo assim a extravagância com a realidade, e a fábula com a história, nessas auroras da geografia moderna, o espírito do tempo vogava incerto, oscilando entre a iluminação de uma fé mais aérea do que positiva e as negações terminantes em que a imaginação envolvia tudo quando era desconhecido.

Assim, enquanto o geógrafo alexandrino deixava indeterminado o Sul da África, as doutrinas climatológicas aceites pela teoria geocêntrica, afirmavam serem inabitáveis as regiões austrais, e os árabes diziam acabar a África em lodos líquidos, numa ebulição constante, de onde saíam nevoeiros, escondendo os mares num véu impenetrável de sombras.

Se, para o Sul, era esta a ideia que havia da Terra, para Leste, porém, sabia-se *grosso modo* como o maciço continental da Ásia se alongava até o Catai, a Serica e a Cipango, que são a China e o Japão, conhecendo-se o desenho austral dos continentes, penínsulas e ilhas dos mares dessa região a que genèricamente se chamava Índias.

E conhecia-se, já pela geografia ptolomaica,





já pela viagem de Marco Polo, cujo livro, doado pela Senhoria de Veneza, o infante D. Pedro trouxera das suas viagens para Portugal em 1428.

Imaginava-se, portanto, que para Oriente o mundo acabava com as Índias, a que Cipango formava, nos limites extremos, a fronteira insular ou Antília; supondo-se que, pelo Sul, a África, perdendo-se em longínquas regiões adustas, cheias de sombra e de mistério, inacessíveis e inviáveis, estabelecia uma barreira invencível para o trânsito marítimo com destino ao tesouro dos árabes: as Índias maravilhosas que excitavam a curiosidade e a cobiça da gente portuguesa no século XV.

Mais se dizia que todo esse Oriente maravilhoso formava o império de um príncipe cristão, em guerra constante com os sarracenos; e que portanto havia sobre a terra dois mundos de Cristo, desconhecidos um do outro. Por tal forma, o proselitismo vinha juntar-se à ambição de império, à sede de riqueza e à ânsia de curiosidade, para determinar a explosão do movimento das descobertas. Com a lenda do Preste João, senhor da Etiópia e das Índias, ligava-se portanto, directamente, a outra lenda do Mar Tenebroso, porque, para ir em demanda do Preste, era indispensável transpor e vencer os segredos e tormentas de mares reputados inacessíveis.

A ideia de que o mundo habitado se achava circundado pelo mar misterioso quadrava pontualmente com a teoria geocêntrica dos climas.

Encontra-se já em Teopompo; e aberta a Idade Média, assim como se confrangem os limites da liberdade do espírito, assim também se apertam as fronteiras do mundo conhecido. Macróbio,

Osono, Lactâncio, autores do V e VI séculos, fazem subir os limites do Oceano até 10° de latitude Norte, afogando em sombras metade da África. Prisciano põe na Etiópia o termo do Mundo e o mesmo faz Santo Isidoro de Sevilha. Para Beda, no VIII século, a Terra é como um ovo cercado de água; e o Anónimo de Ravena, no século seguinte, põe nessa água, logo para além do estreito gaditano, o paraíso terreal que Rabano Mauro descreve pontualmente.

Ao mesmo tempo que as ondas do Mar Tenebroso avançavam engolindo terras, outrora sabidas e conhecidas, sobre essas ondas flutuavam maravilhas da imaginação alucinada pelas visões da fé e do medo religioso. A *Imago mundi* de Honorato de Antun é o compêndio dessas fábulas do século XI, ainda repetidas, dois séculos depois, por Sacro Bosco na sua *Sphera mundi*. Alberto Magno, cujo lugar na história do saber humano é culminante, supõe a África limitada por um mar vastíssimo inacessível, não só pelas suas densas trevas, como por virtude de um poder oculto, imã que atrai os navios e os não deixa passar avante. Já no século XI se encontra a mesma fábula em Edrisi; e esse e todos os geógrafos árabes descrevem com um maravilhoso terrível os mistérios do mar das trevas, marcando limites vários à exploração das costas africanas. Ibn-Khaldun, no XIII século, considera o Cabo Não como o termo fatal das navegações. Ibn-Said, porém, menciona a chegada casual de alguns árabes ao Cabo Bojador, dois séculos antes.

Nem é de surpreender, antes, pelo contrário, verosímil que barcos árabes tivessem ocasionalmente descido na costa, pois outro tanto sucedera





a embarcações cristãs do Mediterrâneo, aparecendo com o nome de Bugeder o famoso cabo no Atlas catalão de 1375. Essa menção resulta da viagem do maiorquino Jacques Ferrer que desceu a costa em demanda do Rio de Lor, ou do Ouro, mas, não podendo chegar ao destino, voltou sem dobrar o cabo (1).

Com efeito, não se obliterara de todo, nas escolas da Itália, a tradição da forma peninsular da África. Era opinião de alguns, embora sem prova autêntica, a possibilidade da circum-navegação do continente e da chegada à Índia por essa estrada. Porventura vivia na memória a lembrança remota das viagens dos egípcios e fenícios; e a expedição malograda de 1291 em que os Vivaldis partem de Génova com duas galeras, a caminho da Índia, recorda a viagem de Hannon. Os navios foram perder-se, um nas costas de Marrocos, outro, ao que parece, na foz do Senegal.

Mas estas expedições esporádicas e infrutíferas mais confirmavam ainda a opinião corrente da inviabilidade dos mares do Sul, e por isso, em vez de diminuírem o mérito dos navegadores portugueses, que, com a sua tenacidade audaz desmancharam a lenda e patentearam a verdade, concorreu ainda mais para a aumentar. Os mares austrais eram, no princípio do XV século, um vasto oceano habitado por medos e fechado por sombras; os mares ocidentais eram o campo aberto à fantasia céltica excitada pela tradição nebulosamente remota da Atlântida.

Ninguém ignora a menção que Platão faz desta ilha, narrando como se submergira; nem

(1) V. o ap. sobre Jaime, o maiorquino.

tão-pouco as referências de Teopompo à ilha ocidental. Não entra nos limites desta nota averiguar as origens destas tradições helénicas, nem medir-lhes o grau de verosimilhança perante o muito que hoje se sabe, não só da orografia submarina e das relações dos três arquipélagos atlânticos — Canárias, Madeira, Açores — ou pelo menos de dois deles, bem como da geologia de épocas anteriores a toda a notícia histórica.

Basta aludir à lenda antiga e lembrar como, posteriormente, sobre ela vieram enroscar-se e desabrochar em flores as lendas célticas das viagens de São Brandão e do seu paraíso dos pássaros, com a da ilha onde ficou guardado em sumptuoso mausoléu o túmulo de Salomão. Basta aludir à lenda árabe dos magurinos ou aventureiros que partiram de Lisboa e foram parar à costa marroquina, segundo conta o Edrisi.

Se nenhuma destas lendas tem um valor geográfico positivo, é impossível porém deixar de lho reconhecer como elemento que agitava as imaginações e, contribuindo para aumentar os desejos, contribuía também para fazer crescer a confusão.

Kiepert, o sábio geógrafo de Gotha, diz ser mais do que provável a existência de estabelecimentos fenícios nas Canárias. Os fenícios, acrescenta, atravessando o Senegal, entraram na região plana e populosa da raça negra, e da costa viram decerto os picos alterosos das ilhas vizinhas. Não foram levados a cabo os planos de colonização, ao depois formados pelos romanos; mas a existência de um comércio activo entre as Fortunatas e a Espanha romana é incontestável. Plutarco, na vida de Sertório, atesta-o, e está





provado até pelos próprios nomes das ilhas que vieram até nós na sua forma latina: entre eles o de Canária, que depois da redescoberta no século XIV se tornou geral ao arquipélago.

Obliteraram-se as relações entre as Canárias e a Espanha com a queda da civilização romana a ponto de que, na cartografia da Idade Média chegam a ser um mito; mas ainda até o XIII século os geógrafos relacionam sempre um arquipélago (Fortunatae, Esperidae) com a costa da Mauritânia e com os iberos. No célebre mapa de Marino Sanuto (1320) porém, esse arquipélago transporta-se para o Poente da Irlanda, declarando-se que *ultra Gades per regna Ispaniæ, Portugaliæ et Galitiæ non inveniuntur insulæ alicujos valoris*. O mar é deserto para além de Gades: assim quadrava às ideias geocêntricas da época.

Mas já no tempo de Afonso IV de Portugal, quando o Papa doara as Canárias ao príncipe da Fortuna, de Lisboa foi uma expedição naval que as visitou [1]. Esse arquipélago voltava assim ao

(1) A notícia das viagens às Canárias no tempo de Afonso IV obteve-se pela publicação da carta de 12 de Fevereiro de 1345 do rei ao Papa Clemente VI, extraída por cópia do arq. do Vaticano pelo falecido conde da Carreira. Desculpa-se o rei com a falta de meios para não auxiliar na sua expedição o príncipe da Fortuna, donatário do arquipélago pela Santa Sé; e refere-se à viagem que anteriormente tinha mandado fazer: «Gentes nostras et naves aliquas illue (Canarias) misimus ad illius patriæ conditionem explorandum». Essa expedição tivera lugar nove anos antes, em 1336. — Macedo, *Mem. em que se pretende provar que os árabes não conheceram os Canárias antes dos port.*, Lisboa, 1844; p. 61. Nessa mesma *Mem.* (p. 86 e seg.) o autor discute a autenticidade da lenda dos magurinos de Lisboa. Cf. *Os filhos de D. João I*, do A. p. 66 e seg. — Sobre as Canárias V. tomo I, p. 68-69.

conhecimento dos europeus, mantendo-se neles definitivamente quando o normando João de Betencourt aí estabelecia um reino efémero, que foi o precursor do domínio castelhano em que vieram a ficar até os nossos dias.

Dos Açores e da Madeira pode seguramente afirmar-se que não havia notícias. Tinham-se descoberto já, antes que os portugueses do século XV as ocupassem de um modo permanente? Talvez; mas se isso pode ter um valor, duvidoso em todo o caso, para a curiosidade científica, històricamente não o tem, pois o verdadeiro descobridor é aquele que, apoderando-se da terra, mantém no domínio dos homens o conhecimento do facto, pelo menos.

Querem alguns que os navios portugueses do tempo do rei Afonso IV, indo às Canárias, tivessem, também, aportado à Madeira; explicando-se assim o facto do portulano laurentino de 1351, publicado pelo conde Bandelli Boni, desenhar uma ilha com o nome de *Legname*, tradução italiana da palavra Madeira. Mas, por outro lado, além de ser discutível linguìsticamente este processo de tradução onomástica, há uma identificação verosímil entre a palavra *legmane* e a de *al-agham* com que na lenda, atrás citada, se denomina uma das ilhas dos magurinos de Edrisi (1).

(1) Com efeito o portulano *laurentino* ou *mediceo*, de 1351 apresenta o grupo da Madeira distintamente representado com os nomes que os portugueses deram às ilhas: Porto Santo, Deserta, e *Legname* que é tradução de Madeira (Cf. Major, *Vida do Infante*, etc., p. 207). Mas o próprio facto da indicação dos nomes dados pelos portugueses está provando, como o alegou o V. de Santarém *(Prior. des découv.*, etc.) que seriam adições posteriores à data primitiva do desenho do mapa.





O facto é que, tanto no portulano laurentino de 1351, como no atlas catalão de 1375, como finalmente, ao que se diz, no mapa que em 1428 o infante D. Pedro trouxe de Veneza para Portugal, figura um grupo de ilhas atlânticas (1), contradizendo a afirmativa terminante de Sanuto: o mar é deserto para além de Gades. Mas, contra a alegação de que os portugueses fossem em demanda dessas ilhas, já conhecedores da existência delas, depõe o texto da crónica do descobrimento de Porto Santo, ao contar-nos como foi filho do acaso que arrojou sobre essa praia deserta os mareantes partidos a reconhecer a costa africana para o Sul.

(1) Com relação ao grupo dos Açores sucede caso análogo ao da Madeira. Tanto na carta de Parma, do XIV século, como na catalã, da Bibl. de Paris, como na da Bibl. Pinelli (1380-1400) se encontra pròximamente indicado esse grupo de ilhas com os próprios nomes, mais ou menos estropiados, que os descobridores portugueses deram às ilhas do arquipélago. O que se disse para o caso da Madeira aplica-se ao dos Açores. O mapa de Gabriel de Vàlsegua (Maiorca, 1439) atribui porém a descoberta do arquipélago a um Diego de Senill (Sevilha) *pelos del rey de Portogall l'an* MCCCCXXXII. A descoberta é portanto portuguesa embora se erre o nome do descobridor (Cf. Santarém, nota de p. 389 à *Conq. de Guiné*, de Azurara), o que não impede Harisse (*Discovery of America*, p. 655) de reproduzir as inferências erróneas e já antes refutadas que deste facto induzira d'Avezac *(Not. des découv. faites au moyen age*, p. 31).

Apesar de tudo isto, não é menos verdade, porém, que Gaspar Frutuoso, nas suas *Saudades da Terra* (liv. 3.º) conforme o diz o P.º Cordeiro *(Hist. insul.*, II, 2) e António Galvão, no seu *Trat. dos descobr.* (1563, fol. 22) viram o mapa trazido pelo infante D. Pedro, de Veneza, e onde se achava inscrito o arquipélago dos Açores, ou pelo menos ilhas que o poderiam parecer. — Cf. Santos, *Mem. sobre dois antigos mapas, etc.*, nas *Mem. de Lit.* da Academia, VIII, 275-301; e *Os filhos de D. João I*, do A., p. 72, nota.

Tal era o estado dos conhecimentos geográficos, na época em que Portugal iniciou o movimento das navegações e descobertas.

Para Oeste alongavam-se as planícies de um mar, misteriosamente povoado por lendas aéreas, em que a imaginação, perdendo-se, não aguçava as cobiças. Embora os cálculos, errados como eram, pusessem a contracosta da Ásia, em Cipango, metade mais próxima do que de facto a América nos fica: apesar disso, a vastidão era tão grande que ninguém se atreveu a transpô-la, antes que Colombo, guiado por uma iluminação mística, realizasse a sua grande viagem.

Para o Sul havia o terror medonho de um mar abrasado em fogo e envolvido em trevas. Além dele ficavam os Índias doiradas. E foi necessário quase um século de tentativas aturadas e persistentes, foi necessária a força paciente do génio português, para que afinal Vasco da Gama partindo de Lisboa fundeasse em Calicut, abrindo a estrada marítima do Oriente.



# APÊNDICE B

## A lenda do Preste João nas crónicas portuguesas

É sabido que nos primeiros séculos da Igreja o patriarcado copta de Alexandria tinha sob o seu governo as Igrejas da Etiópia e da Núbia. Subindo o vale do Nilo, o cristianismo tinha-se internado na África Central, passando daí às Índias. Sabemos também quanto o patriarca de Alexandria, nas suas lutas com a igreja de Constantinopla, exagerava a importância das nações cristãs da Etiópia e da Núbia, que, segundo dizia, podiam levantar em campanha cem mil cavalos e outros tantos camelos, e desviar o curso do Nilo, esterilizando por tal forma o Egipto.

Sabe-se igualmente que, no século IV, por causa do cisma alexandrino, a igreja da Etiópia se separou do grémio cristão, ficando como que perdida para a Europa durante um período de

mil anos [1], até que, no século XVI, as viagens dos portugueses acabaram pela desencantar. Concorreram para isso as conquistas dos árabes que, avassalando toda a África Mediterrânea, tiveram durante séculos isolados da civilização europeia as regiões orientais, cuja penetração fora crescendo desde o tempo de Alexandre Magno. Só quando a onda dos árabes começou a refluir, é que de novo surgiram as lembranças antigas, avivadas pela cobiça das Índias douradas: «thesauris arabum et divitiis Indiœ».

Consta que em 1145 houve pela primeira vez na Europa notícia de um potentado oriental, cristão nestoriano, a quem se dava o nome de Preste João. Dizia-se ter batido os persas, atribuindo-se-lhe o pensamento de descer a Jerusalém contra os árabes, em auxílio dos cristãos. Assim o participou um bispo da Síria que fora a Roma implorar a protecção de Eugénio III [2]. Em 1237 a indicação das Índias aparece ligada ao Preste João, em uma carta em que o prior dos frades missionários da Terra Santa dizia a Gregório IX, referindo-lhe os serviços prestados ao cristianismo pelos seus religiosos em diversas partes da Ásia:

«Temos recebido muitas letras do patriarca nestoriano, a quem obedece a grande Índia, que é o reino do Preste João, e as terras vizinhas do Oriente». No atlas catalão de 1374, publicado em Paris em 1838, vê-se, entre as palavras «África» e «Núbia», a figura de um imperador coroado, empunhando o ceptro, e ao lado esta legenda: «...de Sanayns, ciutat do... est... de

(1) Gibbon, *Decline and fall*, etc. XLVII, 6.
(2) Fleury, *Hist. Ecclésiast.*, 69 § 10, an. 1145.





Nubia. Esta tos temps em guerra e armes com crestians de Nubia, qui son so senyoria de l'imperador de Etiopia de la terra do Preste Johan».

Não admira, portanto, que, efectuada a conquista de Ceuta em 1415, o infante D. Henrique, para quem esse feito de armas iniciava a descoberta do mundo roubado ao conhecimento da Europa pela expansão dos árabes, soubesse ou imaginasse poder chegar, através da África marroquina, aos Estados do Preste João, isto é, às Índias.

Restabelecer as relações entre os dois povos cristãos seria o melhor modo de ultimar o extermínio dos mouros, empresa tradicional dos povos peninsulares, e de concluir a campanha épica das Cruzadas.

Na segunda metade do XV século, apesar da dilatada série de trabalhos realizados, pouco ou nada se adianta acerca do conhecimento exacto da Abissínia. Buscava-se por toda a parte o Preste, sem ser possível encontrá-lo. Reconhecera-se todo o litoral da África Ocidental e as pesquisas eram infrutíferas. Em 1488, veio em pessoa a Lisboa o rei negro dos jolofos da Guiné pedir o protectorado português e o estabelecimento de missões; e tanto estes missionários como os que em 1491 se estabeleceram no Congo, os indígenas que Bartolomeu Dias levou consigo na viagem em que dobrou o Cabo da Boa Esperança, tinham encargo especial de se internarem na região para descobrirem os caminhos do lendário império escondido nas dobras alpestres da África Oriental superior.

Compreende-se, pois, fàcilmente, que estas tentativas não fossem coroadas de maior êxito do que as de meio século antes por via de Marro-

cos. Apesar disso, um embaixador do rei de Benim, chegado a Lisboa, informou D. João II de que, para além dos seus Estados, obra de duzentas e cinquenta léguas para Oriente, havia um príncipe poderosíssimo, chamado Ogané, de quem o de Benim era vassalo. Tais pormenores e circunstâncias alegava o rei, e de tal modo descrevia os ritos e cerimónias daquela corte, que D. João II acreditou ser a do Preste.

Não era; mas as afinidades explicam-se pela arabização que já há séculos se estendera em todos os povos da África Central.

Desta suspeita veio, porém, a ordem dada pelo rei a Bartolomeu Dias de que, nas terras que fosse descobrindo «deixasse certos negros e negras, que já industriados levava consigo, a fim de que por via deles chegasse à notícia do Preste João o desejo que o rei sentia de o conhecer e tratar com ele amizade» (1). Ao mesmo tempo D. João II enviava por terra emissários que deviam seguir através do Egipto e da Síria em demanda do encantado Negus. O primeiro destes enviados parece ter sido um frade, António de Lisboa, que por desconhecer o árabe não pôde passar de Jerusalém. Seguiram-se-lhe outros sem maior êxito (2), até que, em 1487, partiram para o Oriente, por via de Nápoles, Pero de Covilhã e Afonso de Paiva.

Entretanto chegava a Lisboa um enviado singular que encheu de contentamento o ânimo de D. João II: era Lucas Marcos, sacerdote etíope, recém-chegado da Abissínia, que fora a Roma beijar o pé de Inocêncio III, e a quem o

(1) Góis, *Crón. de el-rei D. Manuel,* III, 58.
(2) *Ibidem.*





Papa, depois de o ter alojado no colégio de Santo Estêvão dos índios, mandou a Lisboa com recomendação para o rei. É de presumir com que agrado seria acolhido o emissário do próprio Preste que havia tantas dezenas de anos excitava a curiosidade nacional, formando com a sua lenda um núcleo, em cuja volta se haviam urdido tão grandes empresas e enlaçado tão maravilhosas esperanças.

Covilhã e Paiva prosseguiram a sua viagem de Nápoles a Rodes, de Rodes a Alexandria. No Egipto incorporaram-se nas caravanas de Fez e Tlemecen, caminhando como marcadores em direcção a Tur, donde passaram a Suaquém e de lá a Adém. Aí separaram-se: Paiva para se internar na Abissínia, Covilhã para se dirigir à Índia. Combinaram encontrar-se no regresso no Cairo. Paiva, depois de penetrar na Abissínia, morreu no Cairo, à volta; e aí o seu companheiro soube do seu falecimento. Covilhã correra toda a costa do Malabar e fizera a travessia do Oceano Índico até Sofala.

Tardando as notícias dos seus emissários, D. João II, que não parava, expediu dois judeus, o rabino Abraão de Beja e José de Lamego, com cartas para o Cairo. Encontrou-se com ambos Covilhã na capital do Egipto muçulmano, e despachando para o Reino José de Lamego, mandou por ele cartas a D. João II, dizendo-lhe que, pela derrota de África, sem dúvida alguma se chegaria à Índia, e que o Preste João não podia ser outro senão o *negus* da Etiópia. Alguns pretendem que, acompanhando esta carta do Covilhã, vinha um mapa do Oceano Índico. Mais participava o explorador ao rei de Portugal que, no cumprimento das suas ordens, ia partir de novo

para visitar Ormuz e o Golfo Pérsico, e de lá demandar o Preste João, uma vez que Paiva morrera sem poder relatar o que vira.

Acompanhado pelo rabino Abraão, saiu Covilhã, com efeito, do Cairo para Adém e de lá para Ormuz, voltando ao Mar Vermelho, visitando a Meca, o Sinai, Tur, e por fim Zeila, de onde se internou na Abissínia, sòzinho, pois de Ormuz despachara para Portugal o companheiro com cartas ao rei. Em 1490 chegou por fim à corte do soberano etíope, que então se chamava Escanden ou Alexandre. Foi recebido com agasalho, mas, impedido de partir, teve de fixar-se nessa terra, onde casou. Vivia ainda em 1526, ao tempo da embaixada de D. Rodrigo de Lima (1).

Parece que durante o período de oito anos, entre a chegada de Covilhã à corte do Preste e a de Vasco da Gama por mar a Calicut, houve ainda outras expedições de demanda do Preste, provocadas pela ânsia em desvendar o enigma; mas de tais viagens não há outra notícia além das palavras do cronista: «e depois foram outros com muitos gastos que o rei nisto fez» (2).

Em 1497 partiu de Lisboa Vasco da Gama; no ano seguinte navegava no Oceano Índico. Em Moçambique obtivera notícias do Preste João: «Disseram-nos que o Preste João estava dali cerca e que tinha muitas cidades ao longo do mar, e que os moradores delas eram grandes mercadores e tinham grandes naus, mas que o

(1) Góis, *Crón.* e em geral os cron. dos descobr. Barros, Castanheda, Correia, etc.
(2) Resende, *Crón. de D. João II*, 60.





Preste residia muito no interior, aonde se não podia ir senão em camelos» (1).

Três anos depois, o descobridor do Brasil, Pedro Álvares Cabral, na sua volta da Índia, deixou dois exploradores em Melinde, recomendando-lhes que trabalhassem por chegar à Abissínia. Em 1507, Tristão da Cunha desembarca no mesmo ponto outros três enviados do rei D. Manuel com cartas régias para o soberano etíope; mas esses emissários não logram penetrar no interior. Em 1508, Afonso de Albuquerque encontra-os e transporta-os ao Cabo Guardafui, de onde, por fim, conseguem chegar à corte do Preste. Governava então o reino a Imperatriz Helena, durante a menoridade de seu neto David. Esta missão determinou a vinda a Portugal do embaixador Mateus «trazendo cartas de Helena, avó de David, Preste João, imperador dos etíopes, a D. Manuel de Portugal, escrita em 1509» (2).

Alcançara-se por fim o desejado conhecimento da nação do Preste; conseguia-se, porém, quando já nada importava para o fim que em outro tempo lhe dera tamanho valor: para o descobrimento do caminho da Índia. Estava já traçada a derrota pelo Cabo da Boa Esperança e o lendário imperador do Oriente, chefe de uma cristandade perdida, não passava de um príncipe bárbaro, encastelado nos desvios ásperos das montanhas da África Oriental superior.

Submetida a Índia, Afonso de Albuquerque concebeu o plano grandioso do império oriental português. Tomada Goa, tinha o Malabar segu-

(1) *Roteiro da viagem de V. G.* (ed. Herculano, 2.ª), p. 25.
(2) Góis, *Crón.*

ro; a conquista de Ormuz dava-lhe a chave das comunicações com a Pérsia e a Ásia Central; a posse de Malaca assegurava-lhe o predomínio sobre as relações com o Extremo Oriente. Assim que tivesse Adém e as portas do estreito de Bab-el-Mandeb, senhor como era de Socotorá e do Cabo Guardafui, imperaria sobre a derrota do Mar Vermelho, isto é, nas relações com o Egipto e com a Europa. Tinha em suas mãos as chaves de todas as portas do Oriente conforme então se dizia.

Compreende-se, pois, a importância que deviam ter ainda depois de descoberta a Índia o Preste João e a sua lenda, desde que a Abissínia ocupava uma das margens desse Mar Vermelho que na fronteira tinha Adém, ponto estratégico em vão cobiçado por Albuquerque.

Compreende-se, portanto, o entusiasmo com que em 1512 o governador da Índia acolheu o mouro baptizado, Mateus, que vinha a caminho de Portugal, enviado pelo Preste João. Imediatamente o fez seguir para o Reino [1].

Três anos passados, em 1515, voltou Mateus de Portugal para a Índia, acompanhado pelo cronista Duarte Galvão, embaixador do rei e portador de riquíssimos presentes. Já Albuquerque morrera e governava a Índia Lopo Soares [2]. Embarcando em Goa para o Mar Vermelho, Galvão morreu (1517), a caminho de Massauá; e os seus companheiros, Mateus e o P.e Francisco Álvares, ficaram três anos esperando meios e ocasião de continuarem a viagem da

(1) G. Correia, *Lendas da Índia*, II, 325-8; ano 1512.
(2) *Id., Ibidem*, II, p. 499, ano 1517.





Etiópia [1]; até que em 1520, governando a Índia Diogo Lopes de Sequeira, foi afinal a embaixada portuguesa desembarcar em Massauá, sendo provàvelmente acolhida pelo barnagais, isto é, pelo sultão vassalo do imperador abissínio.

O mesmo ponto em que agora, decorridos quase quatro séculos, os italianos iniciaram a ocupação da Abissínia, era onde desembarcava o embaixador Mateus, de volta de Portugal, em companhia de D. Rodrigo de Lima, acompanhado por um séquito de quinze pessoas, entre as quais ia o padre Francisco Álvares, companheiro de Duarte Galvão. À volta desta embaixada ao Reino, o padre Álvares escreveu e publicou a sua *Verdadeira informação das terras do Preste João das Índias* (1540) [2]. Só então se soube exactamente o que havia de verdade na lenda, que desde os fins do XII século ocupava a imaginação da Europa. O livro do padre Álvares despertou tal curiosidade que logo foi traduzido em castelhano (Amberes 1557, Zaragoza 1561, Toledo 1588); em alemão (Eisleben 1566); em francês (Amberes 1588, Paris 1674); e em italiano (Veneza 1550). Assim ficou dissipada a lenda do Preste João.

Atrás dela, levados por essa miragem, tínhamos ido ao largo no mundo e achado a derrota da Índia. Via-se, por fim, que o Preste nada importava para a existência do nosso domínio oriental; e as esperanças que Afonso de Albuquerque punha no protectorado da Etiópia, pro-

(1) G. Correia, *Lendas da Índia*, p. 464, ano 1515.
(2) Reimpresso em edição fac-símile pela Imprensa Nacional de Lisboa, 1889.

vavam também infundadas, porque não dependia dela o império sobre o Mar Vermelho e sobre o estreito de Bab-el-Mandeb.

Não tendo os portugueses conseguido tomar Adém, nem manter-se em Socotorá, guardando as chaves do estreito, o seu império na Índia ficou sempre à mercê das incursões de turcos e egípcios que no Mar Vermelho equipavam impunemente as suas esquadras. Foi esta, como é sabido, uma das causas principais da instabilidade e da curta duração do império português na Índia.



# APÊNDICE C

## Mestre Jaime, o maiorquino

UMA série de artigos publicados pelo sr. Gabriel Llabrés, no *Boletín de la Soc. Arqueol. Luliana,* de Palma (Baleares), meses de Setembro, Outubro e Novembro de 1890, encerra copiosas notícias acerca dos célebres cartógrafos maiorquinos, escola a que o infante D. Henrique foi buscar o monitor da sua Academia de Sagres. Quem era, porém, esse mestre Jaime? É o que o sr. Llabrés procura determinar no artigo (Outubro) de que extractamos as seguintes informações.

O mestre dos cartógrafos maiorquinos, no último quartel do XVI século, era um judeu por nome Jafuda Cresques, filho de Cresques Abrae e descendente de uma família hebraica residente nas Baleares desde tempos remotos. Tinha tal reputação e crédito como cosmógrafo, que era conhecido *pelo judeu das bússolas, el judio de las brújulas.* Como cartógrafo não era

menos reconhecida a sua competência: de toda a parte, em volta do Mediterrâneo, vinham encomendar-lhas particulares e soberanos e resta ainda hoje da sua mão o célebre mapa-múndi, dado em 1381 pelo rei do Aragão, João I, *o caçador,* ao de França e reproduzido a última vez em 1881 por Delisle, em Paris.

Baptizado, o judeu cartógrafo, por virtude das medidas violentas decretadas contra os israelitas do Aragão em 1391, trocou o seu nome de Jafuda Cresques em Jaime Ribes, continuando a merecer os maiores obséquios e distinções da parte do rei aragonês. Em 1395 subiu ao trono o rei Martinho que chamou o cosmógrafo para a corte; mas com a morte do rei, em 1410, mudaram as coisas, e Jaime Ribes desaparece, quando contava 50 ou 60 anos.

Deve ser este o mestre Jaime que veio professar na escola de Sagres. Está provado não ser o outro Jaime, contemporâneo, Jaime Ferrer, o navegante ou aventureiro que em 1346 fizera a viagem ao rio do Ouro. O primeiro registo dessa viagem sem consequências é o de 1375, no mapa-múndi de Cresques, reproduzido por todos os cosmógrafos maiorquinos posteriores. E não há notícia de nenhum outro Jaime contemporâneo com reputação científica para aconselhar o infante D. Henrique a contratá-lo. Jafuda Cresques, Jaime Ribes, Jaime ou Jacome, o maiorquino, são portanto a mesma pessoa; e esse cosmógrafo dos reis de Aragão é o mestre que ensinou a grande plêiade de cartógrafos maiorquinos, Guilherme Soler, Valseca, Viladeste, Oliva, Prunés, Salvat, etc., antes de vir para Portugal iniciar na escola de Sagres os pilotos portugueses nas artes da navegação.



# APÊNDICE D

## As publicações portuguesas do Centenário Colombino

SÃO três os tomos que reunem os trabalhos históricos portugueses, coligidos por ocasião do centenário da descoberta da América, e destinados a contribuir para o conjunto das manifestações de diversa ordem, com que a Península celebrou a apoteose de Colombo.

O primeiro é o *Esmeraldo de situ orbis,* de Duarte Pacheco Pereira, até agora inédito, e que foi impresso por ordem do Governo, formando um tomo de XXV-125 pág. fol., que compreendem, além do texto, uma colecção de documentos e o prémio biográfico do autor, pelo sr. Rafael Basto.

O segundo é o grosso volume, em que, por ordem do Governo também, se coligiram *Alguns documentos do Arquivo Nacional da Torre do*

*Tombo acerca das navegações e conquistas dos portugueses*, etc., fol. de XVII-556 pág. ilustrado como o precedente, com numerosos *fac-símiles* e gravuras diversas.

O terceiro, finalmente, é o vol. fol., em que a Academia Real das Ciências de Lisboa reuniu, sob o título de *Centenário do descobrimento da América: Memórias da comissão portuguesa*, uma colecção de ensaios sobre diversos pontos, directamente ligados com a façanha comemorada em 1892. Como é sabido, foi a Academia encarregada pelo Governo de preparar a representação de Portugal no Centenário Colombino, e justiça é confessar que se desempenhou da comissão de um modo credor de elogio. O tomo da Academia inclui os seguintes trabalhos:

1. *O relatório dos actos da comissão da Exposição Colombina* (p. 1-19) pelo sr. Araújo;
2. *O centenário do descobrimento da América*, (p. 1-19) pelo sr. Teófilo Braga;
3. *Breve notícia do descobrimento da América*, (p. 1-80) pelo sr. Teixeira de Aragão;
4. *Catálogo dos objectos de arte e indústria dos indígenas da América, enviados a Madrid*, (p. 1-44) pelo mesmo;
5. *Estudos sobre os navios portugueses nos séculos XV e XVI* (p. 1-119) pelo sr. Lopes de Mendonça;
6. *Memória sobre a residência de Cristóvão Colombo na Ilha da Madeira* (p. 1-11) pelo sr. Agostinho de Ornelas;
7. *Os navios de Vasco da Gama* (p. 1-28) pelo sr. Brás de Oliveira;
8. *O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral* (p. 1-16) pelo sr. Baldaque da Silva;
9. *Carta de el-rei D. Manuel ao rei católico, narrando as viagens dos portugueses na Índia, de 1500 a 1505* (p. 1-104) pelo sr. Próspero Peragallo.





*

O primeiro dos três tomos, agora impressos, é um monumento de indiscutível alcance histórico, e ao mesmo tempo a obra de um homem que, nos fastos da epopeia oriental portuguesa, tinha já consagrada a reputação.

Duarte Pacheco, segundo usualmente se diz, ou Duarte Pacheco Pereira, ficou célebre pela sua formidável defesa do passo de Cambalaan, contra os exércitos do rajá de Calicut, nos primórdios do estabelecimento dos portugueses no Canará. Pode até dizer-se que, se Vasco da Gama é o inventor da navegação da Índia, Duarte Pacheco é o iniciador e o primeiro defensor do domínio português em terras do Indostão.

De nobre ascendência, Duarte Pacheco, oriundo da geração do algoz de D. Inês de Castro, vivia na corte de D. João II e formava parte, com Diogo de Azambuja, Bartolomeu Nunes e Diogo Cão, da plêiade de homens audazes, capitães e pilotos, tão valentes contra o mar, como em terra: plêiade com que o grande rei abriu o caminho da descoberta da Índia.

Era um dos iniciadores da nobreza nova, criada pelas aventuras ultramarinas: gente que tivera nas praças marroquinas a sua escola de guerra, e nas primitivas viagens de descoberta a sua educação marítima. D. João II manda-o à Costa da Mina, à descoberta, e, depois de repetidas aventuras, Bartolomeu Dias, ao regressar da viagem em que dobrou o Cabo da Boa Esperança, encontra-o náufrago, doente e quase per-

dido, na ilha do Príncipe, trazendo-o ao Reino. Vai depois, na armada de Pedro Álvares Cabral, à Índia, e regressa. Volta em 1503 com os dois Albuquerques, ficando lá por capitão-mor do mar até 1505. É entre estas duas datas que se inscreve o episódio heróico de Cambalaan. De 1520 a 1522 vemo-lo governador de S. Jorge da Mina, na Guiné; e em 1533 já tinha morrido, desafortunado, como tantos dos heróis aventureiros portugueses.

Tal é em breves traços o que se sabe da história deste soldado, que, à maneira geral, ainda neste tempo, era também um marinheiro. Soldado e marinheiro, Duarte Pacheco foi também escritor. Ainda nisto os conquistadores portugueses se parecem com os cartagineses; e Duarte Pacheco e o *Esmeraldo de situ orbis* não são exemplos singulares.

O famoso *Livro* de Duarte Pacheco, *periplo* perfeito das costas ocidentais do Oceano Índico, para não citar os roteiros de Vasco da Gama e de D. João de Castro, é um monumento de índole idêntica à do vetusto *periplo* de Hannon, o cartaginês.

O *Esmeraldo* consta de quatro livros, divididos em vários capítulos. O primeiro livro é uma descrição do Mundo, em cujo centro se coloca o Nilo, descrito conforme as ideias geográficas do tempo. Depois seguem-se considerações várias acerca da cronometria, da cosmografia, derrotas, ventos, marés, determinações de latitudes e longitudes. Esgotadas as considerações gerais, que, por assim dizer, resumem a prática da navegação coeva, descreve-se o Estreito, a costa marroquina, e o litoral africano até à Serra Leoa. Fora o teatro das primeiras viagens





portuguesas. O livro segundo registra o progresso das descobertas no reinado de Afonso V, isto é, até a Costa da Mina e as ilhas do Golfo da Guiné. O terceiro prossegue, no tempo de D. João II, pelo Congo, descoberto por Diogo Cão, até o Cabo da Boa Esperança, transposto por Bartolomeu Dias. O quarto livro, finalmente, descreve a derrota da Índia, concluindo com vários conselhos aos mareantes sobre a travessia e as monções.

Esta rápida notícia do livro que agora, pela primeira vez, saiu a lume, depois de escrito há quatro séculos, basta para que se forme uma ideia da importância do documento e do serviço prestado à história da geografia em geral e à das navegações portuguesas, particularmente, com a publicação feita por ocasião do Centenário Colombino.

*

O primeiro dos documentos coligidos no tomo do Arquivo Nacional tem a data de 18 de Fevereiro de 1416; o último a de 23 de Abril de 1529.

O primeiro é imediato à conquista de Ceuta, início da epopeia das descobertas, que termina quando, nas Molucas, se encontram os argonautas castelhanos e portugueses, partidos opostamente, para Oriente e para Ocidente.

1529 é a data do tratado de posse, navegação e comércio das Molucas, celebrado em Lérida, entre o imperador Carlos V e o rei D. João III.

Cronològicamente arrumados, os numerosos documentos do tomo do Arquivo Nacional acom-

panham e iluminam os momentos sucessivos da história dos descobrimentos, sob qualquer aspecto que os queiramos estudar.

Pelo que diz respeito às relações das duas monarquias peninsulares, no empenho comum e paralelo da descoberta e conquista do mundo desconhecido, principiamos por notar o último que é o tratado das Molucas. Regressando à primeira metade do século XV, achamos o termo de compra dos direitos sobre Lançarote, nas Canárias, pelo infante D. Henrique a um micer Maciote (9 de Março de 1448) documento com que abre o debatido pleito da posse do arquipélago que o infante queria para si, e os reis lhe não deixavam ocupar para impedir conflitos com Castela.

Esse pleito resolve-se afinal pelo tratado de Toledo (6 de Março de 1480) entre Afonso V e os reis católicos; tratado pelo qual as Canárias ficam a Castela, e a Portugal, exclusivamente, toda a África descoberta e a descobrir para o Sul.

E como consequência desse tratado, vem logo (6 de Abril de 1480) a carta régia que declara *mare clausum* o da Guiné, mandando aos capitães que aprisionem qualquer navio não-português encontrado nessas águas; e que os homens das tripulações «sem outra mais ordem nem figura de juízo, possam logo ser e sejam deitados ao mar, para que morram logo naturalmente». Era o que os cartagineses faziam aos navios latinos encontrados nas costas longínquas dos dois extremos do Mediterrâneo.

Liquidado o pleito das Canárias, as descobertas multiplicavam-se todavia; e a toda a hora surgiam do mar terras novas. Era urgente





fixar uma partilha entre as duas nações da Espanha, rivais com efeito, mas não hostis, nessa empresa épica da descoberta do mundo. É o que a bula de Alexandre VI (4 de Maio de 1493) estabeleceu; e sujeitando-se à sentença papal, é o que os soberanos da Espanha, João II e Fernando-Isabel, pactuaram no tratado de Tordesilhas (7 de Junho de 1494).

Na mesma data e lugar os reis assinaram outro tratado para regular as pescarias na costa do Ouro e os limites do reino de Fez.

A carta de D. Manuel (1499) aos reis de Castela, noticiando a descoberta da Índia, liga-se naturalmente ao documento publicado pelo sr. Peragallo no tomo da Academia, e a que mais adiante nos havemos de referir.

Depois encontramos a resolução final das pendências entre as duas coroas acerca da influência em Marrocos, pelo termo da cessão (23 de Setembro de 1509) de Belez da Gomeira, Penhoa com a sua fortaleza e a costa até Melila: cessão feita por D. Manuel à rainha D. Joana de Castela, deixando-lhe por essa forma toda a costa marroquina no Mediterrâneo.

Encontrámos, finalmente, os documentos relativos à viagem de Magalhães, que, efectuada por um português, em navios castelhanos, e destinada a rematar e soldar, em toda a redondeza do Mundo, as viagens divergentes dos dois povos peninsulares, parece obedecer a um desígnio providencial, atestando a íntima cooperação e a unidade essencial das empresas de ambas as nações.

Temos a carta de mercê dos reis de Castela a Rui Faleiro e Fernão de Magalhães (22 de Março de 1518), mandados à descoberta do Pací-

fico. Temos a carta do rei de Castela a D. Manuel (28 de Fevereiro de 1519), assegurando-lhe que a viagem de Magalhães em nada ofende os direitos de Portugal. Temos o movimento da armada de Fernão de Magalhães (6 de Abril de 1519). Temos a carta régia castelhana (19 de Abril de 1519), mandando Magalhães e Faleiro à descoberta. Temos, finalmente, a carta do feitor português na Andaluzia, Sebastião Álvares (18 de Julho de 1519), informando o rei D. Manuel dos pormenores e do alcance da viagem de Magalhães.

Começa a pendência para a posse dos territórios do Extremo Oriente, ou por outra, a questão das Molucas, problema intrincado para a cosmografia do tempo, e que devia ser resolvido pelo tratado de Tordesilhas, conforme a bula de Alexandre VI. Registro dessas disputas nos confins extremos do Mundo é a carta de António de Brito a D. João III (6 de Maio de 1523) sobre a viagem de Banda e como por lá se houvera com os castelhanos de Magalhães. E a conclusão do pleito e o tratado de Lérida (23 de Abril de 1529), a que já nos referimos.

Este simples enunciado mostra o valor inestimável que têm os documentos do Arquivo Nacional (transcritos integral e fielmente) para a história de ambas as nações, na sua empresa comum da descoberta do Mundo. Demonstram o carácter de intimidade e acordo que as animou sempre, nos diversos pontos em que se acharam em contacto, senão em conflito: em Marrocos, nas Canárias, nas Molucas.

Nem valem menos, para a história particular portuguesa, os numerosíssimos documentos publicados: bulas, cartas régias, doações e, entre





tôdas, a colecção de cartas de Afonso de Albuquerque, da Índia, nos anos de 1512, 1513, 1514 e 1515.

*

Monumentos de igual valor são os que especialmente se referem à descoberta do continente americano. Mas, a este respeito, convém aproximar os documentos do Arquivo Nacional com o tomo das Memórias da Academia; especialmente com os trabalhos dos srs. Teófilo Braga e Teixeira de Aragão, e muito particularmente com o breve mas lúcido estudo do sr. Baldaque da Silva acerca do carácter exacto que teve o descobrimento do Brasil.

Não é de agora que se põe em dúvida a verdade da tradição que dá como ocasional a descoberta do Brasil. Os navios de Cabral, arrojados por um temporal ou transviados por um erro de navegação, para o Ocidente, teriam descoberto a América Austral. Demonstrar a impossibilidade desta versão, é o que o sr. Baldaque faz, a nosso ver, cabalmente.

E por outro lado já da carta enviada a D. Manuel, do Brasil, por Pero Vaz de Caminha (doc. de 1 de Maio de 1500), já do *Esmeraldo*, agora publicado, vê-se a intenção de achar as terras austrais da América e infere-se a quase certeza de que Pedro Álvares Cabral levaria instruções reservadas a tal respeito. Caminha diz:

«Assim seguimos *vosso caminho* (isto é a derrota indicada pelo rei) por mar do Congo até 20 de Abril que topámos alguns sinais de terra» (1).

(1) V. a nota sobre a viagem de Cabral, onde se regista o erro que há nesta transcrição.

Por outro lado, Duarte Pacheco, dirigindo-se ao rei, alude ao propósito da descoberta da América Austral nestas palavras:

«No terceiro ano do vosso reinado, ano de Nosso Senhor de 1498 em que V. A. nos mandou *descobrir a parte ocidental,* passeando além a grandeza do mar Oceano, onde é achada e navegada uma tão grande terra firme com ilhas adjacentes a ela». *(Esmeraldo* I, 2.º, p. 7). Esta *grande terra firme* é a América descoberta por Colombo; e claramente se divisa o pensamento de que esse continente havia de prolongar-se para o Sul.

A viagem de Duarte Pacheco não chegou a efectuar-se em 1498; mas dois anos depois é a de Cabral, e parece fora de dúvida que o pensamento denunciado antes, não teria desaparecido da mente do monarca.

Que motivo, porém, obrigava a conservar reservado esse plano? Por que não vem ele expresso nas instruções patentes dadas a Pedro Álvares Cabral (doc. 1500)? Evidentemente porque o rei temia, ao dar essas instruções, que o vizinho de Castela protestasse, por elas infringirem os termos do tratado de Tordesilhas.

No Atlas de Cantino, onde vem traçada a linha divisória do tratado, as costas do Brasil, que com efeito avançam protuberantemente no Oceano, ficam para dentro, porém, da esfera de acção reservada a Portugal; bem como o ficam, ao Norte, as terras dos Corte-Reais.

Também essa outra investida por Oeste se acha registrada no tomo dos documentos do Arquivo Nacional: é a carta de D. Manuel a Miguel Corte-Real (15 de Janeiro de 1502) doando-lhe as terras que descobrisse; é a doação





de 17 de Setembro de 1506, a Vasco Anes Corte-Real; etc. E além destas provas de que o propósito descobridor dos portugueses se não limitava ao rumo do Oriente, temos a carta de D. João II (24 de Junho de 1486) para a descoberta da ilha ou ilhas das Sete Cidades, arquipélago lendário do Atlântico, miragem fugaz levantada sobre os nevoeiros do mar pelas tradições antigas renovadas com as lendas dos paraísos célticos.

*

Mencionamos ainda, no tomo das Memórias da Academia, os estudos do sr. Lopes de Mendonça e do sr. Brás de Oliveira. O primeiro pode dizer-se que esgotou o assunto da arqueologia naval portuguesa da Renascença, coligindo todas as fontes de informação acerca dos tipos de navios, suas formas, abastecimentos, equipamento, custo, etc. O segundo apresenta um hábil e curioso ensaio de reconstrução das naus que levaram Vasco da Gama à Índia.

E por fim, cumpre não esquecer, nesse mesmo tomo da Academia, a Memória do Sr. Ornelas sobre a residência de Colombo no Funchal; e menos ainda a carta do rei D. Manuel aos reis de Castela, narrando-lhes os acontecimentos da Índia desde 1500 a 1505. Esse documento, que o sr. Peragallo reimprime hoje, fora publicado em uma tradução italiana em 1505, mas dessa edição apenas restam, que se saiba, três exemplares. Sobre a cópia de um desses exemplares, cotejada com a edição de Burnell (1881; 25 exemplares) se fez a impressão actual em que, ao lado do texto italiano, vem a tradução em português.

Em que língua foi primitivamente escrita a carta, que deve existir nos arquivos de Espanha? Uns querem que em latim, outros em castelhano: o mais provável é que fosse em português. O sr. Peragallo comentou a carta com anotações copiosas; e juntou-lhe, como apêndice, a *Relacione* das viagens de Chá Masser na Índia; e as cartas de Alberto Cantino e Pietro Pascualigo acerca das descobertas dos Corte-Reais. Colombista convicto, o sr. Peragallo, sacerdote italiano, quase nacionalizado português, por largos anos de residência em Lisboa, cooperou assim connosco no preito que toda a Espanha tributou ao descobridor da América.

Eis aí, o que são os subsídios novos com que Portugal contribuiu para o Centenário Colombino. A importância destes trabalhos ressalta à simples enumeração; mas só compulsando-os e estudando-os, é possível avaliar o alcance que possuem para os progressos do saber exacto.

E não esqueçamos, para concluir, o volume que o sr. Pinheiro Chagas publicou sob o título de *Os descobrimentos portugueses e os de Colombo*, Lisboa, 1892, que é uma dissertação histórica de subido valor.



# APÊNDICE E

## As instituições coloniais portuguesas

CRONOLÒGICAMENTE, os primeiros factos que atestam o génio colonizador dos portugueses são as doações. No sistema da soberania e da propriedade, segundo o direito feudal europeu, afirmada a suserania papal sobre as terras, *sem senhor*, por serem desconhecidas, a primeira doação era a da Santa Sé que nelas investiu os monarcas descobridores, conferindo, ou antes, consagrando a propriedade fundada no direito do primeiro ocupante. Em Portugal, a Coroa, investida pelo Papa no domínio das terras descobertas, transferiu a suserania para o infante D. Henrique (1) a quem, como grão-mestre da Ordem de Cristo, a Igreja, por seu lado, conferia o dízimo dos direitos eclesiásticos para o fim da propagação da fé (2).

(1) Bulas de 8 de Jan. de 1450 e 1454 (Nicolau V).

(2) Doações de 1449 e 1454, confirmadas pela bula, de Nicolau V e Calisto III. V. Sousa, *Hist. Geneal.*, *Provas*, I p. 442, 4, 5 e 6.

Assente nestas bases o direito político e de propriedade, o infante D. Henrique, donatário universal das terras descobertas, transfere-as, por seu turno, a donatários ou concessionários, dos quais o primeiro é o genovês Bartolomeu Perestrelo que tem Porto Santo. A carta de doação de 1 de Novembro de 1446 (1) estabelece a hereditariedade da concessão em linha primogénita masculina, atribuindo ao donatário a jurisdição cível e crime, *ressalvando morte ou talhamento de membro;* o monopólio dos *moinhos de pão,* excluindo as mós de braço; o monopólio dos fornos de pão; o imposto de um marco de prata sobre as serras de água e outros engenhos, com o dízimo para o infante; o monopólio da venda do sal; o dízimo dos rendimentos suseranos reservados para o infante; e finalmente a faculdade de distribuir terras sob condições de serem cultivadas dentro de cinco anos, conforme a lei vigente das sesmarias.

A doação de Porto Santo não trouxe maiores resultados, porque a ilha não passava de um areal quase estéril; mas processo idêntico, ou análogo, aplicado, não só à Madeira, como aos Açores (2), deu em consequência a rápida povoação e cultura das ilhas adjacentes (3). Foi

(1) Arq. Nac. *Chanc. Afonso* V, 33.º fl. 85; transcritas integralmente no tomo dos *Doc. da Torre do Tombo* (*Centen. Colomb.*), p. 10.

(2) V. as cartas de doação publicadas em Cordeiro, *Hist. insul.* I, 149 e 151; II, 8; no *Arq. dos Açores,* II, 11; IV, 193, 207; e nas *Saudades da Terra* (ed. Azevedo) p. 451-9 e 665, notas do ed.

(3) «E foe o começo da povoraçom desta ilha (Madeira) no anno do nascimento de Jhu Xpõ de mil e iiij XX (1420) annos». — «E na era de mil e iiij. rv. (1445) mando o iffante... povoar outras duas ilhas». (Santa Maria, S. Mi-





ainda o mesmo processo que, quase um século depois, o governo de D. João III aplicou à primitiva colonização do Brasil (1) e que estabeleceu o ponto de partida da constituição do futuro império neo-português da América.

Tais foram pois os primeiros processos empregados para a colonização e povoação das ilhas desabitadas e incultas. Era um facto novo na história económica do Mundo. E quando, mais tarde se descobre, no Golfo da Guiné, a ilha, também desabitada e também inculta de S. Tomé, aos processos anteriores junta-se o da colonização penal e proselítica. Para S. Tomé, começou D. João II a mandar os condenados a degredo (2), e mandou também para lá os filhos dos judeus fugidos de Castela, já baptizados, que foram com o donatário da ilha, Álvaro de Caminha, em 1493, para a povoarem, vivendo cristãmente (3). As colónias de povoação e de

guel) Azurara, *Conq. de Guiné,* LXXXIII, p. 388-9. A introdução da cana de açúcar, trazida da Sicília (nem Azurara, nem Barros falam da malvasia de Cândia) teve um êxito imediato na Madeira. A instalação das serras de água para a exploração das florestas da ilha, deu novos progressos à construção naval permitindo «fazer navios de gávea e castelos de avante, porque dantes não os havia no reino... nem havia mais navios que caravelas do Algarve e barinéis em Lisboa e Porto». — *Saud. da Terra* (ed. Azevedo) c. XII, p. 65. É este mesmo livro que diz (XX, p. 113) ter o infante mandado vir os bacelos de Cândia.

(1) Cf. *O Brasil e as Colón. Port.* do A. (3.ª ed.), p. 8-16.

(2) «Estas ilhas (S. Tomé, Príncipe) foram descobertas pelos navios de el-rei de Portugal em 1484... O rei de Portugal manda para lá todos os anos os condenados à morte para cultivarem a terra e sustentarem-se do que ela produz». — Seg. do globo de Nuremberg, de Behaim; Major, *Vida do infante,* etc., p. 386.

(3) Resende, *Crón. de D. João II,* 179.

plantação, às colónias pròpriamente ditas e às *fazendas*, junta pois o espírito inventivo da administração portuguesa as colónias presidiárias.

O tipo arcaico, fenício e grego, das colónias feitorias, guardadas por fortalezas, é também restaurado logo desde os primeiros tempos das explorações portuguesas. Na sua primeira viagem, Cadamosto diz ter achado em Arguim oficiais construindo o castelo mandado fazer pelo infante D. Henrique; por isso Góis, referindo como, em 1461, D. Afonso V mandara Soeiro Mendes levantar uma fortaleza nesse ponto, observa: «mas parece que seria mais mandá-lo acabar que não começar de novo, pois o Infante foi o autor de tal obra» (1). Arguim foi a primeira feitoria de tráfego ou resgate sertanejo, funcionando à sombra de uma fortaleza; a segunda foi, mais ao Sul, S. Jorge da Mina, hoje conhecida pelo nome de Elmina. D. João II vendo que o arrendamento feito por seu pai a Fernão Gomes produzia pouco, e disposto a dar um novo impulso às empresas coloniais, mandou em 1481 Diogo de Azambuja com uma frota levando todos os materiais para a construção do forte (3). Construiu-se a fortaleza em 1482, e nesse mesmo ano se estabeleceu o protectorado sobre o Cazamansa: era outra restauração do sistema colonial da Antiguidade.

Se as feitorias e protectorados sobre os povos bárbaros reproduziam tipos clássicos, o tipo das companhias de navegação e exploração colonial,

(1) Góis, *Crón. do Princ. D. João*, 8.
(2) Resende, *Crón. de D. João II*. 25. Cf. Luciano Cordeiro, *Diogo de Azambuja, pass.*





ampliação das companhas de pescadores do Algarve, era porém um facto novo e tão fecundo que, ainda até hoje, todas as nações coloniais o empregaram e estão empregando. A primeira companhia de navegação e comércio ultramarino que existiu nos tempos modernos foi a de Lançarote, de Lagos, para o resgate do ouro e dos negros da costa ao Sul do Cabo Bojador (1): corriam os gastos e lucros de conta da empresa e o infante percebia o quinto do produto bruto (2), como nas presas do mar. A primeira companhia investida em poderes majestáticos, contratadora da exploração progressiva da costa da Guiné, empresa que o governo de Afonso V abandonava, é a de Fernão Gomes que arrematou, em 1469, o comércio africano pela renda de duzentos mil réis anuais, com a obrigação de descobrir, cada ano também, quinhentas léguas de terra para o Sul a partir da Serra Leoa (3).

Este corpo de instituições sucessivas que iam surgindo à medida que se ia alargando a descoberta de terras novas completava-se e como que se baseava no domínio exclusivo do mar, *mare clausura*. Sobre as terras inventara-se o direito de soberania e pròpriedade, mas o instinto de expansão da personalidade humana nunca foi além de apropriar nacionalmente uma certa

(1) «E considerando em esto, Lançarote começou de falar com alguns seus amigos movendo-os pera companhia daquele feito a qual cousa não foi cara daner». — Azurara, *Conq. da Guiné*, 18 p. 105.
(2) «Bem sabe vossa mercee como avees daner o *quinto* d'estes moyros» — *Ibid.* 24, p. 130.
(3) Barros, *Dec.* I, 2, 2. Cf. *Os filhos de D. João I*, do A. p. 256-9.

zona de águas em volta das terras: o mar largo é livre, comum.

E sendo livre, como impedir que na esteira das nossas caravelas fossem as de outrem recolher o fruto por nós amadurecido? Também aqui se vê renascer o antigo pensamento fenício, criando segredos com as derrotas, envolvendo a navegação numa atmosfera de enganos. Os navios redondos, que eram os gerais nas nações do Norte europeu, perder-se-iam irremissìvelmente na Guiné, onde só as caravelas portuguesas podiam navegar. Para dar crédito a esta mentira, o próprio rei D. João II mandava dar à costa urcas velhas [1]. Por outro lado, comprava-se por bom dinheiro o silêncio dos pilotos amestrados nas longas viagens dos tempos posteriores, e do mesmo modo se quebrava a pena dos cartógrafos indiscretos [2], quando se não impunham castigos que iam até a própria morte

(1) «El-rei D. João II por ninguém ousar a ir aquelas partes fez crer a todos que da Mina não podiam tornar navios redondos por causa das grandes correntes. E pera isso toda a pedra, cal, telha, madeira, pregadura, ferramentas, mantimentos, tudo (para a constr. da fortal. de S. Jorge) mandou em urcas velhas, para lá se desfazerem e dizerem que por causa das grandes correntes não puderam tornar; e assim se fez com muito segredo e grandes juramentos e huveram todos por tão certo que na vida de el-rei sempre pareceu que navios redondos não podiam vir de lá e com isto teve sempre a Mina bem guardada». — Resende, *Crón. D. João II*, 24 e 149.

(2) V. o contrato de 31 de Setembro de 1531, entre o agente de D. João III e o cartógrafo e piloto Leone Pancaldo para que a ninguém este ensine o caminho das Molucas, mediante o pagamento de 2.000 ducados, em C. Desimoni, *Una moneta col nome di Guilio II e quatro doc. reguard. il piloto savon L. Pancaldo.* Savona, 1891; 8.º.





aos que revelassem os segredos das derrotas dos navios portugueses [1].

O mar austral era português: essa entrada só levava a estabelecimentos portugueses. Para os próprios nacionais, o rei mandara «que nenhum nom fosse aquelas terras sem seu mandado e licença asy pera guerra, como pera mercadorias e que daqueles a que elle (o infante D. Henrique) asy mandasse ou dese licença lhe desemos o direito do quinto ou dizimo do que de lá trouvessem, segundo a nós pertence» [2]. Mas disposições tais não poderiam tornar-se efectivas se desde o princípio não fossem apoiadas pela força. Ao crescer do império ultramarino português corresponde o aumento das forças navais: as esquadras garantiam a clausura do mar.

Antes delas tomarem o incremento que atingiram no XVI século, já o direito marítimo português, e logo que se regulou com Castela a questão da posse das Canárias, estabelecia regras terríveis contra os infractores do monopólio dos mares. Navio estrangeiro que fosse colhido no

(1) Arq. Nac. *Chanc. de Afonso V, 24.º fl. 61;* carta de 22 de Outubro de 1443, transcrita integralmente no tomo dos *Doc. da Torre do Tombo*, p. 8.

Angelo Trivigiano escreve de Lisboa em 21 de Agosto de 1501 que não pudera obter o mapa de «certa viagem recente a Calicut (a viagem de Cabral descobr. do Brasil) que confirmara as notícias da riqueza da Índia pois o rei de Portugal decretara a pena de morte contra quem quer que comunicasse o mapa dessa expedição: *de la carta del qual viazo non é possible haverne, chel Ré ha messo pena la vita a chi la da fora.* — Zurla, *Marco Polo*, Veneza, 1818; II, 362. — Cf. sobre a clausura do mar e o episódio de João Ango, o tomo I, p. 53-62, desta obra.

(2) Arq. Nac. *Chanc. Af. V, 24.º, fl. 61;* carta de 22 de Outubro de 1443, transc. integr. no tomo dos *Doc. da Torre do Tombo*, p. 8.

mar da Guiné era apresado e a guarnição *deitados ao mar* (1). Por outro lado, se as qualidades náuticas das caravelas tinham facilitado as viagens de descoberta, depois a estrutura desses navios, artilhados, dava-lhes vantagem incontestável sobre os navios redondos, ou naus e urcas. Atribui-se a D. João II a invenção de munir as caravelas de bombardas ao lume de água, «e por serem mui ligeiras e pequenas que as naus grossas lhes não podiam fazer nojo com seus tiros, foram tão temidas no mar as caravelas de Portugal muito tempo, que nenhuns navios por grandes que fossem as ousavam esperar, até que se soube a maneira em que traziam os ditos tiros» (2).

A clausura dos mares que os portugueses tinham mais ou menos conseguido estabelecer no Atlântico Austral, pretenderam também assegurá-la no Oceano Índico, singrado em todas as direcções pelos navios que desciam do Mar Vermelho. Era portanto mais difícil a empresa, do que nos mares desertos da África e por isso foi nos pontos estratégicos do mar das Índias que maiores forças navais portuguesas se concentraram. A sua missão era dar caça às naus dos mouros, já para os expulsar desse campo de acção, já porque o saque dos comboios marítimos formava uma das principais fontes de ren-

(1) «... tanto que os tais (navios) forem tomados, sem outra mais ordem nem figura de juízo possam logo todos ser e sejam deitados ao mar, para que morram logo naturalmente e não sejam trazidos a estes reinos». — *Chanc. Af. V, 32.º, fl. 63;* doc. transcr. no *Tomo dos Doc. da Torre do Tombo*, p. 45.

(2) Resende, *Crón. D. João II*, 180.





dimento. No regimento, ou instruções, que Fernão Soares leva para a Índia em 1507, prescreve-se que «em todo o caminho que fizerdes, se topasses alguns navios e presas de mouros... fareis por a eles chegar e trabalhareis por os tomar... Se tomasses algumas presas em que achasses algumas pessoas e mercadores principais os levareis convosco... e os outros leixareis para servirem nas fortalezas da Índia e também para se resgatarem». Da presa, o capitão tirava para si a sua *jóia*, à própria escolha, contanto que não valesse mais de quinhentos cruzados; depois tirava-se o quinto para el-rei; depois o resto dividia-se em três partes, duas para o rei, e a outra para ser repartida entre as tripulações desde os capitães até os grumetes, segundo a fórmula estabelecida (1).

O império oriental português, vacilante sobre o mar, não conseguiu firmar-se apesar da tentativa genial de Albuquerque: foi uma aventura épica; mas as instituições coloniais inventadas por nós e reproduzidas por todas as nações que vieram depois de nós, deram em resultado a colonização das ilhas atlânticas, do Brasil e da África.

É nesta parte do mundo que encontramos a última e originalíssima adaptação do princípio das doações primitivas, modificado segundo as conveniências locais, para a colonização dos prazos da Zambézia. E tendo noutro lugar (2) estu-

(1) *Doc. da Torre do Tombo*, regim. de Fernão Soares, 1507; p. 161-83.

(2) *Relatório da Comis. encar. de estudar as reformas a introduzir no Sist. dos prazos de Moçambique;* Lisboa, 1889.

dado estas instituições concluo este estudo transcrevendo, em parte, o que então escrevi:

«É conhecida a influência do maometismo nas populações negras da África Oriental, influência simultâneamente exercida ao longo do continente pelas incursões das raças mais ou menos arabizadas da região dos lagos superiores e pelo domínio que no litoral o trato marítimo com as costas fronteiras da Arábia, da Pérsia e da Índia estabeleceu, criando os sucessivos sultanatos de *mouros,* quer dizer, de persas, de turcos, de árabes, de afegãs, em que se achava repartida a África Oriental, desde Lourenço Marques até a Etiópia, na época em que pela primeira vez a visitámos.

Suprimindo o império muçulmano, o nosso domínio aceitou dele instituições que encontrou enraizadas nos costumes dos gentios, procedendo como hoje ainda os ingleses procedem na Índia e os holandeses em Java, isto é, em regiões onde a expansão prévia do Alcorão estabelecera também essa forma inicial de constituição política, que tem por características, a capitação como imposto, e o sultanato militar como governo.

O *mussoco* não é mais do que uma capitação, precisamente idêntica à que os árabes estabeleceram por toda a parte onde estenderam as suas conquistas; e na própria metrópole portuguesa as populações vencidas tiveram de sujeitar-se a serviço igual, quando os árabes vencedores se apossaram em parte das terras na península hispânica.

Por outro lado, o enfiteuta colonial português, estabelecido nos prazos de Moçambique, tendo ao lado o *fumo* ou o *inhacuaua* negro, não foi (nem ainda até certo ponto o é o arrendatário seu herdeiro) mais do que o sucessor dos antigos príncipes indígenas que lavravam a terra para os sultões, e em troca da cobrança da capitação obtinham direitos de soberania sobre os homens e de propriedade sobre as terras.

Substituindo-se aos sultões *mouros,* o domínio português aproveitou, para se consolidar, aquela espécie de feudalismo comum a todos os territórios nas condições em que se encontrava a África Oriental. Ao lado do *fumo* ou do *inhacuaua,* dinastia indígena que reinara até aí sob a suserania do sultão, pôs um português, como os holandeses põem residentes ao lado dos sultões em Java. Mas este *residente* português não era simplesmente um funcionário: era um homem revestido de um poder e autoridade que, gradualmente, havia de absorver e obliterar o poder e autoridade dos dinastas indígenas.

Este traço é que é original nosso, e mais uma vez demonstra o tino, a perspicácia e o alcance de vistas pràticamente lúcido dos nossos antigos colonizadores, que tinham sempre em mira avassalar os territórios, confundindo connosco as populações indígenas.

Instituições do mesmo género vemos aparecerem na Índia logo desde a conquista de Goa por Afonso de Albuquerque, o qual, no propósito de estabelecer os portugueses, ligando-os às indígenas, concedeu gratuitamente aos *casados* os prazos constituídos com as terras confiscadas às aldeias que, desde remotíssimos tempos, viviam no regime de comunismo rural generalizado em toda a Índia. Novos prazos se criaram depois com terrenos conquistados, doando-se, por vários títulos, a diversos enfiteutas; e a história das variações desses bens, extintos final-

mente pela carta de lei de 10 de Junho de 1867, pode ver-se até 1844 no *Repertório comentado sobre forais e doações régias* [1], do jurisconsulto Silva Ferrão, obra que, dizendo muito acerca dos prazos da Índia, é todavia inteiramente omissa com relação aos da Zambézia, embora os mencione de passagem.

Faltou-nos o tempo para indagar como nasceu a instituição dos prazos na Zambézia; mas esta aplicação do direito enfitêutico, não como no século XVI ele se praticava na Europa, mas sim como fora nos tempos remotos da sua origem, quando na decomposição do império romano se constituía por forma que deu origem às instituições feudais; esta aplicação do direito enfitêutico, repetimos, é uma outra face do plano que no Brasil criava também as capitanias gerais. De um mesmo pensamento saiu decerto a ideia de aplicar aos territórios sertanejos do ultramar, para sua civilização, instituições análogas àquelas que na Idade Média tinham servido à civilização na Europa.

«Todo o território dos prazos tem vindo à coroa, diz Sebastião Xavier Botelho, na sua *Memória estatística sobre os domínios portugueses na África Oriental*, por concessões e conquista, e pouco terreno aí há que seja propriedade alodial e lhe não pertença. Foram estas terras encabeçadas com propósito de aumentar as famílias livres, ajudando-as com património e domicílio. São estes prazos de livre nomeação para andarem sempre em filhas, com obrigação de casarem com portugueses nascidos no Reino

(1) Tom. I, p. 70 e seg.





e com a condição de melhorarem as terras e *residirem nelas*, pena de comisso. Os filhos varões são excluídos da sucessão, enquanto há filhas; porquanto, o fim de se constituírem estes prazos foi prender os naturais do Reino e os da África e Ásia por alianças e vínculos de sangue. Concedem-se os encabeçamentos em três vidas, com prestação estipulada, e o possuidor da primeira pode, não tendo sucessão, nomear a segunda a seu alvedrio, e este a terceira, guardada sempre a preferência das fêmeas... Aos prazos antigos anexaram-se mais treze por conquistas feitas nos anos de 1804 e 1807. Os doze conquistados em 1804 eram os Estados da rainha Sazora, no país dos cafres maraves, ao Norte do Rio Zambeze; o outro prazo, que foi conquistado em 1807, era parte dos Estados do régulo Bive, também marave».

Pela instituição dos prazos em Moçambique o donatário ou enfiteuta, substituindo-se aos dinastas indígenas, aparecia revestido de todos os atributos da soberania feudal: era o senhor da terra, por isso que a terra, apanágio da coroa, lhe fora doada; era o senhor da gente, por isso que uma escravidão, mais semelhante à servidão da gleba medieval do que à escravidão antiga, a mantinha sobre o prazo; e os servos, presos pelo serviço do *mussoco*, tinham de, necessàriamente, ver naquele que lho cobrava o seu senhor e o seu príncipe.

Esse imposto repartia-se e cobrava-se (e cobra-se) de um modo igual ao que sucede em todos os países onde há ainda adscrição à gleba, mas com os traços peculiares indígenas.

«Junto a cada *fumo* (já veremos o que é o *fumo)*, diz Gamito no seu *Muata Cazembe*, há

um *chuanga*, escravo do enfiteuta e homem da sua confiança: ele e o *fumo* fazem juntos o recenseamento, operação que se verifica dando ele tantos nós em uma corda, quantos são os indivíduos que têm de pagar tributo».

Esta corda, com estes nós, equivalente perfeito dos *quippús* azteques, fica em poder do *chuanga*.

«Regularmente, continua Gamito, os tributos são pagos em Agosto ou Setembro, tempo em que já se têm feito e debulhado as colheitas. Cada casal de colonos paga 1 *quitundo* de milho, que nunca tem menos de 3 alqueires. O *fumo* paga pela sua povoação ordinàriamente 5 *manxilas*, e paga mais um determinado número de galinhas».

De tudo isto se compreende, pois, fàcilmente como a instituição dos prazos deu em resultado a substituição completa dos dinastas indígenas pelos enfiteutas mais ou menos europeus e portugueses, a extensão consequente do domínio português pelo interior dos sertões, e a redução dos chefes locais à condição actual dos *inhacuauas*, que podem dizer-se simples agentes fiscais dos arrendatários actuais de prazos.

Em 1835, Xavier Botelho, na sua *Memória*, menciona também nestas palavras a existência de um maioral ou juiz de paz, chamado o *fumo*:

«Cada um destes prazos é considerado como um distrito sobre si, povoado de aldeias e colonos adscritícios (servos da gleba), que vivem debaixo da obediência de um maioral chamado *fumo*, que é como juiz-árbitro em suas diferenças; ele as compõe, ele os castiga e os governa com sujeição ao capitão-mor dos rios e recurso para as justiças e governo de Sena, e apelação





para o ouvidor de Moçambique, ou para o capitão-general, conforme a gravidade dos casos».

Não pode, pois, restar dúvida sobre a natureza e o carácter social da instituição; nem é exagero dizer que os portugueses, conquistando a Zambézia, a organizaram num regime semelhante ao que anteriormente existia.

*

Não vem finalmente, fora de lugar transcrever aqui a carta que o sr. Francisco António Pinto estampou à frente do seu livro *Angola e o Congo* (Lisboa, 1888), e na qual resumo algumas vistas sobre o problema colonial português, bem como por idêntico motivo traslado a carta dirigida ao sr. A. F. Nogueira e por ele publicada como prefácio ao seu livro da *Ilha de S. Tomé* (2.ª ed. Lisboa, 1893).

Dizem assim as duas cartas:

## I

Meu bom amigo:

Este livro veio acordar-me a lembrança das noites em que a sua palavra colorida, o seu entusiasmo quente, a sua convicção e o seu saber nos deleitavam e instruíam, cativando-nos, aos milhares de ouvintes que o escutávamos. As conferências aparecem hoje impressas, e percorrendo estas páginas, reconheço a razão das aclamações de que o meu amigo foi alvo, pois — caso

raro em oradores! — os seus discursos não valem menos lidos, do que ouvidos.

Se a nossa administração pública se não achasse na situação dos entrevados a quem o andar é impossível, por fortes que sejam os seus desejos, as suas vontades e os seus planos; se nos não encontrássemos, metrópole arruinada, sem um real dispensável, perante colónias que reclamam sobretudo rios de dinheiro; se essas colónias que são a nossa herança histórica, não fossem para nós a cruz acaso providencial, da nossa decadência talvez irremediável; se, no meio das misérias do governo da mãe-pátria, não se mostrassem mais miseráveis ainda os fastos dos governos ultramarinos; se, pequenos no mapa da Europa, e além de pequenos, quase nulos, o nosso império colonial não fosse a causa da cobiça dos estranhos e de mais de uma bofetada recebida nas nossas faces de povo outrora brioso e digno: se não fosse tudo isto e muito mais que não digo, para o não afligir, eu recomendaria o seu livro aos governantes como campo vasto, onde um saber, modernamente vigoroso, deixou fartas messes a ceifar.

Assim, remeto-me ao silêncio; porque bem sei que vivemos forçadamente no reinado da impotência e da rotina. E limito-me a fazer-lhe algumas observações puramente especulativas, que ao ouvir-lhe as suas conferências me ocorreram, e agora me relembram ao ler a sua obra.

Foi a aquisição do distrito do Zaire, e os planos da sua ocupação consequente, o que o determinou a expor em público, não só as suas observações acerca desse distrito, mas também os seus estudos sobre toda a nossa província de Angola. Sinceramente lho digo, sem sombra de





lisonja: não sei de livro, onde com respeito à regência de colónias em geral, mas muito em particular com respeito á administração da Província de Angola, se encontrem as coisas, ou mais completa e cabalmente estudadas, ou mais lùcidamente esboçadas. A sua educação de jurista, os seus estudos de ciências sociais, fizeram-lhe ver factos que nos livros dos nossos modernos viajantes e funcionários — burocratas, cartógrafos, ou naturalistas, exclusivamente — ou passavam desapercebidos, ou apareciam relatados como simples curiosidades extravagantes.

É esse a meu ver o merecimento capital da sua obra. Etnólogo, discípulo do grande Müller, o meu amigo observou e estudou os negros como raças, nas sua filiações, nos seus cruzamentos, dando-nos alguma coisa mais do que os catálogos de nomes esdrúxulos de povos, semelhantes aos catálogos de Diodoro ou Sículo, que encontramos nos roteiros dos nossos modernos viajantes.

Como antropólogo e naturalista, Darwin e Broca inspiraram-lhe mais de uma observação sugestiva; ao passo que a linguística lhe forneceu instrumentos de apreciação fecunda. As revelações de Maspero sobre o Egipto, e as aproximações que Sshweinfurth fez das civilizações do Alto Nilo e da região dos Lagos centrais, serviram-lhe para descobrir, nos negros do Ocidente, vestígios ou embriões desse tipo de civilização negróide plenamente desabrochada em Tebas e em Mênfis, os vetustos antepassados do mundo mediterrâneo, terra de sabedoria onde Platão e os gregos com reverência e pasmo iam aprender. Finalmente, como jurista, mas não daqueles que apenas sabem decorar textos,

nem também dos que apenas dissertam *a ratione:* como jurista, digo, discípulo directo de Summer Maine, o Montesquieu do nosso tempo; jurista para quem a evolução dos ritos, dos mitos, das instituições, é a base real e natural das criações do direito — o meu amigo fez o inestimável serviço de colocar nos seus verdadeiros termos as supostas aberrações e extravagâncias dos pretos: o regime da família e do casamento, o da propriedade realenga, o da escravidão, o dos sacrifícios humanos, e essa instituição da *casa da tinta*, que espantaria os ignorantes, fazendo sorrir de luxúria mais de um funcionário analfabeto nestas coisas; mas que, para todos os não absolutamente ignorantes, é o sacrifício da virgindade, rito heróico-místico, comum a tantos povos de que nos falam os mais vetustos cronistas.

Estranha o meu amigo que se aplique o nosso Código Civil e as nossas leis eleitorais, frutos de uma civilização que em certos povos modernos se pode dizer completa, mas que apenas, em verdade, é superficial no nosso bom povo: estranha que se aplique, com uma cegueira impenitente, a tribos que, dadas as diferenças de idiosincrasia étnica, se encontram, mais ou menos, no estado em que se achavam os gregos homéricos, ou os peles vermelhas da América. Aplicar o nosso direito civil aos troianos! Fazer votar na urna Aquiles ou Homero! São com efeito disparates evidentes; mas dou-lhe um século para pregar isso à nossa rotina política e burocrática, e aposto que ao fim de cem anos terá conseguido tanto como ao cabo de um.

Não desanime porém com isso; nem vá pensar que daí julgo vão o trabalho. Pelo contrário.





A verdade tem em si própria um valor que pode não ser de troca, segundo a economia política, ciência positiva; mas que é semelhante ao valor do trigo conservado pelos Faraós nos seus túmulos das Pirâmides. Ao cabo de oito ou dez mil anos, germinou e cresceu! Assim é a verdade: pode não ter valor actual, mas tem em si, na sua potência indestrutível de florescimento, um valor absoluto.

Para que, agora, me não possa acoimar de lisongeiro, que não sou, uma vez reconhecido o valor eminente do seu livro, vou dizer também que, admirando nele a soma dos seus conhecimentos zoológicos, botânicos e geológicos, me parece (nem o meu amigo pensará o contrário) não ter adiantado ao que já sabíamos da história natural africana. Viu, porém, sentiu, descreveu e pintou. Há páginas eloquentes, há observações e anedotas, que me fazem cismar, a mim que nunca me achei em países bárbaros (a não ser uma digressão que fiz pelas montanhas de Trás-os-Montes) no encanto irresistível da *natura naturans,* como diziam os antigos filósofos.

O soldado com a sua espada e o seu bornal, o bufarinheiro com os seus fardos de fazenda, o cartógrafo com a sua prancheta e o seu teodolito — o próprio juiz com os seus autos! — todos esses, uma vez postos em contacto com a natureza virgem, sentem dentro de si o quer que é do homem bárbaro, a arrastá-los e seduzi-los, a ponto de alguns se divorciarem da civilização para abraçarem a vida agreste das selvas, como por exemplo fez o meu primo Anchieta que, depois de se casar em Lisboa, levava a esposa pelo sertão, dentro de uma gaiola de ferro, com

as suas cobras, por amor, para a defender dos leões. Compreende-se que ela preferisse voltar para a Europa; mas ele ficou por lá, no sertão, naturalista e nómada.

Os nossos homens da Renascença eram assim: apaixonavam-se pelo mar, pelas terras desconhecidas e pelas gentes ignotas. Não ficavam de lá a meditar no *reclame* que as suas travessias haviam de fazer no Chiado. Gaspar Correia e Duarte Barbosa, que nos deixaram o melhor que soubemos da Índia e do seu governo, eram indagadores que o espírito da curiosidade movia a escrever em diários particulares as suas observações vivas. D. João de Castro tinha alguma coisa do druida, embriagado pelo amor místico da Natureza. Duarte Galvão nas Molucas, Anchieta no Brasil, abrasados no puro espírito religioso, iam por entre os malaios e os tupis, apostolizando a fé e derramando em volta de si a unção de caridade abençoada dos santos — essa glória, essa coroa rutilante da humanidade!

A curiosidade e o espírito aventureiro, depois o amor místico da Natureza, finalmente o fervor apostólico, eis aí a trindade de impulsos que noutras idades nos arrastou para o mundo incógnito, com tanta glória, mas tão escasso fruto. Hoje, com os nossos tempos simultâneamente claros e frios; hoje, que neste Outono cheio de colheitas opíparas, as flores murcharam todas; hoje, que não há caridade senão por excepção individual, e que o apostolado é tão excepcional também e tão anacrónico, como o amor místico da Natureza; hoje que a terra desflorada perdeu o viço da virgindade e jaz envilecida sob as invenções da arte, pois não há





mar sem vapores, sertão sem estradas, mata que não esteja explorada, nem mina que não pusessem em acções — que resta, hoje, para incitar as obras generosas? Os ordenados que pagam os governos? Não, meu amigo, isso não basta. Para tais obras é necessário heroísmo, e não se fazem heróis a tantos mil réis por mês.

Hoje o que ainda pode substituir a sério o calor entusiasta da fé e da virilidade dos tempos semi-heróicos da Renascença, é o espírito científico, que por essa época desabrochou. Tudo o mais é *pose*, ou vaidade simples. Foi o amor da ciência que, porventura inconscientemente, o moveu a si; foi ele que lhe acendeu a curiosidade, ele que o inspirava nas observações dos costumes e do génio dos povos rudes em cujo meio se achava perdido.

Viu, observou, julgou; e veio o meu amigo dizer-nos o que pensava. O seu livro é o melhor repositório de etnologia africana, na mais lata acepção da palavra, que temos tido até hoje.

Mas o espírito científico, meu bom amigo, quase sempre colide com as esperanças doiradas, com os entusiasmos vívidos da mocidade, e que a cada página do seu livro fazem explosão em períodos generosamente simpáticos. Eu tenho horror de mim mesmo, quando me sinto tão velho e tão seco; e como náufrago procuro refugiar-me quanto posso num recanto íntimo em que a ciência não tem entrada, por ser toda objectiva e crítica: é a região dos afectos pessoais e das consolações que traz à vida o derramar algum bem, por minúsculo, por insignificante que seja em volta de mim.

Pois quando olho para fora dos limites deste recinto vedado, tudo me aparece gelo e frio.

Eu quereria que a ciência pudesse substituir a velha fé que voou, batendo as asas; eu quereria acreditar que com a ciência, com o espírito prático do nosso tempo, poderíamos fazer o que não puderam os apóstolos e missionários de outras idades. Eu quereria chamar ao banquete da civilização as raças negras, sentá-las a meu lado e comungar com elas a hóstia abençoada da razão. Quereria tudo isso, e desejaria poder acompanhar o meu amigo nas suas generosas ilusões; quereria tudo isso, e quereria, também consigo, que fôssemos nós portugueses os autores dessa grande obra.

Mas, quê! Se estudo os elementos políticos e económicos com que outrora explorámos o Ultramar, vejo o direito das nações obedecer hoje a princípios que diametralmente os condenam. Como teremos o comércio africano, se não temos os objectos de troca? Outrora não os tínhamos também; mas monopolizávamos os mares, punhamos *cartazes* nos navios, e éramos à força os corretores. Hoje a Europa impõe-nos com fundada razão o regime da liberdade de navegação no Congo e a liberdade do comércio em toda a sua bacia. Não nos queixemos dos diplomatas, nem da Conferência de Berlim: lamentemos apenas a sorte, e o nosso destino.

Se estudo as condições da população, no Reino e em Angola, pretos por lá, brancos (às vezes parecem pretos) por cá, chego à conclusão, de resto esposada pelo meu amigo, de que só repetindo o que fizemos na Baía e Pernambuco, com plantações exóticas ao Norte, com rebanhos e pastoreio ao Sul, poderíamos dar vida à província, desde que lhe déssemos o indispensável que era administração, e tirando-





-lhe o funesto que é o Código Civil e as leis eleitorais; repetindo o que os ingleses fazem na Índia, os holandeses em Java, os franceses na Indochina e na Tunísia — regendo os indígenas segundo os seus usos, instruindo nessas leis e nessas línguas os funcionários coloniais. Nós, porém, que não damos administração digna de tal nome à Metrópole, como é que a exportaríamos para o Ultramar?

Se consulto além disso os etnólogos, e considero na história primitiva comparada dos povos, sou forçado a dizer com Schweinfurth que a iniciação dos negros na civilização por meio da metafísica católica é uma ilusão consecutiva das ilusões apostólicas absolutamente estéreis de outros tempos. Dar como alimento a povos no estado primitivo os dogmas do simbolismo racionalista cristão, é o mesmo que dar a crianças de peito o alimento próprio de adultos. Matam-se, isto é, cretinizam-se. O maometismo, grosseiro, sensual, inferior como é, seria ainda assim, na opinião do sábio explorador, o único alimento espiritual assimilável pelos negros; e é o maometismo que gradualmente vai tirando os povos da África Oriental superior do período etnométrico da selvajaria para o período bárbaro dos despotismos por que se regem actualmente as nações supra-nilóticas.

Mas — e não me leve a mal a minha negregada insistência — seríamos nós, nós hoje tão destituídos de fé, tão avessos a qualquer espécie de abnegação, seríamos nós, hoje em dia, que apostolizaríamos na África? Bem sei que me pode citar e me cita o exemplo de um herói e verdadeiro apóstolo, o padre Barroso, em cujas veias se diria que corre o sangue de Duarte

Galvão. Mas não me contestará que essas aves são raras, se não são únicas. O exclusivo apostolado que temos feito é o da cobiça mais mesquinha, da venalidade mais chatim, da intriga mais soez: tomo para testemunho este seu livro, a cujo respeito lhe escrevo. Com tais exemplos, em vez de levantar os negros do estado selvagem ou bárbaro a um estado etnomètricamente superior, abatemo-los da selvajaria que é bela como as florestas virgens, à abjecção dos pântanos que infestam de febres a nossa África. O meu amigo sabe melhor do que eu, como os viajantes concordam em que, de todos os negros, não o mais selvagem, mas sim o mais abjecto, é o congo do litoral. Quem teve a culpa?

Desculpe-me a extensão que dei a esta carta provocada pela sua excessiva amabilidade para comigo, e creia-me seu

muito admirador e muito obrigado amigo

J. P. OLIVEIRA MARTINS

C. de v. ex.ª

Porto, aos 15 de Novembro de 1887.

II

Il.^mo^ Ex.^mo^ Sr.

É para mim subida honra pôr estas fugitivas observações à frente da sua copiosa e interessantíssima monografia da «Ilha de S. Tomé». De-





certo que, se cada uma das nossas estações ultramarinas pudesse ser, ou fosse, estudada por um modo tão *exaustivo*, como os ingleses dizem, o nosso regime colonial não padeceria dos vícios que para todos são já patentes, e cada dia reclamam com maior urgência um remédio. É também certo que, se no estudo monográfico das colónias se procedesse com o conhecimento especial e com as vistas compreensivas que distinguem o trabalho de v. evitar-se-iam muitos erros particulares, evitando-se o erro palmar de impor a territórios destacados pelas mais várias longitudes, em climas e gentes diversíssimas, com necessidades e condições distintas, normas e regimentos comuns de administração e política.

Estas breves palavras resumem, pois, a belíssima impressão que me deixou o seu trabalho, refundido agora em segunda edição; e não juntarei por isso mais demorados elogios porque, sem necessidade de auxílio meu, os leitores deste livro, ao percorrer as suas páginas, os formularão espontâneamente.

Não me dispenso, porém, de mais uma vez expor o que eu penso acerca do sistema das nossas colónias no momento presente, por isso que o seu livro não se limita ao estudo da formosíssima ilha do Golfo da Guiné, mas alarga-se em considerações de uma ordem mais geral, acentuando como o desenvolvimento agrícola é a base essencial de um progresso que não traga como consequência a desnacionalização. Parece-me ter nestas palavras condensado a súmula do seu pensamento.

Também eu penso como v. e mais uma vez o repito: também eu penso que, não podendo

nós hoje, por vários motivos, restaurar o império dos mares com que mantivemos o monopólio do comércio do Oriente; nem o sistema de legislação exclusiva com que por séculos vedámos o Brasil às relações internacionais, é quimérico esperar daí um futuro prometedor.

Como ninguém ignora, a ficção pela qual a navegação para os portos das nossas colónias da África Ocidental é considerada cabotagem, é tudo quanto resta do sistema histórico de disposições tendentes a estreitar os laços comerciais entre a metrópole e as colónias. Sobre essa ficção, porém, assenta a nacionalização do tráfego mercantil com a África Ocidental, tráfego que se desviaria de Lisboa no instante em que o regime de bandeira, vigente para além do Cabo da Boa Esperança, se aplicasse aquém.

Ainda há dias, percorrendo o copiosíssimo relatório que precede o projecto elaborado na comissão das pautas ultramarinas para a de Moçambique, vi que à custa dum subsídio anual de quinhentos contos de réis para a navegação a vapor, apenas se conseguira nacionalizar comércio no valor de trezentos! Nem se esperem grandes futuros, porque tudo se conspira contra eles, como V. muito oportunamente considera.

Mas, se a falta de forças navais, se a carência de marinha mercante, se o limitado dos capitais, e outros motivos, nos impedem de aspirar ao comércio ultramarino de além do Cabo da Boa Esperança, deve por isso inferir-se que nenhum outro recurso nos fica? Não me parece; e creio que às transcrições com que V. me honrou, conviria juntar esta que completa o meu modo de ver acerca de Moçambique: «Restabelecer a tradição histórica, restaurando o regime dos prazos,





com o qual levámos noutros tempos o domínio efectivo português pelos sertões dentro, seria, quanto a nós, o primeiro passo a dar na Zambézia, que agora temos de novo garantida em extensões muito mais consideráveis. Favorecer companhias mineiras ao Sul do Zambeze, imitando o que a Inglaterra faz, e batendo-a com armas iguais, seria o segundo passo, destinado a explorar os *placers* e filões auríferos que a *South Africa*, mau grado seu, teve de nos deixar. Lavrando o solo para a produção da cana, do café, das sementes oleaginosas, do ópio e dos cocos; explorando o sub-solo para a procura do ouro; aguentando o inglês em casa e deixando-o transitar livremente, mas tirando o partido conveniente do tráfego que daí virá aos portos de Lourenço Marques, da Beira e de Quelimane — será possível fazer com que Moçambique, no regime de propriedade incompleta em que nos fica, possa deixar de ser para nós, como tem sido, um sorvedouro inútil de dinheiro e uma causa permanente de misérias» [1]. Em Moçambique, numa palavra, não podemos aspirar, parece-me, a mais do que aos direitos de suserania, porque exploração nossa directa, vedam-no-la, além das condições naturais, as condições criadas pelos tratados de 1891.

Em Angola, porém, muda o caso de figura, já porque são diversas as condições naturais, já porque a reacção levantada contra o tratado de 20 de Agosto de 1890 conseguiu libertar a África Ocidental do regime de franquia e condomínio anglo-português criado para Moçambique. À sombra da legislação marítima consegue

(1) *Portugal em África*, pág. 235-6.

nacionalizar-se o tráfego mercantil, e à sombra das tarifas aduaneiras, ùltimamente decretadas, está-se conseguindo substituir por algodões portugueses as fazendas inglesas que vinham a Lisboa nacionalizar-se por meio da reexportação. A importância deste facto para o estreitamento das relações entre a Metrópole e a África Ocidental não necessita encarecer-se, nem corroborar com algarismos o extraordinário incremento do comércio luso-africano, favorecido, a mais ainda, pela crise de circulação metropolitana e pelo consequente prémio sobre o ouro.

A exploração sertaneja pelo comércio é ainda, e promete sê-lo progressivamente, um dos elementos de riqueza de Angola, embora, a meu ver, o alicerce duradouro dessa riqueza deva assentar na exploração agrícola da colónia, por meio do trabalho regulamentado das raças indígenas inferiores, submetidas à direcção protectora dos colonos portugueses. Tanto é utopia transformar os pretos em cidadãos e iguais dos brancos, como o é incitar os emigrantes portugueses a irem trabalhar com a enxada em África, em concorrência com os negros. Brancos e pretos têm papéis diversos, que a natureza e a força das coisas indica, e não podem ser alterados.

Em abono desta ordem de ideias que foram sempre as minhas, desde que principiei a estudar o nosso problema colonial, já investigando a história das instituições ultramarinas portuguesas nos séculos antigos da descoberta e da conquista; já comparando o que posteriormente fizeram os povos herdeiros do nosso império, holandeses e ingleses, que nos copiaram passo a passo; já finalmente cooperando, hoje, nos





trabalhos das comissões oficiais encarregadas de estudar as duas questões dos prazos de Moçambique e das pautas ultramarinas: em abono destas ideias, repito, depõe o resultado maravilhoso dessa ilha de S. Tomé que V. estuda no seu livro com tanto amor e inexcedível competência.

S. Tomé é um tipo puro da colónia-fazenda, ou de plantação, em que os europeus dirigem e comandam o trabalho de braços negros. É o tipo puro, porque, como ilha, não está sujeita às complicações inerentes a fronteiras; ao mesmo tempo que, por não ter população aborígene, não tem também as dificuldades provenientes das relações com os régulos e autoridades indígenas. Para os holandeses, Java tem a primeira destas condições sem ter a segunda. As culturas industriais de exportação, e o trabalho dos negros do continente fronteiro constituíam já a base da fortuna de S. Tomé, quando a sua primeira fortuna era o açúcar, e constituem-na hoje que é o café e o cacau; porque S. Tomé conta duas épocas sucessivas de opulência agrícola.

O estudo, pois, que V. fez tão magistralmente, além de nos mostrar, ponto por ponto, a geografia, a história e a economia de S. Tomé, presta uma lição eloquente acerca da espécie de exploração mais conveniente para os territórios portugueses do continente fronteiro. Qual é a colónia que, guardadas as proporções, importando 842 contos, exporta 1.017, rende às alfândegas 164 [1]; e sobre receitas totais de 213 contos não tem *deficit?* Qual é a colónia que sobre

(1) Movimento de 1891-92.

800 contos de importações, recebe de Lisboa 500 de géneros nacionais? e sobre 917 de exportações, manda a Lisboa 834 [1]. As colónias-fazendas, de plantação, ou lavoura, têm portanto, para nós, cuja inferioridade marítima e fabril é indiscutível, a vantagem de que as suas relações com a Metrópole assentam em vínculos mais fixos e mais estreitos, e por isso mesmo mais profícuos e duradouros. O lucro líquido para a Nação é superior, e para prova disso não é mister mais do que as rendas avultadas que hoje fruem os proprietários das roças de S. Tomé, representantes, nos nossos dias, dos fazendeiros do Brasil do Norte.

S. Tomé, no relativamente pequeno âmbito da sua superfície, podia, devia ser para nós, porém, uma fonte de riqueza de muitíssimo maior valor. De uma área total cultivável de 1.000 quilómetros quadrados, só quatro décimas partes estão em cultura, e dos 400 quilómetros quadrados que constituem a área mais ou menos cultivada só 100 o estarão do café e do cacau, que tornam a ilha um verdadeiro tesouro para Portugal.

Com efeito, desses 100 quilómetros de plantações saem exportações que, exactamente avaliadas, sobem a cerca de 1.600 contos de réis, isto é, 150$000 réis por hectare. Que outra cultura, que espécie de mina apresenta lucros semelhantes?

Por isso eu não posso senão encarecer o cuidado paciente com que V. expõe os elementos financeiros da agronomia na ilha, chegando a conclusões que não são hipotéticas, mas sim

(1) Movimento de 1890-91.





tiradas de resultados práticos apurados: conclusões que asseguram aos capitais empregados na lavoura de S. Tomé um rendimento de 50 a 60% e um produto líquido de 100$000 a 120$000 réis por hectare. Onde há colocação semelhante para o capital? Onde há lavoura que tanto produza? Era necessário que os nossos capitalistas, desiludidos afinal, como o devem estar, da esterilidade do que se chama a agiotagem, se voltassem para assuntos mais remuneradores para eles, e para todos.

O ditado diz: Ver e crer como S. Tomé. Pois bem: o próprio santo que denominou a ilha, parece que nesta sua terra quis dar um exemplo da sua prudência. Vejam, e hão-de acreditar. Leiam este livro, e hão-de convencer-se.

E com isto tenho dito tudo, concluindo por manifestar mais uma vez a V. o meu agradecimento pela sua obra verdadeira e pràticamente patriótica, subsídio novo com que vem enriquecer a literatura colonial portuguesa, e pela honra que me deu querendo que à frente deste livro ficassem estas minhas breves palavras de comentário.

Creia V. que sou com toda a consideração, seu etc.

Lisboa, Janeiro de 1893.

J. P. OLIVEIRA MARTINS

# II

## Índice cronológico e geográfico das descobertas marítimas dos portugueses

*Pareceu-me conveniente inserir neste lugar o trabalho, incompleto decerto, mas incontestàvelmente superior aos ensaios até hoje feitos: trabalho a que procedera para meu serviço particular. Tomei por base o* Índice cronológico das navegações, viagens, descobrimentos e conquistas dos portugueses desde o princípio do século XV, *do Cardeal Saraiva (fr. Francisco de S. Luís) que vem no tomo V das suas Obras Completas (p. 45 e seg.) e que compendia as notícias de Barros, Couto, Góis, Resende, Faria e Sousa: dos cronistas da Renascença em geral, completando-os com os textos publicados no começo deste século pela Academia de Lisboa, e também, até certo ponto, com os trabalhos do visconde de Santarém, editor da* Crónica da Conquista da Guiné, *de Azurara, que para as primeiras viagens é a fonte de todos os historiadores posteriores.*

*Na segunda metade deste século, as investigações porém têm sido muitas e ùltimamente o Centenário de Colombo provocou a publicação de valiosos documentos e estudos. Rectificar e corrigir o índice do cardeal Saraiva era indispensável para quem quer que estudasse a história nacional no período de Avis: isso me foi necessário fazer.*

*É o trabalho que vai em seguida.*

# Índice cronológico e geográfico das descobertas marítimas dos portugueses

## I. A CÓSTA OCIDENTAL DE ÁFRICA

### 1. Região do Saará, desabitada; entre o Cabo Não e o Cabo Branco

| Datas | Localização | |
|---|---|---|
| 1415 | 28° 45′ L. N. (1) | Cabo NÃO (2) (30° 20′ E) (3). |
| 1434 | 26° 7′ L. N. | Cabo BOJADOR, dobrado por Gil Eanes, na sua segunda viagem (4). (27° 10′ E). |

---

(1) As latitudes da costa ocidental de África são as da *Descrição e Roteiro*, etc. de A. M. de Castilho; Lisboa, 1867; 2 vol.

(2) 1415 é a data que Damião de Góis põe à passagem do Cabo Não para o Sul; Galvão e Faria e Sousa dizem 1412. Em todo o caso é certo que não foram os portugueses os primeiros que transpuseram o Cabo Não. A navegação costeira dos Marroquinos ia mais abaixo, até o Cabo Bojador. 1415 é a data da conquista de Ceuta, e antes dela não houve viagens nossas de exploração.

(3) Duarte Pacheco no *Esmeraldo de situ orbis* (ed. de 1892) localiza o Cabo Não em 30° 20′. No texto, iremos pondo as latitudes do Esmeraldo com a designação E.

(4) O *Indice Cronol.* do Cardeal Saraiva dá os anos de 1416 e 1417 para as primeiras viagens de investida contra o Cabo Bojador (p. 8) dizendo que acerca da viagem em que Gil Eanes o dobrou variam as datas: 1428, 29, 30, 32, 33 e 34 (p. 15). Prefere a de 1429-30, por ser mais verosimil. Não é razão, Azurara, que é a fonte de todas as narrativas posteriores, expressamente diz: «E foe no anno de Jhũ Xpõ de mil e quatro centos e trinta e tres» que Gil Eanes fez a sua

| Datas | Localização | |
|---|---|---|
| 1434 | 25° 10′ L. N. | Angra dos RUIVOS (25° E) ou GARNET BAY, limite da terceira viagem de Gil Eanes acompanhado por Baldaia (1). |
| 1436 | 23° 54′ L. N. | Angra dos CAVALOS (24° E) primeira estação da segunda viagem de Baldaia que prossegue até |
| 1436 | 23° 26′ L. N. | Porto da GALÉ, no rio do Ouro (2). |
| 1441 | 23° 20′ L. N. | Porto do CAVALEIRO, limite da viagem de Antão Gonçalves (3), que segue com Nuno Tristão, vindo do Reino, até o |
| 1441 | 20° 46′ 27′ L. N. | Cabo BRANCO (20° 20′ E) regressando ao Reino ambos os mareantes com carregamentos de escravos e ouro (4). |

primeira viagem às Canárias; «mas logo no ano seguinte» dobrou o Bojador. — *Conq. da Guiné*, IX, p. 57 da ed. de Paris. Góis aduz a data de 1433 e Faria e Sousa a exacta de 1434 (*Ásia Port.*, I, c. 1 § 5).

(1) A segunda e terceira viagem de Gil Eanes fizeram-se no mesmo ano. Na terceira os mareantes foram «além do cabo cinquenta léguas». — *Conq. da Guiné* p. 59. A data de Góis (*Crón. do Pr. D. João*, c. VIII) é também 1434, bem como a de Faria e Sousa (*Ásia Port., ibid.*) e o *Indice Cron.*

(2) Azurara (*ibid.*) p. 65, diz positivamente «E foe esto no anno de Jhũ Xpõ de mil e quatro centos XXXVI (1436).

Ambas as estações pertencem à mesma viagem que os cronistas da Renascença datam de um ano antes.

(3) Nos cinco anos de 1436 a 1441, o movimento das navegações esteve paralisado pelos acontecimentos do Reino que solicitavam para outro lado as atenções do infante D. Henrique. Em 1437 foi a funesta jornada de Tânger; em 1438 morreu D. Duarte, começando o período agitado da regência do infante D. Pedro.

Azurara (p. 69) diz «Bem he que no anno de quarenta se armarom duas caravelas... mas porque ouverom aquecimentos contrairos nom contamos mais de sua viagem». Em 1441 é a viagem de Antão Gonçalves que Nuno Tristão vai encontrar num porto onde o arma cavaleiro, ficando por isso tal nome ao lugar. — *Conq. da Guiné*, c. XIII, p. 83.

(4) Azurara, *Conq. da Guiné*, pág. 86-8; c. XIV.





| Datas | Localização | |
|---|---|---|
| 1445 | 23° 4′ L. N. | Angra de Gonçalo de SINTRA, que aí morreu, dando o nome ao lugar (1). |

## 2. Região dos Negróides; entre o Cabo Branco e o das Palmas

*Costa da Senegâmbia* (2)

| | | |
|---|---|---|
| 1443 | 20° 37′ L. N. | Ilhas de ARGUIM, visitadas por Nuno Tristão, na sua segunda viagem. Na terceira, em 1447 reconheceu por completo o arquipélago seguindo pela costa até o Cabo do RESGATE (3). |
| 1444 | | * — id. de NAR, TIDER e outras na costa de Arguim pela companhia de Lagos organizada e capitaneada por Lançarote (4). |
| 1445 | 16° 0′ 48″ L. N. | Foz do SENEGAL (15° 20′ E) descoberta por Dinis Dias (5) que, prosseguindo chega ao |

(1) «Ally foe morto Gonçallo de Cintra». — Azurara, *Conq. da Guiné*, c. XXVII; pág. 145.

(2) A divisão geográfica da costa ocidental de Africa é a de Castilho, na sua *Descr. e Roteiro*, cit. Até o Cabo Branco é a costa do Saará; do Cabo Branco para o Sul tem os nomes que sucessivamente irão sendo indicados.

(3) Há concordância nesta data que é a de Azurara:

«E no anno de xpõ de mil iiij. iij. (1443)» etc. O *Indice Cron.* atribui este progresso à viagem anterior de Nuno Tristão, quando é segunda. A ilha a que primeiro aportou chama-lhe Azurara *Gete* (p. 99) «à qual nós chamamos de Arguim». Barros, *Dec.*, I, c. 7. Para a viagem de 1447 v. Azurara, *ibid.*, p. 154 n. do visconde de Santarém.

(4) Azurara, *Conq. da Guiné*, c. XVIII e XXIV.

(5) A data errada que se dava às viagens do veneziano Cadamosto (*Naveg. de Luis de Cadam.* na *Col. de Not.* da Academia, II, p. 1 a 73) confundiu singularmente a cronologia da descoberta do Senegal e de Cabo Verde. A publicação da crónica de Azurara e dissertação de Zurla sobre Cadamosto, (Veneza, 1815) permitiram rectificar este ponto. A primeira

| Datas | Localização | |
|---|---|---|
| 1445 | $14^{\circ} 44'$ L. N. | Cabo Verde ($14^{\circ} 20'$ E) (1). |
| | *Costa da Guiné, de Cabo Verde* | |
| 1446 | $14^{\circ} 31' 3''$ L. N. | Cabo dos Mastros ($14^{\circ} 20'$ E) dobrado por Álvaro Fernandes (*C. de Naze*) que prossegue a sua viagem para o Sul (2). |
| 1455 | $13^{\circ} 28'$ L. N. | Rio Barbacim (*Salum*) e Gambia (*Bathurst*) visitados pela primeira vez por Cadamosto na sua primeira viagem que aí terminou (3). |
| 1446 | $12^{\circ} 48' 9''$ L. N. | Ilha de Bisiguiche (*Gorée*) descoberta por Álvaro Fernandes no prosseguimento da viagem que segue por |
| | $12^{\circ} 20' 30''$ L. N. | Cabo Roxo. |

---

viagem de Cadamosto é de 1455 e não 1444, como se supõe na ed. da Acedemia. Azurara tendo escrito em 1448, não menciona sequer o nome de Cadamosto, o que seria inadmissível, se quatro anos antes ele tivesse feito a sua primeira viagem. A viagem de Vicente Dias ao Senegal em 1445 não é a que ele fez em companhia de Cadamosto que diz expressamente ter sido o Senegal descoberto cinco anos antes por três caravelas do infante. — V. Santarém, *Priorité des découv.* n. XII, p. 270. Deste modo pois se tem de corrigir o *Índice Cron.* que reproduz Barros alterando além disso o nome de Dinis Dias a quem chama Dinis Fernandes.

(1) Dinis Dias «Seguyo mais adyante ataa que chegou a huũ grande cabo, ao qual poserom o nome o Cabo Verde». — Azurara, *ibid.* C. XXXI. A viagem é portanto a mesma.

(2) O *Índice Cron.*, marca o ano de 1447; Góis, *Crón. do Pr. D. João*, c. VIII, o de 1446. V. Castilho. *Descr. e Rot.* etc. I, 117.

(3) Cadamosto, por conta do infante, ficou aquém dos limites já reconhecidos; já os marinheiros portugueses em 1455 tinham descoberto muito mais costa. Seguindo pela Madeira e pelas Canárias vai a Arguim, onde o infante mandara já construir fortaleza, e ao Senegal, onde se encontra com outro italiano, António da Nola; dobram juntos o Cabo Verde, e descem até Gâmbia, ainda não reconhecida, voltando ao Reino. — *Naveg. de Cadam. Col. de not.* da Academia; cf. Lopes de Lima, *Ensaios, etc.* I, 2; cap. I. p. 4; e Major, *Vida do Infante D. Henrique*, p. 306-34 da ed. port.





| Datas | Localização | |
|---|---|---|
| | $11^{\circ} 30'$ L. N. | Rio Grande (*Bolola*) ($11^{\circ}$ E) descoberto pela sua caravela ou pela de Nuno Tristão que andava nas mesmas águas; até chegar ao |
| 1447 | $10^{\circ} 30' 20''$ L. N. | Rio Tabite (*Compony*) termo da viagem, que Nuno Tristão prosseguiu ainda descendo até o |
| 1447 | $10^{\circ} 12' 50''$ L. N. | Rio Nuno (1). |

---

(1) Estas viagens de Nuno Tristão e Álvaro Fernandes efectuavam-se já por conta da segunda companhia de Lagos com quem o infante contratara a exploração da costa. Góis, *Crón. Pr. D. João*, c. VIII, atribui a descoberta do Rio Grande (1446) a Nuno Tristão. Ao Sul da Gorea, diz Castilho, *Descr. e Rot.*, I, p. 112-3, fica o Cabo Manuel, depois a ponta e o porto do Gaspar, que por sucessivas corrupções se transformou no Dacar dos franceses.

# II. AS ILHAS DO ATLÂNTICO

## 1. Arquipélago das Canárias

| | ENTRE | |
|---|---|---|
| 1433 | 15° 40′—20° 30′ L. O. e 27° 39′—29° 30′ N. | Viagem de Gil Eanes (1). |

## 2. Arquipélago da Madeira (2)

| | | |
|---|---|---|
| 1418 | 12° 37′ L. O. | PORTO SANTO, descoberta por Perestrelo. |
| 1419 | 32° 45′ N. | MADEIRA, id. por João Gonçalves Zarco (33° 30′ E). |

(1) «E foe esto no anno de Ihũ Xpõ de mil e quatro centos e trinta e tres» — Azurara, *Conq. da Guiné* IX, p. 57.

(2) «Despois da viinda que o Iffante fez do descerco de Cepta» foi a descoberta de Porto Santo (1418) e «no anno seguinte que ally chegaron passarouse aa outra da Madeira... O começo da povoaçom... no anno do nascimento de Ihũ Xpõ de mil iiij xx annos.» *Id. ibid.* c. 83. — O *Índice Cron.* confere com estas datas, embora Góis, *Crón. Pr. D. João*, c. VIII ponha em 1419 a descoberta de ambas as ilhas, quando Azurara expressamente diz *no ano seguinte*; e Barros (*Ásia*, dec. I, 1, c. 2-3) alargue a dois anos o intervalo da descoberta das duas ilhas: 1418, Porto Santo, e 1420, Madeira. Esta última data é a da povoação e não a da descoberta.

Quanto à descoberta, Galvão (*Trat. de todos os descobr. fl. 15*) efectivamente regista nestas palavras a tradição referente a João de Morales: «Outros dizem que vendo hum castelhano os desejos que ho Ifante tinha de descobrir nouo mundo, lhe dera conta como elles acharam a ilha de Porto Santo & por ser cousa pequena nam faziam della estima. Que foy causa de mandar ho Ifante Bertolameu perestrelo, Joam Gonçalves ho zarco, Tristão vaz teyxeira: & polos





## 3. Arquipélago dos Açores (1)

| | | |
|---|---|---|
| 1431 | | FORMIGAS, recifes encontrados por Gonçalo Velho Cabral, na sua primeira viagem. |
| 1432 | | SANTA MARIA, primeira ilha do arquipélago, descoberta pelo mesmo em segunda viagem; a princípio denominada de Gonçalo Velho, foi principiada a povoar em 1444, doze anos depois de descoberta. |
| 1444 | 27° 42′ L. O. 37° 48′ N. | S. MIGUEL (38° E) descoberta pelos colonos de Santa Maria, donde se avista; povoada em 1445 pelo infante D. Pedro. |

sinaes & derrotas que ho Castelhano dera do Porto sancto foram ter a elle». Mas esta tradição que aliás Azurara, coevo, não regista, nada tem com a lenda do inglês Machim, definitivamente reduzida a nada pelo sr. Azevedo, em resposta a Major, na nota que juntou (pp. 348-429) à sua edição da parte das *Saudades da Terra* relativa à Madeira.

(1) A ordem pela qual as ilhas do arquipélago dos Açores foram descobertas é a por que vão enumeradas no texto. Cordeiro, *Hist. Insulana*, fixando em 1431 a descoberta das Formigas, põe em 1432 a de Santa Maria (liv. IV, c. II, 5) em 1444 a de S. Miguel (liv. V, c. I, 4); entre 1444 e 50 a da Terceira (liv. VI, c. I, 1); depois talvez em 1450 a de S. Jorge e Graciosa (liv. VII, c. I, 1); depois em ano incerto a do Faial e Pico (liv. VIII, c. II, 12) e finalmente, em 1460, talvez, a das Flores e Corvo (liv. IX, c. I, 4,5). As informações, porém do p. Cordeiro, reproduzidas do ms. de Gaspar Frutuoso, cuja redacção é mais de um século posterior aos acontecimentos que relata, não são inteiramente fidedignas. Na *Descrição das ilhas do Atlântico*, de Valentim Fernandes, pub. no *Arq. dos Açores*, I, p. 146 e seg., Santa Maria só teria sido povoada doze anos depois de descoberta, isto é, em 1444 e assim se explicará o grande intervalo que se observa entre a descoberta desta ilha e a de S. Miguel que Fernandes dá como começada a povoar pelo infante D. Pedro em 1445. O facto é que de 1439 a 1449 só se conheciam sete ilhas, como se vê em Azurara, *Conq. da Guiné*; sendo as duas restantes, Flores e Corvo, descobertas entre 1449 e 1453. —

| Datas | Posição | Ilhas |
|---|---|---|
| de 1444 a 1449 | 29° 20′ L. O. 38° 46′ N. | TERCEIRA (39° E), primeiro chamada de JESUS CRISTO. S. JORGE, desc. por Jacome de Bruges, donatário da Terceira. GRACIOSA. |
| | 31° 12′ L. O. 38° 38′ N. | FAIAL (38° 30′ E). PICO (38° 30′ E). |
| de 1449 a 1453 | | FLORES. CORVO. |

### 4. Arquipélago de Cabo Verde (1)

| Data | Posição | Ilhas | |
|---|---|---|---|
| 1460 | 14° 23′ L. O. Lisboa 14° 55′ N. | MAIO. S. TIAGO (15° 20′ E). FOGO, ou S. FILIPE. BRAVA. | (2) |
| 1462 | 15° 50′ L. O. id. 16° 54′ N. | SANTO ANTÃO. S. VICENTE (16° 40′ E). SANTA LUZIA (16° 40′ E). S. NICOLAU (16° 40′ E). SAL (16° 30′ E). BOAVISTA (15° 50′ E). | (3) |

---

V. o art. do sr. E. do Canto, no *Arq. dos Açores*, I, p. 250. e a edição dos cap. I e II das *Saudades da Terra*, sob o título de *Hist. geneal. de S. Miguel*, Ponta Delgada, 1876.

(1) Mais obscura ainda é a cronologia da descoberta do arquipélago de Cabo Verde. O antigo erro da data das viagens de Cadamosto é também causa de que, dizendo o italiano terem sido as ilhas de Cabo Verde descobertas no ano anterior à sua viagem, se retraísse a descoberta para 1443, 4 ou 5, conforme o dizer de Barros e Góis, (*Crón. Pr. D. João, VIII*), reproduzido pelo P.e Cordeiro (*Hist. Insu.*, II, 8; e VI, 1) que o reproduz de Gaspar Frutuoso. As primeiras ilhas do arquipélago descobertas foram as de Maio, S. Tiago e Fogo (ou S. Filipe) por António de Nole, companheiro de Cadamosto em 1460; e é provável que a descoberta das outras ilhas se seguisse ràpidamente, talvez até pelo próprio descobridor das três primeiras. — V. Lopes de Lima *Ensaios etc.*, I, p. x. e segg.

(2) Descobertas por António de Nola na segunda viagem de Cadamosto.

(3) Descobertas posteriormente.





### 5. Arquipélago da Guiné (1)

| Datas | Posição | Ilhas | |
|---|---|---|---|
| de 1469 a 1481 | 17° 45′ L. E. Lisboa. 3° 28′ N. | FORMOSA ou FERNANDO PÓ. (2) CORISCO. ANO BUM. | (3) |
| | 15° 45′ L. E. id. 0° 5′ N. | S. TOMÉ (1° E). PRÍNCIPE (3° E). | |

### 6. Ilhas destacadas

| Data | Posição | Ilhas |
|---|---|---|
| 1501 | 16° 19′ L. O. 7° 57′ S. | ASCENÇÃO, descoberta por João da Nova a caminho da Índia (4). |
| 1502 | 6° 9′ L. O. 15° 55′ S. | SANTA HELENA, id. no regresso. |

---

(1) Completamente obscura é finalmente a história da descoberta do arquipélago da Guiné. «Também se descobriu a ilha de S. Tomé, Ano-Bom e a do Príncipe... e outros resgastes e ilhas dos quais não tratamos em particular *por não termos quando, e por que capitães foram descobertos*». (Barros, *Dec.* I; II. c. 2). O autor das *Décadas* limita-se a dizer que a descoberta teve lugar em tempo de Afonso V, isto é, antes de 1481. Galvão (*Trat. etc.* fl. 51) propõe a data de 1471 ou 1472; ao passo que Behaim, no seu globo de Nuremberg, indica o arquipélago com a seguinte legenda: «Estas ilhas foram descobertas pelos navios de el-rei de Portugal em 1484...» 1484 será talvez a data da primeira colonização com degredados, inovação, com efeito, de D. João II. É verosímil a tradição que atribui a descoberta das ilhas do Golfo da Guiné aos navegadores de Fernão Gomes, contratador da Mina, Santarém e Escobar; mas é impossível fixar, ao certo, mais do que a data de 1469-81.

(2) Lopes de Lima (*Ensaios, etc.* II, p. VI) atribui a descoberta desta ilha a 1486, data da exploração de Benim por João Afonso de Aveiro, tomando a ilha o nome do descobridor Fernando Pó, antigo fidalgo da corte de Afonso V.

(3) Cessão a Espanha em 1778, trat. de 24 de Março.

(4) Góis, *Crón. de D. Manuel*, I; c. 63; p. 84, escreve: «Na qual viagem (de Lisboa a Moçambique; 5 março 1501 a Agosto) sendo já da banda do Sul acharam uma ilha a que puseram o nome da Conceição». É Ascensão.

# III. COSTA ORIENTAL DA ÁFRICA E ORIENTE

**1.** ***Da falta de uma página do manuscrito do autor, resultou um salto no texto que já na 1.ª edição se verificou. Correspondia essa página certamente à descoberta da região extrema do continente africano e sua costa oriental.*** — Nota da R.

**2. Região do Norte**

| | | |
|---|---|---|
| 1520 | 15° 34′ N. (1) | MASSAUÁ, no mar Vermelho, ocupado no governo de Diogo Lopes de Sequeira. |
| 1507 | | ORMUZ, no golfo Pérsico. |

**3. Costa Ocidental da Índia**

| | | |
|---|---|---|
| 1535 | 20° 42′ N. | DIO, em Cambaia, conq. por Nuno da Cunha. |
| 1510 | 15° 29′ N. | GOA, no Canará, conq. por Afonso de Albuquerque, fundando o império em toda a costa do Malabar até o Cabo Comorim (8° 5′ N.) |
| 1531 | 20° 22′ N. | DAMÃO, Nuno da Cunha. |
| 1533 | 19° 5′ N. | BAÇAIM. Nuno da Cunha. |
| 1507 | 18° 32′ N. | CHAUL (22. E) Afonso de Albuquerque. |

(1) As Latitudes são as de Bordalo, *Ensaios, etc.* (contin. da obra de Lopes de Lima) IV p. 57.





| | | |
|---|---|---|
| 1507 | 17° 30′ N. | DABUL. Afonso de Albuquerque. |
| 1505 | 14° 17′ N. | ONOR. D. Francisco de Almeida. |
| 1550 | 13° 51′ N. | BARCELOR. Jorge Cabral. |
| 1550 | 12° 52′ N. | MANGALOR. Jorge Cabral. |
| 1500 | 11° 51′ N. | CANANOR (12° E) Pedro Álvares Cabral. |
| 1498 | 11° 15′ N. | CALECUT (11° 20′ E) Vasco da Gama (1). |
| 1540 | 10° 12′ N. | CRANGANOR, fundação do colégio de S. Tiago. |
| 1500 | 9° 58′ N. | COCHIM (9° E) Pedro Álvares Cabral (24 Dez.) |
| 1503 | 8° 54′ N. | CONLÃO (8° E). Afonso de Albuquerque. |
| 1505 | 8° 5′ N. | Cabo COMORIM. D. Lourenço de Almeida. |

(1) Vasco da Gama largou de Lisboa a 8 de Julho de 1947 chegando a Calecut a 19 de Maio do ano seguinte, e estando de volta em Lisboa em 29 de Julho de 1499. A derrota da viagem consta do *Roteiro* duas vezes publicado: Porto, 1838, ed. Diogo Kopke e Costa Paiva; Lisboa, 1861 (2.ª ed.) Herculano e o barão de Castelo de Paiva. V. Barros e Góis. *Crón. D. Manuel* I, cc. 35, 6, 7 e 8; pp. 36 a 43.

## IV. O EXTREMO ORIENTE E AS ILHAS DOS MARES ORIENTAIS

| Ano | Posição | Descobrimento |
|---|---|---|
| 1501 | 48° 50′ L. E.<br>10° 45′ S. | Ilha de João da Nova, descoberta pelo navegador a caminho da Índia. |
| 1504 | 50° 45′ L. E.<br>11° 50′ N. | Ilha de Socotorá, na embocadura do mar Vermelho, descoberta por Diogo Fernandes Pereira; ocupada em 1506 por Afonso de Albuquerque. |
| 1505 | | Ilha de Ceilão (*Zeiland*) descoberta por D. Lourenço de Almeida (1). |
| 1506 | 13° 4′ L. O.<br>36° 5′ S. | Ilhas de Tristão da Cunha, descobertas por este em viagem para a Índia. Ilha de Madagascar (*S. Lourenço*) descoberta na face oriental por Fernão Soares o primeiro que fez a viagem de volta da Índia por Leste da ilha; e na face ocidental por Rui Pereira Coutinho (2). |

(1) V. Góis *Crón. de D. Manuel,* II p.; XI; p. 172.

(2) Em Fevereiro, Fernão Soares, de volta do reino descobriu a ilha que os antigos cosmógrafos chamam Madagascar e os mouros da Zua, e os nossos puseram nome de São Lourenço. — Góis, *Crón. de D. Man.* seg. p. VIII. — «Em Março, Rui Pereira, desgarrado da armada de Tristão da Cunha, em viagem para a India, descobria a costa ocidental, «foi dar na ponta da ilha de S. Lourenço em um porto a que chamam Matatana». — Barros. *Déc.* II, 1, cap. I. Indo Rui Pereira a Moçambique participar a descoberta ao almirante, este veio e reconheceu a costa, até o cabo do extremo Sul. — *Id. ibid.* e Góis, *Crón.* seg. p. XXI.





| Ano | Posição | Descobrimento |
|---|---|---|
| 1507 | 70° 30′ L. E.<br>1° S. | Ilhas Maldivas, descobertas por D. Lourenço de Almeida. |
| 1508 | | Ilhas de Santa Clara, descobertas por Diogo Lopes de Sequeira, na sua viagem para o Extremo Oriente. |
| 1509 | | Malaca, descoberta por Diogo Lopes de Sequeira; conquistada em 1511 por Afonso de Albuquerque. |
| 1509 | 92° L. E.<br>5° N. | Ilha de Samatra, descoberta por Diogo Lopes de Sequeira e termo da sua viagem (1). |
| 1511 | 124-127° L. E.<br>5° S.-3° N. | Ilhas Molucas (Amboino, Ternate, Banda, Tidore) descobertas pelos emissários mandados de Malaca por Afonso de Albuquerque: Francisco Ferrão e António de Abreu (2). |
| 1511-2 | | Primeira viagem de Perestrelo à China. |
| 1513 | 50°-60° L. E.<br>22°-19° S. | Ilhas Mascarenhas, descobertas por Pero de Mascarenhas (*Bourbon, Reunion*) (3). |

(1) O regimento de 13 Fever. 1508 para a viagem de Diogo Lopes de Sequeira ao Extremo Oriente foi publicado a p. 184 do vol. dos *Doc. da Torre do Tombo* (1892), já citado. V. a viagem em Góis, *ibid.* III p.; c. I; p. 253.

(2) Conquistada Malaca em 1511, Afonso de Albuquerque destacou logo de lá navios para a descoberta das ilhas do Extremo Oriente. Malaca era o centro da navegação e comércio dessas partes remotas do Mundo. Daí irradiavam as comunicações marítimas com Sião e o Pegu, com Bornéu e Java, com Bangala e o Coromandel, com Timor e com as Malacas, e com a China finalmente. — V. a carta de 6 de Janeiro de 1514, de Rui de Brito a D. Manuel, publ. nos *Doc. etc.* a pag. 346-50; também a *Inform. das cousas de Moluco*, na *Col. de Not.* da Academia, VI, p. 200-1; e Faria e Sousa, *Ásia Port.* I, 203; além dos outros contemporâneos.

(3) Do descobridor sabe-se apenas que fora à India em 1511 (Osorio, *De reb. Emman*, ed. port. II, 283) ignorando-se as circunstâncias do descobrimento que todavia o nome do arquipélago atesta.

| | |
|---|---|
| 1513 | Ilha de JAVA descoberta por João Lopes (1). |
| 1513 | Viagem ao PEGU, ordenada por Rui de Brito (2). |
| 1515 | Viagem de Rafael Perestrelo à China partindo de Malaca num junco de comércio, por ordem de Afonso de Albuquerque (3). |
| 1516 | Península da COCHINCHINA, descoberta por Duarte Coelho (4). |
| 1516 | Viagem de Fernão Peres de Andrade à China; reconhecimento de Champa, Paulo Condor e Patane; estabelecimento em CANTÃO; viagem de Tomé Pires a NANQUIM id. de Jorge de Mascarenhas às ilhas SEQUIAS (*Liew-Kiew*) (5). |
| 1517 | Estabelecimento dos portugueses de António Correia no PEGU. |
| 1519 | (Primeira viagem de circum-navegação efectuada por Fernão de Magalhães: partida de Sevilha a 8 de Março de 1519; entrada no estreito de Magalhães a 21 de Set. |

(1) «Mandei lá (Java) três navios e uma caravela: ia por capitão-mor João Lopes... Partiram daqui a catorze de Março, tornaram a xxij (22) dias de Junho». (1513) *Carta de Rui de Brito, ibid.* p. 346.

(2) «O ano passado (1513) mandei daqui um junco de Vossa Alteza à cidade de Martamane e Atamaçary». *Carta de Rui de Brito*, ibid. — O Pegu foi novamente visitado e mais ou menos avassalado em 1519 por António Correia; V. Góis, *Crón. de D. Manuel*, III, 52, p. 543.

(3) Castanheda (I, 48, pag. 495 e 97 da ed. 1883); Correia, *Lendas* II, 474.

(4) Castanheda, *ibid.*

(5) Sobre a viagem de Fernão Peres de Andrade V. Fernão Mendes, *Peregr.*, 91 e 116; Góis (*ibid.* IV, 24, p. 486), Castanheda (IV, 27 e segg.; V, 80 etc.)





| | | |
|---|---|---|
| | | de 1520; entrada no Pacífico a 17 de Out.; chegada de duas das naus da expedição (em que Magalhães morreu) a Tidore (Molucas) a 8 Novembro de 1521) (1). |
| 1522 | | MELIAPOR, S. Tomé, na costa de Coromandel, ocupada pelos portugueses, que se alongam no golfo de Bengala até UGLI. |
| 1525 | 107-13° L. E.<br>1° 30′-5° 50′ S. | Ilhas CELEBES, descobertas por António de Brito, partindo de Ternate. |
| 1526 | 106-16° L. E.<br>7° 7′ N-4° 12′ S. | Ilha de BORNÉU, descoberta por Vasco Lourenço. |
| 1540 | 117-22° L. E.<br>5-10° N. | Ilhas de MINDANAU, descobertas por Francisco de Castro. |
| 1542 | | JAPÃO, descoberta do caminho marítimo pela viagem de António da Mota, Zeimoto e Peixoto. |
| 1544 | 117-119° L. E.<br>21-25° N. | FORMOSA, descoberta por Fernão Mendes Pinto, que foi ao Japão. Aí se fundaram colónias portuguesas em 1556. |
| 1557 | | Estabelecimento dos portugueses na península de MACAU. |

(1) V. *Port. nos Mares*, I vol., p. 139-173.

## V. AS COSTAS DA AMÉRICA

### 1. América Setentrional

| | |
|---|---|
| 1500 | Primeira viagem de Gaspar Corte-Real ao LABRADOR. |
| 1501 | Segunda viagem em que se perde o descobridor. |
| 1502 | Viagem de Miguel Corte-Real, em busca do irmão (1). |
| 1521 | Colónia da nova Escócia, fundada por João Fagundes de Viana, que reconhece a volta do golfo de S. LOURENÇO (2). |
| 1533 | Descoberta da CALIFÓRNIA inferior por Martim da Costa, piloto de *S. Lázaro* da armada castelhana de Fernando de Grijalva. |

### 2. América Austral

| | | |
|---|---|---|
| 1500 | 16° 30′ S. | PORTO SEGURO, ponto da costa do Brasil onde foi aportar Pedro Álvares Cabral, na segunda viagem à Índia.<br>9 de Março: saída de Lisboa.<br>22 de Abril: Vera Cruz, Brasil.<br>24 de Abril: Porto Seguro, seguindo Cabral para a Índia e destacando um navio da frota a Lisboa com a notícia (3). |

(1) Sobre as viagens dos Corte-Reais, V. *ante* p. 240-245.
(2) *Tratado das Ilhas Novas* por Francisco de Sousa (1570). Ponta Delgada, 1884; Cf. Harisse, *The discovery of America* (1892) pp. 180 e segg.
(3) A descoberta do Brasil passava por ter sido fortuita e determinada por uma tempestade que lançando para Oeste





| | | |
|---|---|---|
| 1501 | | Viagem de Gonçalo Coelho às costas do Brasil. |
| 1503 | 13° S. | BAÍA DE TODOS OS SANTOS, descoberta por Cristóvão Jaques, que prossegue até o CABO DAS VIAGENS, na embocadura do Estreito de Magalhães. |

os navios de Cabral os arremeçara contra a costa da América. A publicação dos documentos nacionais veio desfazer este erro. Góis, *Crón. de D. Manuel*, I, 55; p. 68, diz que a frota depois de pairar dois dias esperando em vão pela nau de Luís Pires que teve de arribar a Lisboa, desbaratada, «navegando a loeste aos 24 dias do mês de Abril viram (os mareantes) terra, do que foram muito alegres, porque pelo rumo em que jazia viram não ser nenhuma das que até então eram descobertas». Na memória do sr. Baldaque da Silva sobre a descoberta do Brasil, publ. no tomo das *Mem. da Com. port.* do Centenário de Colombo, demonstra-se perante o curso dos ventos e correntes que nunca um temporal, nessas paragens do oceano podia arrojar os navios para as costas do Brasil, acrescendo o facto de eles aí chegarem reunidos e não desgarrados. O próprio texto de Góis, se fala do temporal *antes*, não diz que fossem parar à terra nova arrojados pela tempestade.

Vê-se que em Lisboa havia o propósito de descobrir as terras de Oeste em latitudes inferiores àquelas que descobrira Colombo, do texto do livro de Duarte Pacheco, que diz assim:

«... temos sabido & visto como no terceiro ano de vosso Reynado do hano de nosso Senhor de mil quatrocentos e noventa & oito donde vos vossa alteza mandou descobrir ha parte oncidental passando alem ha grandeza do mar ociano honde he hachada & navegada huma tam grande terra firme com muitas e grandes Ilhas adjacentes a ella que se estende a satenta graaos de Ladeza da linha equinocial contra ho polo artico».

— *Esmer. de situ orbis*; pag. 7. De modo que a ideia de descobrir terras a oeste estava formulada em 1498 e Duarte Pacheco encarregado dessa empresa que todavia se não realizou. Pacheco, porém, ia na armada de Pedro Álvares Cabral.

Quanto ao grau de convicção que haveria sobre a existência de terras fronteiras às da África, vê-se também da *Carta* de Mestre João (*Doc.* da Torre do Tombo; *Arq. Nac.*

| | |
|---|---|
| 1513 | Segunda viagem de Gonçalo Velho. |
| 1513 | Escala de Afonso de Albuquerque em viagem para a Índia. |
| 1505 | *Id.* de D. Francisco de Almeida, *id.* |

crón. III, m. 2, d. 2) de 1 de Maio de 1500, noticiando ao rei a descoberta do Brasil que nos mapas do tempo essa terra estava desenhada: «quanto Senor al sytyo desta terra mande vosa alteza traer um mapamundi que tyene pero vaaz bisagudo e por ay podra ver vosa alteza el sytyo desta terra...»

Não pode pois haver dúvida de que a descoberta foi intencional e não fortuita; conservando-se porém reservado o plano, como é óbvio, pelo receio de que se atacasse o tratado de Tordesilhas com Castela, armando expedições para Oeste.

O sr. Baldaque, porém, aduz ainda um outro texto em abono da doutrina da descoberta intencional: é um trecho da carta de Pero Vaz de Caminha a D. Manuel noticiando a descoberta do Brasil e descrevendo a terra e sua gente.

Esta carta vem também no tomo dos *Doc.* da Torre do Tombo (pp. 108-21) e do texto dele vê-se que a transcrição não é exacta. A carta diz:

«e asy segujmos *noso* caminho per este mar de *lomgo* ataa terça feira d oitavas de pascoa que foram xxj (21) dias d Abril que topamos alguuns sygnaaes de tera...»

Na transcrição do ilustre autor da *Mem.* cit. *noso* vem substituído por *vosso* e lomgo por *Congo.* São erros, donde o autor infere argumentos.

Se o piloto falasse ao rei em *vosso caminho,* decerto era referência a instruções recebidas. Todavia, o próprio emprego do pronome *nosso* tem valor. Nosso caminho, era a derrota prescrita; ora essa derrota, se fosse a da Índia, não permitia um desvio inteiramente oposto em direcção do Brasil. Talvez por se ter de propósito querido conservar secretas as instruções dadas a Pedro Álvares Cabral, não resta delas senão um fragmento.

Como quer que seja, o propósito e intenção da descoberta do Brasil ficaram sendo factos averiguados.

Outro assunto que se relaciona com a descoberta do litoral americano do Sul são as viagens de Américo Vespucio (V. *Cartas de A. V.* na *Col. de Not.* da Academia, II, p. 137-59 e *Hist. da prov. de Santa Cruz, Op. reimpr.* da Academia n. 3) Varnhagem e com ele Major defendem a veracidade das viagens de Vespucio ao Brasil, por encargo do governo português, ao passo que o V. de Santarém (*Rech. sur Am. Vesp.*) chega a afirmar (p. 94) que «é de crer que Vespucio *nunca tivesse ido ao Brasil*». Com efeito é singular que as duas viagens, ou supostas viagens de 1501 e 1503 passassem desapercebidas a *todos* os cronistas portugueses contemporâneos, Barros, Góis, Osório, Castanheda e Galvão. (V. também a nota de p. 123 (2.ª ed.) ao *Roteiro de Vasco da Gama*, ed. Herculano).





| | | |
|---|---|---|
| 1506 | | Id. de Tristão da Cunha, *id.* (1). |
| 1512 | 35° S. | RIO DA PRATA, descoberto por Diogo Garcia (2). |
| 1531 | 23° 15′ S.<br>27° 40′ S. | RIO DE JANEIRO.<br>ILHA DE SANTA CATARINA.<br>ILHA DE S. VICENTE (3). |

(1) Cf. Santarém, *Rech. sur Am. Vesp.* p. 83, sobre os textos de Góis e Aires do Casal, *Corogr. bras.*

(2) Varnhagem, *in Rev. trimensal*, XV, 6-14; cf. Harisse, *The discov. of America*, 718.

(3) Descobertas de Pero Lopes de Sousa. V. o *Diário da Navegação* de Pero Lopes de Sousa, ed. Varnhagen; Lisboa, 1839.

# III

## A JORNADA DE ÁFRICA

(1580)

## A Jornada de África

AS narrativas de testemunhas presenciais do desastre de Alcácer Quibir, que sucessivamente têm vindo a público são as seguintes:

1. de Jerónimo de Mendonça, na sua *Jornada de África;*

2. de fr. Bernardo da Cruz, na sua *Crónica de el-rei D. Sebastião;*

3. de Manuel Leitão de Andrada, na sua *Miscelânea;*

4. do autor anónimo da *Relação da Jornada de El-rei D. Sebastião*, publicada no *Bibliófilo*, 1849;

5. de Conestágio, na sua história *Dell'unione di Portogallo alla Corona di Castiglia;* achando-se, além disto, descrições da catástrofe nos historiadores nacionais dos séculos XVII e XVIII: Barbosa Machado, *Mem. de el-rei D. Sebastião;* Baião, *Portugal cuidadoso e lastimado;* Santos, *História sebástica;* Torres de Lima, *Avisos do céu;* que todos se ocuparam em especial do reinado de D. Sebastião.

A narrativa que hoje pela primeira vez damos em língua portuguesa é tradução por

extracto da obra de um autor que também foi testemunha presencial da catástrofe de Alcácer Quibir. E essa narrativa, por ser de um homem que estava no campo inimigo, incorporado na missão francesa junto de Abde Almélique, ou Maluco, tem para nós um valor singular, que começa pela própria notícia dessa intervenção dos franceses, omissa em todas as narrativas até agora conhecidas.

O livro das viagens de Leblanc, recomendável para nós ainda pelo facto do seu autor ser um dos visitantes das nossas Índias, ainda na segunda metade do século XVI, intitula-se:

«Les voyages fameux du sieur Vincent Leblanc, Marseillois, qu'il a faits depuis l'aage de douze ans iusques à soixante aux quatre parties du Monde... rediger fidellement sur ses Memoires par Pierre Bergeron, Parisien».

A primeira edição é de Paris 1649; a segunda de 1658. Desta, a páginas 122 a 133 foi extraída a narrativa agora presente ao público, e cuja veracidade, pelo menos parcial, se encontra afirmada pela concordância de mais de uma particularidade do texto, com as informações das testemunhas portuguesas, segundo se verá das notas que vão em seguida. É fácil pois que o viajante, ou quem lhe redigiu as viagens, não mereçam inteiro crédito quando falam dos países orientais longínquos (1); mas a narrativa da

(1) Na sábia introd. com que precede a edição das *Viagens* de Varthema (Paris, Lerroux, 1888) escreveu o sr. Schefer: «Je ne saurais admettre comme dignes de créance les quelques pages que Vincent Leblanc a consacré au récit d'un voyage qu'il aurait fait dans le Hedjar et le Yemen vers 1570. Ce qu'il dit est emprunté d'une façon fort inexacte à la relation de Varthema, et les aventures qu'il raconte me semblent fort suspectes». — *Introd.* p. XXI.





sua viagem a Marrocos parece fidedigna. Vincent Leblanc estava em Marselha (1) nos princípios de 1578, quando passou em Marselha um Dom Guilherme que o rei de França, Henrique III, enviava como embaixador ao sultão de Marrocos. Dom Guilherme fora barbeiro em Nisa, e, numa viagem precedente a Marrocos, tivera a fortuna de curar da peste o sultão Mulei Maluco, ou Abde Almélique. Jantando em casa do pai de Leblanc, este, que voltara pouco antes do Oriente, narrou os episódios da sua viagem, e daí o embaixador o convidou a acompanhá-lo.

Assim partiu para Marrocos Vicente Leblanc, e, depois de naufragarem junto a Gibraltar, tendo escapado dos espanhóis que os prenderam como piratas, foram desembarcar em Larache, donde seguiram para Fez a encontrar Abde Almélique *(a)* «o qual estava então em grande cuidado pois seu sobrinho Moâmede *(b)* que lhe disputava a coroa, e que já vencera em sucessivas batalhas, com socorros dos turcos, para pedir socorro a D. Sebastião, rei de Portugal».

Em Mequinez, porém, Leblanc, desgarrado da comitiva, foi preso no sepulcro dum marabu ou santão, quando aí talvez praticava alguma irreverência. Escapando a custo da morte, castigado com prisão e açoites, um mercador corso, chamado Andrieto Gasparo *(c)* que tinha dois irmãos em Marselha e conhecia o pai de Vicente, houve instruções deste para não poupar dinheiro na sua libertação. Então Gasparo despachou dois correios sobre dromedários corredores «a que chamam Bacambal, capazes de andarem

(1) *Voyages*, cap. XXII; p. 122 da edição de 1658.

cinquenta léguas por dia», um para Marrocos, por se dizer que o sultão aí se dirigia, outro, um português chamado Francisco Maria, para Alcácer, onde encontrou Mulei Abde Almélique.

Ouvido o embaixador de França que já se achava ao lado do sultão, mandou este ordem ao emir de Mequinez para soltarem o prisioneiro.

Começa então a narrativa da campanha que traduzimos textualmente.

Entretanto o rei Moâmede, tendo influído com D. Sebastião, rei de Portugal, a ponto de este partir com um grande exército, houve notícias de que um bom número de navios tinham já chegado a Arzila, Orão, Tânger e Cerote, fortalezas dos cristãos sobre as costas africanas. Informado disto, Mulei Maluco apressou os preparativos; e tendo-se ràpidamente voltado contra os árabes das montanhas, pela desconfiança que nútria de que seguissem as partes de seu sobrinho Moâmede, tanto fez que os desarmou, tirando-lhes dezasseis mil cavalos com as armas correspondentes, sob promessa de lhos pagar bem. Montou desta forma outros tantos peões arcabuzeiros que tinha e todos levavam turbantes vermelhos; e com tais forças guardou as avenidas para que os árabes não pudessem vir persegui-lo na retaguarda *(d)*.

Reunindo um exército de uns sessenta mil cavalos *(e)*, veio a Alcácer, ou Alcácer Quibir, a cerca de quinze léguas de Larache, com um irmão que tinha, chamado Mulei Hamete. Dom Sebastião veio igualmente com dezasseis ou dezoito mil homens, entre cavaleiros e peões, portugueses, castelhanos, italianos e alemães *(f)*, e a 4 de Agosto de 1578 deu-se a batalha em





que o rei de Portugal foi completamente destroçado e morreu; e em que Moâmede, querendo refugiar-se em Arzila, que ficava próxima, montando um cavalo excelente se afogou ao vadear a ribeira de Mocazim que passava diante de Larache.

Morreram na batalha mais de doze (mil) cristãos, e muitos ficaram prisioneiros, entre eles mais de oitocentas mulheres e duzentas crianças de peito. Estive nessa batalha com uns sessenta marselheses que éramos, e dos quais voltaram muito poucos.

Morreu nela Maluco, doente, durante a vitória; e seu irmão mais moço, Mulei Hamete sucedeu-lhe em todos os seus Estados: a sua dinastia reina ainda hoje.

Vi o cadáver do rei de Portugal que levavam num caixão, cheio de cal viva para o conservar *(g)*. O senhor Andrieto Gasparo, Corso, de quem atrás falei, e que era favorito de Mulei Hamete, pediu-lhe o cadáver enviando-o a Lisboa, onde jaz na igreja de Belém. Em recompensa o rei de Espanha mandou-lhe ricos presentes *(h)*.

Verdade é que depois ouvi dizer a alguns portugueses escravos que era o corpo de um suíço, e que o rei D. Sebastião, tendo sido derribado do seu cavalo, fugira. Efectivamente, muitos anos depois, apresentou-se um, dizendo-se o rei de Portugal de quem apresentava alguns sinais. Como quer que seja, executaram-no em Espanha por impostor.

Ser-me-ia difícil contar mais detidamente esta batalha, depois de tantos que dela trataram dignamente: contentar-me-ei pois dizendo o que vi.

A cavalaria portuguesa, tendo desembarcado,

em número de 2.300 homens, formou batalha em dois esquadrões. D. João de Castro, comandante de um, avançou em direcção de Alcácer. Os mouros deram-lhe repetidos ataques, fazendo-lhe romper a linha de batalha com as lanças que jogam sem as soltar; mas os cristãos defenderam-se com as pistolas, ficando morto o chefe Azimut. A resistência não foi grande, porque os mouros, não conhecendo o uso destas armas, entraram depressa em desordem e debandada; o que encheu de tal vaidade os cristãos que pernoitaram no campo fora de Larache, a caminho de Alcácer, distante cinco léguas, ficando entre duas ribeiras afastadas uma légua uma da outra. Dom Sebastião rodeou o acampamento com os carros e carretas de bagagem, utensílios, tonéis e outros materiais e munições para se defender contra qualquer surpresa nocturna.

Dom Álvaro Peres comandava a outra avançada com quinhentos cavalos e mil e duzentos lansquenetes, apoiando o flanco direito na ribeira, e o esquerdo nos peões armados com armas brancas e a simples couraça ou peitoril. À frente levava mil arcabuzeiros que forçavam a marcha com o fim de se separarem do corpo de exército e serem atacados pelos mouros, esperando que desse modo se pronunciariam, socorrendo-os, os dez mil árabes comandados por Armabachi que estavam com os portugueses, hesitantes, porém, em declarar-se, para não arriscarem os seus haveres e famílias imprudentemente, pois sabiam que o sultão de Fez assolara as suas terras e tinha guardadas as estradas por onde podiam vir em socorro de seu sobrinho. Estavam portanto parados, sem





se decidirem, advertindo a Solimão, filho de Armabachi, que se manteriam neutros, esperando que a ocasião lhes mostrasse como deviam proceder. Comandava-os um Amet Sarran, capitão experimentado que prometera a Maluco estar prestes a obedecer ao seu comando.

Mas Curco Abrahin que comandava cinco mil mouros de cavalo, homem corajoso e moço, ansioso de praticar um feito glorioso, participou a Sarran que se quisesse juntar-se-lhe, daria batalha; ao que Sarran disse que seria loucura atacar indiscretamente um exército bem ordenado e munido de artilharia. Por isso nada se fez esse dia: apenas quatro mouros bem montados vieram propor lide.

Foi para mim um prazer visitar o exército português com um certo Hércules, bombardeiro, e João Sasselo de Marselha; mas o mal que achámos foi o grande número de mulheres e crianças que lá havia *(i)*.

A 13 de Julho *(j)*, o senhor Álvares (D. Álvaro Peres) avistou ao raiar do dia Curco Abrahin e os seus cinco mil mouros e usou de um estratagema para os chamar ao alcance dos seus arcabuzes e de algumas peças de campanha que tinha e com as quais fez grande mortandade nos inimigos. Os mouros foram destroçados e o seu chefe morto, com grande glória para D. Álvaro e para o capitão Baliotin, condutor dos lansquenetes. D. Sebastião presenceou este combate com vivo prazer, e abraçando D. Álvaro quando voltava vitorioso, deu-lhe um rico rubi, engastado num círculo de diamantes, jóia que por suas próprias mãos despregou do seu chapéu. A Banastarin e Baliotin, chefe dos lansquenetes e arcabuzeiros deu, a cada qual, um

rico diamante. O rei mouro deu também a D. Álvaro a sua cimitarra de fina têmpera, com a bainha de grande preço. Dos cristãos não chegou a haver vinte mortos e cinquenta feridos *(k)*.

Maluco, ao saber desta derrota, teve grande sentimento, queixando-se de Amet Sarran por não ter corrido em auxílio dos mouros. Entretanto desenvolvia o seu exército em volta do litoral *(de la marine)* quando o embaixador de França lhe advertiu que melhor seria antes cuidar dos árabes, dos quais cinquenta mil cavaleiros tinham prometido juntar-se a Moâmede, e atacá-los antes que eles se unissem aos outros. Aceitou o rei este conselho; e partindo logo e devastando a fogo e sangue toda a região de Leyassen e outras, os árabes humilharam-se prometendo-lhe inteira obediência; mas o rei, prudentemente e ao mesmo tempo temeroso da sua perfídia, contentou-se em tirar-lhes os cavalos, deixando os homens para o trabalho próximo das ceifas. Assim evitou hàbilmente o perigo que deste lado podia vir *(l)*.

Regressou ao litoral e já começava a sentir-se indisposto duma grande constrição e melancolia. Não montava a cavalo; levavam-no em liteira. Era um príncipe bondoso e cortês, amigo de seus amigos, familiarmente, sem afectação de pompa, nem grandeza, saudando-os com toda a civilidade. Mas com os seus inimigos era cruel e muito justiceiro: sobretudo, com os que atentavam contra os regatões, como sucedeu a um rapaz que metera a mão numa cesta de tâmaras, furtando três. Ouvida a queixa do regatão, mandou cortar três dedos ao rapaz. A uns que tinham querido entregar-se a Moâmede, mandou-os meter num canhão e largar fogo. Chegando o





dia 4 de Agosto, aparecia o grande cometa a ameaçar Portugal e Marrocos. O rei de Portugal, depois de ter feito as suas rezas costumadas, e recebida a bênção do bispo de Coimbra, montou sobre um cavalo branco ajaezado de verde com esmaltes de ouro. Tinha o rei vinte e cinco anos, pròximamente. Esbelto, com o nariz bem lançado, e o beiço um tanto caído, passou em frente das fileiras arengando-as para lhes incutir coragem. Diz-se que o bispo de Coimbra sonhou na noite precedente à batalha que ela se perderia, e que todos ficariam escravos, como de facto sucedeu; e por isso mandara para Arzila todos os seus haveres, que depois lhe serviram para o resgate.

Maluco, neste mesmo dia, pelas onze horas, saiu da liteira e montou a cavalo, vestindo uma túnica de brocado de ouro com folhagens ricamente bordadas, com a cimitarra ao cinto, e a sela do cavalo recamada de pedrarias. A cavalo passou revista às fileiras, animando os seus para a batalha. O seu exército marchava em bela formatura desenvolvido em meia-lua, os pequeninos tambores à moirisca rufavam e os pífanos tocavam com o seu som mais estrídulo do que o das trombetas.

Acreditava-se que a batalha se daria no próprio domingo 3, mas foi diferida para o dia imediato, segunda, 4. Aconselharam D. Sebastião e Moâmede que empenhasse o combate de tarde, à boca da noite, porque então os árabes prometiam bandear-se para o seu lado e abandonar Maluco, o que se não realizou, sendo desta arte iludidos *(m)*. O rei D. Sebastião estava, como no dia precedente, no seu cavalo branco, dos melhores de Portugal, ajaezado de verde.

O exército dos mouros apoiava-se na esquerda sobre a ribeira de Alcácer que lhe servia de defesa. D. Sebastião, seguro como estava do socorro dos árabes e de toda a vanguarda de Maluco, inteiramente composta de árabes, esperou a tarde para que a sombra encobrisse a defecção. Era uma vasta planície de mais de duas grandes léguas, onde não há árvore, nem pedra (*n*). Todos os besteiros montados nos cavalos tirados aos árabes, formando nas duas pontas do crescente, próximos da vanguarda portuguesa, foram num instante destroçados e varridos pela artilharia (*o*). Presenceando esta derrota (*p*), os árabes pretenderam debandar, mas, vendo firmes os mais batalhões, foram forçados a manter-se. Mulei Hamete vigiava-os de perto.

Estando a batalha empenhada e vendo que os árabes não faziam o que se temia, Maluco dispôs as coisas aproveitando as horas que lhe restavam de vida para consumar a vitória. O rei de Portugal, o mouro, e também Maluco acabaram ali, os dois primeiros mortos ou afogados, o terceiro da moléstia na sua liteira, deixando Hamete único senhor da vitória e herdeiro de tudo.

D. Sebastião obrou prodígios, mas esmagado sob o número dos inimigos e não podendo mais, atou um lenço branco no alto de uma lança em sinal de paz, para se entregar; mas esta canalha dos mouros, ignorando o uso, caíram sobre o rei e os que o acompanhavam, acabando pelos matar a todos.

Foi grande a matança e particularmente nos que guardavam a bagagem, os quais eram tantos ou mais ainda do que o resto do exército.

Alguns deles iam deitar-se entre os mortos





para se salvarem. Era triste ver duzentas crianças de peito; e mais de oitocentos, entre mulheres, rapazes e raparigas, que tinham vindo na companhia dos maridos e pais, com ideia de se fixarem na terra, trazendo abundância de correntes e cordas para atar os prisioneiros mouros, quando serviram para os próprios cristãos, dos quais ficaram sete mil cativos, sem contar as duzentas crianças de peito e as oitocentas mulheres e seus filhos.

A

É o Moluco das nosas crónicas. Em 1576 destronara seu sobrinho Moâmede-el-Abde, cognominado o *Negro,* que dois anos antes herdara o trono de seu pai Abdalá. O processo da exterminação dos parentes para suprimir conspirações e revoltas de família, comum nos Estados muçulmanos, seguia-o também o Negro. À hecatombe dos seus escaparam dois tios do califa: Amede, fugindo para o Sus, nos confins austrais de Marrocos; e o Moluco, escapando-se para Argel.

Abde Almélique combateu em 1571 ao lado dos turcos na batalha de Lepanto; e, voltando a Argel que então dependia ainda do império de Constantinopla, o bei prestou-lhe uns milhares de homens que, reforçando os seus parciais, lhe deram com a vitória, o trono de Marrocos.

Era o quarto sultão da nova dinastia dos Xerifes, ainda hoje reinante, e que começara em 1552 depois da morte de Abu Beker, último dos Benimerides.

A nova dinastia fundara-se repetindo a história das anteriores. Quando o exercício do po-

der dissolvera os costumes da corte, deu-se uma reacção do fanatismo muçulmano. Os órgãos neste caso são os Xerifes, cuja história é breve.

Aparecem no Mogreb esses descendentes de Maomé por Fátima, no princípio do século XVI, durante o reinado de Moâmede-ben-Uatar, penúltimo Benimeride. Há em Tamagudert, no El Draa, um marabu, santão e mago que, sentindo nas suas veias o sangue do Profeta, manda os filhos a Meca estudar o Corão, para que se tornem *hhay,* ou peregrinos, categoria ou classe eminente. Eram três: 1) Abde-el-Quibir, 2) Amede, 3) Moâmede.

À volta de Meca, os rapazes iniciam a pregação da guerra santa contra os portugueses que na costa mantinham os baluartes de Safim, Santa Cruz, Azamor, Arzila, Tânger e Ceuta. Começam a sua cruzada pelo extremo sul de Marrocos, onde fundam por conta própria o sultanato de Taradunt, no Sus, investindo nele Hassan, seu pai. O mais velho morre na campanha e pouco depois acompanha-o Hassan. Ficam os dois que a breve trecho dispõem já de forças bastantes para deporem o sultão de Marrocos, vassalo do de Fez, substituindo-se-lhe. Amede ficou reinando em Marrocos; Moâmede no Sus; confessando ambos a vassalagem ao suserano de Fez, que desde 1529 era Abu Beker.

Não reconheceu este a usurpação dos Xerifes e foi contra eles em guerra, pondo cerco a Marrocos, mas os Xerifes bateram-no na batalha de Bad Cubba, em 1532, obrigando-o a retirar. Senhores do Sul do império, transpuseram o Atlas, apossando-se do distrito de Tafilete, ao mesmo tempo que ocupavam as praças maríti-





mas de Arzila, Azamor, Safi e Santa Cruz, abandonadas por D. João III.

Na fortuna, porém, não puderam ficar unidos os dois irmãos sócios na campanha. Moâmede bateu Amede, obrigando-o a refugiar-se nos extremos confins do Sus, e senhor único do poder, voltou contra o sultão de Fez que destronou e matou em 1552, data em que Moâmede, primeiro sultão Xerife, se pôde denominar príncipe dos crentes, ou Emir-el-Mumnin.

Dois anos apenas reinou, sendo assassinado pela sua guarda que o célebre bei de Argel Ali-Baba-Arrax, ou Barba-Roxa, como os cristãos lhe chamavam, assoldadara. Ao mesmo tempo era degolado, no seu exílio do Sus, o irmão foragido, pelas tropas que temiam se levantasse como pretendente ao trono. O segundo Xerife de Fez foi Abdalá, filho de Moâmede, que morreu em 1574, deixando o trono ao terceiro: Moâmede-el-Abde, o *Negro,* destronado dois anos depois por seu tio Abde Almélique.

## B

Moâmede-el-Abde, o *Negro,* destronado por seu tio em 1576, refugiou-se em Peñon de la Gomera que os espanhóis tinham tomado aos argelinos em 1564. «E o xerife se veio ao Pinhão de Belles, fortaleza da coroa de Espanha, no mar Mediterrâneo, donde pediu socorro a el-rei D. Filipe, e não achando guarida passou a Ceuta, da qual, fazendo os mesmos ofícios com el-rei D. Sebastião e prometendo-lhe a forta-

leza de Larache com algumas coisas mais lhe começou el-rei a dar ouvidos». — Jer. Mendonça, *Jornada de África*. I, 1.

### C

É o mesmo que veio a Cádis enviado por Abde Almélique oferecer a D. Sebastião quatro léguas a mais de terra em redor das praças portuguesas da Berberie. «Por via de André Gaspar Corso, lembrando-lhe sua justiça... e juntamente prometendo-lhe algumas coisas, ao que el-rei por nenhum caso respondeu nunca, e disto se queixava grandemente Molei Moluco». Jeron. de Mendonça, *Jorn. de África*, I, 3.

### D

A este movimento de Abde Almélique, para conter os mouros (a que Leblanc chama árabes) das montanhas, denominados pelos nossos *alarves*, aludem em geral os cronistas da expedição. O Maluco que sabia muito bem da partida de el-rei de Lisboa, e cada dia esperava pela notícia do porto de África, onde se ia arrimar, tanto que foi avisado de sua chegada, partiu com grande pressa para Marrocos, onde só se deteve dois dias compondo as coisas do seu governo e partiu logo com ânimo de defender Larache, etc. — Bayão, *Port. cuid. e lastim.*, 539. «A este tempo estava Mulei Maluco na serra, em um lugar chamado Achera (1), pacificando

(1) Andjera.





aqueles povos, a uns com rigor de castigo, a outros com liberais mercês». — Fr. Bern. da Cruz, *Crón. de el-rei D. Sebastião*, 55.

O Moluco receava que as sedições lhe incomodassem a retaguarda do exército, prejudicando-lhe as operações da campanha temerosa em que se ia lançar... «como os mouros que lhe ficassem nas costas se não atreverem a fazerem alguma alteração, ou irem-se ao xerife (o tio, pretendente, aliado dos portugueses) a Ceuta. — *Ibid.* O autor da *Hist. Sebástica* (II, 32) diz outro tanto.

### E

Também aqui aparece verídica a informação do marselhês, apesar da extrema dificuldade de fixar o número de exércitos colectícios, como eram os muçulmanos. 60.000 cavalos diz Leblanc. Leitão de Andrada, *Miscel.*, dial. VII observa: «sabe-se contudo que os que menos dizem, passavam de sessenta mil de cavalo», posto que Franqui (1) diga que eram quarenta mil. Jerónimo de Mendonça vai mais além, pois diz que «haveria no campo mais de oitenta mil homens de cavalo e de pé mais de quarenta». (*Jorn. de África*, I, 4). Mas Fr. Bernardo da Cruz afirma que «a gente de paga toda assentada eram quarenta e três mil de cavalo e catorze mil de pé», isto é, 57.000 soldados «fora infinidade de outra que seguia o exército, assim de pé como de cavalo». (*Crón.*, 55). Assim se conciliam as diferentes versões. Haveria uns

(1) Conestagio, o autor *D'ella unione di Portogallo.*

60.000 soldados, e, com eles, uma multidão de gente colectícia, mais ou menos armada que fariam atingir o total de 100.000 ou mais.

## F

Quanto às forças portuguesas ainda o marselhês se acerca mais da verdade. Eis aqui as versões de outras testemunhas:

«... nove mil Portugueses ... três mil Tudescos, dos quais era capitão Martim de Borgonha Monsiur de Tamberg, dois mil castelhanos que governava Dom Alonso de Aguilar... Seis mil italianos a quem regia o marquês Tomás Sternuille, mil e quinhentos aventureiros portugueses, homens nobres, além dos mais fidalgos ilustres e senhores que foram na jornada». — Jer. de Mendonça, *Jorn. de África* I, 3.

«Quinze ou dezasseis mil homens, a maior parte deles bisonhos, e tirados por força do arado e das cabras, não falando em seis mil gastadores e muitos carreteiros e escravos que não era gente, nem mais que impedimento». — M. Leitão de Andrada, *Miscel.*, dial. VII.

«Dois mil aventureiros ou mal-aventurados... Novecentos soldados romaniscos ... Três mil tudescos, afora o cisco das suas matronas ... Três mil castelhanos ... Qutrocentos e cinquenta homens, fidalgos os mais deles ... e com os criados destes e os cavaleiros de Tânger e de Arzila e os do Xerife, se fez a soma de 24.000 homens, ainda que destes não foram ao campo mais que 18.000». — *Carta a um ab. da Beira, etc.*, ed. por Felner no *Bibliófilo* (1849) p. 199.





O embaixador espanhol, Silva, que acompanhava a expedição, escrevia para Madrid: «Somos poucos, soldados bisonhos, mal comandados e mal disciplinados». — *Col. de doc. ined. para la hist. d'España*, XL, 83; carta a Filipe II, dois dias antes de largarem do acampamento de Arzila, 27 de Julho de 1578.

## G

«No caixão em que vinha foi enterrado coberto de cal e areia». — Mendonça, *Jorn. de África*, II, 3.

## H

É positiva a intervenção do Corso, na entrega do cadáver de D. Sebastião. Fr. Bernardo da Cruz conta o caso do seguinte modo. Antes da chegada a Fez do comissário da Trindade, Fr. Roque, a quem o cardeal-rei tinha cometido o resgate dos restos do malogrado herói, já o Corso tinha obtido de Mulei Hamete a dádiva do cadáver que jazia em Alcácer, «para o levar a Espanha a el-rei Dom Filipe, seu tio, para com este oferecimento granjear a vontade e mercê de Sua Majestade». Todavia o sultão, apesar da promessa feita, cede às instâncias de fr. Roque, cedendo os restos gratuitamente. O Corso, vendo-se esbulhado deste bom negócio, alcança porém que seja ele quem vá a Alcácer receber os restos, e quem os leve a Ceuta, onde fr. Roque esperava por eles. Suspeitando, porém, o frade

que o Corso pretendesse desencaminhá-los na viagem, para realizar o seu primeiro plano, encarregou da recepção um troço de fidalgos que vinha de regresso. Eles receberam os restos de D. Sebastião do alcaide de Alcácer e os trouxeram a Ceuta, incorporando-se porém o Corso na comitiva. — *Crón.* 85.

## I

Na *Carta a um abade da Beira*, etc., já citada, quando fala dos soldados alemães, o cáustico escritor acrescenta *e o cisco das suas matronas.* Acrescenta (p. 199) que em Cádis a armada se apercebeu «de matronas e brincos castelhanos». A abundância das mulheres era, pois, notada pelos contemporâneos, que igualmente diz «parece que levam os (expedicionários) casa muflada, como se lá houvessem de estar vinte anos». Não admira pois que levassem mulheres em abundância.

«E el-rei levava muita soma de tendas que mandou trazer de Alemanha que se afirma que as de el-rei e dos fidalgos e estrangeiros serão mais de quatro mil com os tendilhões». *Rel. da jorn. de el-rei D. Sebastião,* no *Biblióf.* (1849) p. 92.

Outro ponto notado pelas testemunhas presenciais, é o luxo extraordinário da corte e dos fidalgos que parecia irem a um torneio e, com efeito, nem sonhavam com a catástrofe que os esperava.

«Além disto foi espanto ver a muita pedraria que neste dia saiu: os botões de ouro, as tranças





dos chapéus cheias de rubis, diamantes, esmeraldas de preço infinito... os camafeus, medalhas, estampas do feitio singular; as cadeias de ouro grossíssimas aos pescoços, de dez e doze voltas, as couras borladas de ouro com botões de ouro, cristal, pérolas e demais pedraria...» etc. *Ibid.*

## J

A cronologia da campanha é esta:

1578

*3.ª feira, 24 de Junho,* dia de S. João: partida de Lisboa;

*4.ª feira, 25 de Junho:* chegada a Lagos, onde ficam quatro dias; embarque de parte da gente do Terço de Francisco de Távora;

*Domingo, 29 de Junho;* idem a Cádis, onde se demoram uma semana. Embarque de contingentes castelhanos. Festas dadas pelo duque de Medina Sidónia; visita de André Gaspar, Corso, enviado de Abde Almélique, a propor pazes;

*Domingo, 6 de Julho;* idem a Tânger, onde o rei desembarca, partindo o grosso da frota para Arzila; ficando ali o rei dois ou três dias; e encontrando-se nesse ponto com o pretendente;

*5.ª feira, 10 de Julho:* idem do rei a Arzila, que desde o começo da guerra civil se pronunciara pelo Negro, entregando-se ao governador de Tânger; desembarque do exército. Em Arzila os preparativos da campanha consomem dezoito dias. Esca-

ramuças nos arredores da praça. Formação do acampamento.
*3.ª feira, 29 de Julho*: marcha para o interior, acampamento dos Moinhos;
*4.ª feira, 30 de Julho*: acampamento de Almenara; chegada do enviado de Carlos V, D. Francisco de Aldana;
*6.ª feira, 1 de Agosto*: acampamento de Truxena;
*Sábado, 2 de Agosto: idem* de Alcântara, sobre o campo de Alcácer; chegada de Abde Almélique a Alcácer Quibir;
*Domingo, 3 de Agosto:* estabelecimento dos dois acampamentos inimigos nas margens do Mecazim, ao Norte do Luco;
*2.ª feira, 4 de Agosto*: Batalha.
Cf. Cruz, *Crón.;* Mendonça, *Jorn.;* e Andrada, *Miscel.*

---

Donde se deduz que a data de 13 de Julho corresponde ao período da demora em Arzila. O episódio referido no texto, a não haver confusão de data, antecede a batalha.

## K

Não foi possível identificar nem os nomes nem o lugar dos episódios a que se refere o texto. Porventura o marselhês curava por informação e confundia as coisas; pois apenas afirma ter





estado na batalha, e, achando-se com Abde Almélique não podia ver o que se passava em Arzila, enquanto o sultão se preparava para cortar a marcha dos portugueses em Alcácer Quibir.

O Álvaro Peres de Leblanc é sem dúvida Álvaro Pires de Távora que comandava na vanguarda os aventureiros na formatura com que o exército desceu de Alcântara. Quem seria, porém, o D. João de Castro? Seria D. Jorge de Lencastre, duque de Aveiro, que formava com o seu esquadrão à direita dos aventureiros? (Cf. Mendonça, *Jorn. de Áfr.*, I, 5).

Eis aqui as duas escaramuças de que reza a crónica no arraial de Arzila:

«a primeira vez Habraen Sufiani alcaide de Alcácer Quibir com dois mil de cavalo por mandado de Mulei Hamete, irmão do Maluco, ao qual el-rei com muita presteza acudiu, posto que lhe foi estranhado do seu conselho e todos os prudentes»;

«o segundo rebate deu Saer-ben-hesi, general de cavalaria do Maluco, com cinco mil de cavalo, que vinha a descobrir campo. Os mouros de Mulei Hamete que acudiram ao primeiro facho, vendo-os, lhes saíram com ímpeto inimigo e travada a escaramuça foram feridos e mortos alguns de cada parte, entre os quais foram mortos Beheca, irmão de Cid-Hamubenanza, e Chir-ben-mansor, genro de Cid-Abdelcherim, alcaides do xerife Mulei Hamete, que estava no campo cristão» (1).

---

(1) Cruz. *Crón.* 59; cf. Barbosa Machado, *Mem. de D. Sebastião,* IV, p. 304, e seg.

## L

O viajante repisa aqui um ponto a que já aludira (nota D). Efectivamente, na sua narrativa, começa por apresentar os resultados sumários, e depois quando principia: «Ser-me-ia difícil, etc.», dá pormenores, repetindo-se por vezes, como neste caso.

Eis aqui o que os cronistas contam sobre a inconsistência das forças de Abde Almélique:

«O Dogali que andava no reino de Sus, por mandado de Mulei Maluco, sujeitando os revéis, como viu a revolta de África tornar-se a acender com a entrada de el-rei D. Sebastião, manhosamente o deixou ficar sem vir à batalha, e o Achahiac acompanhou o Maluco, porque se tivessem tempo de executar a conjuração o Dogali estivese perto de Marrocos, que lhe havia de caber em sorte e o Achahiac de Fez que era a sua parte» [1].

## M

Todos os cronistas concordam em que o Negro aconselhou D. Sebastião a diferir a batalha, porque Abde Almélique tinha as horas de vida contadas com o veneno que o seu rival e sobrinho lhe mandara propinar. Leblanc não refere o caso do veneno: só fala de doença natural. Havia ainda outro motivo para não empenhar o combate na planície: era a excelência das posições portuguesas, na encosta, onde a superioridade da cavalaria inimiga não tinha vantagem. O Negro aconselhava que se entrincheirassem nas posições que ocupavam.

(1) Cruz, *Crón.*, 55; cf. Baião, *Portugal cuid. e last.*, p. 541.





Mas o rei não podia seguir o conselho porque, tendo-se aventurado no interior, afastando-se da base de operações de Arzila, sem mantimentos, o exército estava ameaçado de morrer à fome, se dilatasse a vitória esperada.

Insistia então o Negro porque a batalha se não começasse senão com o descair do dia, por dois motivos: primeiro, porque, na sombra da noite, os seus parciais não receariam bandear-se; segundo, porque, em caso de desastre, seria mais fácil a fuga. Esta observação revela o estado de ânimo do pretendente.

Já na véspera, domingo, «dom Duarte de Meneses... sabendo muito como eles (os mouros) de noite não são homens de guerra... aconselhou a el-rei mandasse dar uma encamisada». — Mendonça, *Jorn. de Áfr.*, I, 5.

Mas o rei não anuiu a nenhum destes conselhos, e temeràriamente se quis aventurar a uma batalha campal, conforme o ideal da cavalaria.

## N

O objectivo da expedição era Larache situada na costa, junto à embocadura do Luco, pelo Sul. Efectuado o desembarque em Arzila, havia a escolher um de três planos de operações: 1.º, marchar ao longo da costa para o Sul, apoiado na esquadra; 2.º, ir por mar desembarcar em

Larache; 3.º, internar-se, indo vadear o Luco em Alcácer Quibir, para daí, ao longo do vale, cair sobre Larache que, cortadas as comunicações com o interior, e batida pelo mar com a frota, cairia impreterìvelmente.

Contra o primeiro plano objectou-se a dificuldade de passar o Luco, junto à foz, em barcas, sob os tiros de Larache; contra o segundo a dificuldade de um desembarque nas mesmas condições, em costa aberta onde o rolo do mar é forte. Adoptou-se o terceiro:

«O que realmente, bem considerados os inconvenientes que nos outros pareceres havia, não era mal acertado conselho, se a brevidade e diligência seguira a resolução». — Mendonça, *Jorn. de Áfr.*, I, 3.

Faltou a brevidade e diligência. Perdeu-se um tempo precioso em Arzila (18 dias) depois dos dias perdidos em Cádis. E a prova é que chegaram na mesma ocasião ao campo de Alcácer os dois inimigos; e se D. Sebastião se tivesse adiantado, teria encontrado o caminho livre, dando-se o choque no litoral, já ao abrigo da esquadra.

Quando os portugueses desembarcaram em Arzila, Abde Almélique, segundo vimos, não ousou entrar em campanha sem ter primeiro enfreado os mouros dos montes cuja rebelião temia. A perda de tempo dos nossos foi a sua salvação.

E neste tempo estava ainda Molei Moluco em Marrocos, que são daí mais de cem léguas, e pudera mui fàcilmente el-rei, partindo logo tomar Alcácer, e deixar nele o Xarife com seus Mouros, e alguma gente de guarnição, e descer a Larache ao longo do rio, que está daí três léguas, e fazendo-se senhor da enseada de Castil de Genoveses, desembarcar mui fàcilmente os





mantimentos e munições necessárias, sitiando a fortaleza...» — Mendonça, *Jorn. de Áfr.*, I, 3.

Era isto o que se queria fazer, mas foi o que a perda de tempo não consentiu. Nos dezoito dias de demora, o sultão assegurava a sua retaguarda:

«Molei Moluco neste tempo acabou de entender o caminho que el-rei levava e se veio chegando a Alcácer, e daí ao campo, junto ao vau do rio Luco, que os portugueses iam buscar, para seguir da outra banda o caminho a Larache». — *Ibid.*, 4.

Vejamos agora as operações do corpo expedicionário português.

De Arzila para o Sul até Larache distam ao longo da costa trinta quilómetros pròximamente; de Larache para o interior, seguindo o curso do Luco, em direcção próxima do Sudoeste, a distância é de metade. Em vez de dar a volta da serra, por Larache, D. Sebastião internou-se logo de Arzila, seguindo a estrada alpestre que vai obliquamente a Alcácer Quibir por Suk Fzeltza de Raisana.

Na terça-feira 29 de Julho chegavam ao acampamento dos Moinhos, na quarta ao de Almenara, onde passavam à quinta; na sexta, 1 de Agosto, estavam em Truxena, e no sábado chegavam ao acampamento dito da Ponte, ou de Alcântara, sobranceiro à planície onde a batalha se havia de ferir na segunda-feira seguinte. A marcha durara cinco dias.

Essa planície, cortada a meio pelo rio Mocazim, estende-se para o Poente cerca de légua e meia, até a margem direita do Luco, onde o Mocazim desemboca, sarjada pelos cursos paralelos do Bufoaran, do Xurreir, do Butuil, que

na estação das chuvas a convertem num pântano [1]. A confluência do Mocazim está a duas léguas de Larache pelo curso do Luco.

Desde Alcântara, junto ao desaguadouro do ribeiro de Amíar el Cahhal, até Sidi Embrace nas alturas sobranceiras à margem direita do Luco, o terreno sobe em anfiteatro, arrancando os montes a cerca de uma légua do Mocazim, cortados pelas depressões alcantiladas onde se escoam para a planície os três outros confluentes do Luco. Neste anfiteatro acamparam as forças portuguesas, tendo o rei a sua tenda no flanco esquerdo, junto a Alcântara, e apoiando-se o flanco direito em Sidi Embrace, contra a margem do Luco. Ocupavam, assim, toda a face Norte da veiga do Mocazim, defendidos na frente pelo fosso natural desse rio que ia então cheio, com cinquenta metros da largura e margens abruptas de três ou quatro de altura. Desde Alcântara, onde a veiga se fecha por Leste, até o Luco, impossível de transpor, as posições portuguesas, não podendo ser por isso torneadas, estavam defendidas por um fosso natural, só acessível em seis vaus numa extensão de quase duas léguas; ameaçando além disso o flanco inimigo por dominarem a passagem do Mocazim na posição de Alcântara, onde havia a ponte, conforme o nome o diz.

---

(1) «Tem este campo que se chama Uderaca, que quer dizer a adárgua, o qual vulgarmente se diz campo de Alcaçar, por começar junto a esta vila, onde foi a batalha, como adiante se verá, é grande e mui chão, pelo qual se vem metendo uma pequena ribeira da parte do Norte no Rio Lucus, cujo nome é Vet Macasin». Jer. de Mendonça. *Jorn. de Áfr.*, I, 3.





Do outro lado do Mocazim, ao Sul, ficava o acampamento dos mouros, estendido paralelamente, desde o ponto fronteiro a Alcântara, com um posto nas eminências que pelo Sul dominam a ponte, até a margem do Luco para lá da confluência do Mocazim, estendido ao longo da margem esquerda deste rio na planície que se prolonga para o Sul, até Alcácer Quibir.

Daí viera Abde Almélique descendo ao longo do Luco, a fim de impedir a sua passagem para o Sul, no vau acima da confluência do Mocazim, pois abaixo dela o rio não é vadeável. (Mendonça, *Jorn. de Áfr.*, I, 3). O seu receio seria que os portugueses o tivessem precedido e lhes não pudesse já embargar a passagem. Não sucedeu porém assim, e Adbe Almélique pôde assentar o seu acampamento na margem esquerda do Mocazim, em frente dos portugueses, esperando que o atacassem [1].

V. a excelente *Memória* da batalha de Alcácer Quibir por D. Eduardo Álvares, no *Rev. do Ex. Espanhol*, com um mapa topográfico.

## O

Os portugueses tinham 24 peças de artilharia. (Mendonça, *Jorn. de Áfr.*, I, 4). Os mouros, segundo o autor da *Jorn. de Áfr.*, tinham mais de quarenta; embora Andrada conteste: «E diante da frente trinta peças de artilharia... Inda que

---

(1) «Mandou o Maluco ao seu exército passase o rio Luco e se pusesse em ordem de pelejar, apresentando a batalha aos cristãos para o outro dia». — Cruz, *Crón.*, 62.

Jerónimo de Mendonça diga que eram quarenta, eu contei só trinta, com seus oficiais e sem outra guarda». (*Miscelânea*, dial. VII).

P

Na segunda-feira, 4, pelas 10 horas da manhã, os portugueses desceram das suas fortes posições e atravessando a planície em quadrado (1) de batalha foram passar o Mocazim, para a esquerda, no segundo vau. Formados em crescente, os mouros esperavam.

«E posto assim em ordem nosso esquadrão dos aventureiros, estivemos esperando um bom espaço o sinal da batalha e o Santiago; com os Mouros defronte, que da mesma maneira parece o esperavam, em um plano como uma mesa tão largo, quanto a vista alcançava, em distância de um ao outro exército, menos de meio quarto de légua, que pouco a pouco se foram chegando um ao outro.» (2)

Formados em crescente, os mouros tinham sua artilharia que eram vinte e quatro peças, (inda que alguns dizem quarenta) entre certo milho como senhores do campo e que sabiam o lugar por onde necessàriamente havíamos de passar o vau na maré vazia, encobertas da noite antes com um milho»... (3) Dizia o mouro aos seus que atacassem sobretudo os portugueses e ita-

(1) «E todo o nosso campo estava em forma quadrada... inda que triangular diga Franqui» (Conestaggio) Andrada, *Miscel.*, dial. VII.
(2) *Ibid.*
(3) *Ibid.*





lianos; «desfazendo na fama dos alemães *persuadialos a no temellos* (1). «E tanto que passou (o exército) a pequena ribeira do Mocazim abaixo da sua ponte, por ser baixa a maré que lhe comunica pelo rio Luco, às 10 horas do dia, puseram os Mouros fogo ao feno, e panasco seco que lhe deu bem grande enfadamento, mas atalhou-se o melhor que foi possível» (2).

A batalha começou por uma descarga de artilharia (3).

A vanguarda dos aventureiros (4) rompeu com denodo pela selva espessa das lanças moiriscas, penetrando até junto da tenda de Abde Alméli-que. Matou-o algum pelouro? Caiu extenuado pelas febres? Era a acção do veneno propinado?

«Tenho por certíssimo que o matámos... nem era possível, se a sua morte fora natural, estando tão perto dela poder-se pôr a cavalo, e com o alfange desembainhado na mão... e sem embargo os mouros... esconderem esta morte e persuadirem os seus morrera de doença» (5). — «Com aquela maldita voz—ter! ter!—parámos, sem saber o para que ou porque» (6). Pararam todos: os aventureiros «os castelhanos que estavam à mão esquerda e os tudescos e italianos à mão esquerda» (7).

Entretanto, os mouros, «cercando o (exército)

(1) Herrera, II, 196.
(2) Mendonça, *Jorn. de Africa*, I, 5.
(3) Ibid. 6.
(4) «E haveria neste nosso terço 1.400 ventureiros de pé, pouco mais ou menos, porém guarnecido com a arcabuzaria de Tânger e Ceuta, destríssima e excelente que não sei quantos seriam». — Andrada, *Miscel.*, dial. VII.
(5) *Ibid.*
(6) *Ibid.*
(7) Mendonça, *Jor. de Africa*, I, 6.

de el-rei de maneira que por toda a parte ficou sendo não guarda» (1), atacavam os flancos e a retaguarda da falange portuguesa. Na vanguarda que estacara de novo avançavam com fúria:

«Pelo que muitos, que eu vi, se iam como leões raivosos meter por eles desesperados, fazendo feitos também desesperados e proezas que não ouso contar-vos. De maneira que de uns e outros ficou aquilo por ali até onde chegámos coberto de mortos, homens e cavalos, em tanto que dificultosamente se podia por ali entrar a cavalo, depois: e tanto o sangue que em partes me dava quase pelo artelho. E tudo gritos, e lamentos, mortos em cima de vivos, e vivos de mortos, todos feitos pedaços, Cristãos e Mouros abraçados, chorando e morrendo, uns sobre a artilharia, outros braços e tripas arrastando, debaixo dos cavalos, e em cima espedaçados, e tudo muito mais do que já vos posso dizer, porque aperta comigo a dor, na lembrança do que passei» (2).

Mas esta fúria homérica não passava dum estorcer de leão rebentado pelas voltas de uma serpente. As duas pontas do crescente fechavam-se, e o quadrado português era um montão de desesperados. Duas horas tinham bastado (3): quatro ou cinco levou ainda a consumar a catástrofe (4).

(1) Mendonça, *Jorn. de Áfr.*, I, 5.
(2) Andrada. *Miscelânea*, dial. VII.
(3) «E já neste tempo que seria pelo meio-dia era tudo desfeito e acabado, aldemenos em grande espaço ao redor donde me achava.» — Andrada, *Miscel.*, dial. VII.
(4) «E sendo enfim quatro ou cinco horas da tarde, havendo-se começado a batalha às onze, se acabou de declarar a desventura dos portugueses». Mendonça, *Jorn. de África*, I, 7.





D. Sebastião sumia-se, para morrer, como Rómulo, *desaparecendo*. O Maluco era cadáver na sua liteira. O Negro que lhe queria a coroa, perdia a vida, fugindo, afogado no Mocazim. «Quinhentos fidalgos ilustres entraram nesta batalha... e aqueles que viveram foram pouco mais de duzentos» (1).

E «nela (na batalha) e na jornada toda, tudo foram erros cometidos pela cabeça de um só homem, Rei endurecido a todo o bom conselho e razão» (2). É a voz do desespero, procurando um réu. O rei não era mais do que a imagem do povo que enlouquecera com a vertigem das conquistas, com o veneno da riqueza, com o delírio da iluminação religiosa.

Essa loucura de que o rei é acusado é o estado da imaginação do povo que lhe divinizou a memória, inventando o sebastianismo, derradeiro porto onde vem *deitar ferro* a nau da viagem portuguesa.

(1) Mendonça, *Jornada de Africa*, I, 7.
(2) Andrada, *Miscel.*, dial. VII.

# IV

# O INFANTE D. HENRIQUE

## O infante D. Henrique

Senhores:

DESTES altos, povoados de jardins entre os quais se ergue o Palácio da Indústria, consagrado hoje à apoteose do homem terrível que há cinco séculos deu corpo, forma, desígnio e rumo, às forças expansivas da nação baptizada pela revolta de Lisboa e confirmada pela vitória de Aljubarrota: nestas salas, onde os produtos do Portugal ultramarino vêm dar o último testemunho do êxito dessa empresa gloriosa que, tendo enchido com hinos de vitória os mares da Índia, criou um segundo Portugal na América, depois de chamar à existência social os arquipélagos do Atlântico: destes altos formosíssimos, sobranceiros ao Douro e à sua cidade, a minha imaginação está evocando os velhos tempos de há cinco séculos.

Vejo o monte negro da Sé, a cidade dos bispos, apertado no seu cinto de muralhas com os dentes de granito mordendo o azul do céu; vejo as ondas da casaria obscura, galgando por sobre as muralhas, colearem, insinuando-se nas gargantas apertadas e nos altos arborizados que hoje

são o Porto. Foi além, na Sé, que se casaram D. João I e D. Filipa, a inglesa. O vale que desce desde Santo Ovídio até o Douro, coração actual do Porto e divisória da cidade velha e da cidade nova, apresenta-se-me já habitado pela população dos burgueses, sempre hostis aos bispos suseranos. Para Oeste, nos altos de Cedofeita, o cabido coloniza, arroteando, os campos inclinados pela encosta de Vilar. S. Francisco, aqui no sopé do próprio monte em que nos achamos, está começado apenas; principiaram os frades a edificar o seu templo no mesmo ano de Aljubarrota: 1385. E em frente de S. Francisco, no velho paço real, deitando sobre a rua nova aberta por D. João I, nesse futuro coração do Porto comercial: é aí que vem ao mundo, em 4 de Março de 1394, o infante D. Henrique.

Já o período heróico da revolução e da guerra tinha passado. A paz com Castela, vivamente desejada pelo rei, embora ainda não selada, era porém já um facto. As resistências internas haviam cessado principalmente com a emigração dos parciais adversos para Castela. A monarquia de Avis erguia-se soberana sobre um povo retemperado nas longas batalhas da independência, e enraizava-se profundamente no sentimento novo da vontade popular, unânime. Uma alma ardente de desejos e ambições inominados animava a Nação. Sentia-se a necessidade de um grande acto para conformar o baptismo da independência.

Mas que acto? que façanha? que aventura? que empresa? Uns lembravam a conquista de Gibraltar, outros a de Granada aos mouros; mas o rei prudente, receando nova guerra com Castela, optou por Ceuta: continuar o Algarve além-





-mar; prosseguir para o Sul a guerra santa da reconquista.

Decidiu-se a expedição em 1415: tinha o infante D. Henrique 21 anos. Ordenou-se o armamento de duas esquadras, uma em Lisboa, outra no Porto. Para aqui veio o infante dirigir a equipação da frota logo em Janeiro; e seis meses bastaram para a ter concluída; pois enganar-se-ia muito quem julgasse os navios desse tempo com as ideias posteriores ao século XVI quando estava aberto o período das grandes viagens. Então o navegar consistia ainda, segundo fora desde os tempos mais remotos, em seguir ao longo das costas durante o dia, aportando a qualquer angra para pernoitar. Só o Mediterrâneo se cruzava, deixando a terra a perder de vista; e por isso os pilotos e mareantes das Baleares, de Génova ou de Pisa tinham então o ceptro de navegadores. Para as armadas serviam os navios de pesca e de comércio, sem mais aparelho, porque tão-pouco a arte de combater no mar diferia dos combates terrestres. Os navios eram simples transportes que eventualmente se transformavam em fortalezas flutuantes. Destes navios o maior era a nau, barco porventura semelhante ao falucho ou patacho da nossa navegação costeira e raras vezes de capacidade superior a cem toneladas. Eram os navios de comércio arvorados em transportes de guerra. Desta espécie armou e guarneceu D. Henrique no Porto vinte. Navegavam à vela e chamavam-lhes navios redondos em oposição à forma esguia das galés que andavam em regra a remo e eram o tipo do navio de combate herdado da Antiguidade. Galés armou o infante sete. Além destes navios, a que hoje chamaríamos de

linha, completava a frota um número incerto de barcos, variáveis e caravelas, navios de vela ou de remo, das companhas de pescadores e cujos fac-símiles exactos se encontram ainda hoje pelas praias de Portugal. A caravela tão célebre na história das primeiras descobertas africanas tem, quanto a mim, o seu representante fiel na falua ribatejana.

Na primeira semana de Julho estava pronta a frota no Douro e daqui onde nos achamos podemos também evocar com a imaginação o quadro desses navios garridamente empavesados de balsões e estandartes multicolores onde aos símbolos heráldicos dos guerreiros se juntava o pavilhão tricolor do infante D. Henrique e a sua divisa que era ainda apenas uma promessa: *talent de bien faire*, arte de proceder com acerto. Já na escolha deste moto o infante dava a medida do seu génio futuro: nenhum capricho, nenhuma vaidade, nenhum amor: sòmente a obediência cega à *freima* que ainda inconsciente lhe ardia já no pensamento juvenil. Toda a chusma das galés e os marinheiros das naus vestiam as cores do infante. O irmão, futuro duque de Bragança, comandava uma das naus. As guarnições estavam todas a postos. Levantavam-se as âncoras. O dia era belo. No ar azul flutuavam as bandeiras e de bordo de cada navio o som rutilante das charamelas ecoava pelas encostas abruptas vestidas de pinhais. Dos dois lados do rio que a frota descia apinhava-se o povo, desde os Guindais até a Foz, desde Gaia até a Afurada, respondendo as trombetas de bordo com um trovão de aclamações.

No dia 20 chegou a esquadra a Lisboa; mas quando tudo estava reunido e fixado para 23





o dia da partida, a rainha morreu de peste. Traço revelador da energia quase desumana deste homem ainda na verdura dos anos, ainda virgem dos amargores que retemperam a vida! Quando o rei viúvo fugia, doido de dor, para além do Tejo; quando a bordo da esquadra todas as guarnições vestiam luto e os navios tinham arreado as bandeiras em sinal de dó, o infante, esgaseado o olhar, enrugada a fronte, descaroável o ânimo, foi a bordo, mandou vestir de gala as tripulações, mandou que as trombetas tocassem os hinos de guerra, e que a esquadra partisse no próprio dia destinado: o dia seguinte ao da morte da mãe. Perante a glória da empresa que importava uma mulher menos sobre o Mundo? Se o seu coração sangrava, e talvez não sangrasse, comprimia-o secando o sangue com a chama que, abrasando-lhe o peito, lhe incendiava o pensamento. Nos 21 anos que contava conformava-se-lhe já o ânimo por um modo que aos da sua geração parecia singularmente arredio. Tinha o aspecto temeroso. Falava pouco se o irritavam, não rompia em cólera, mas recolhia-se, amodorrando com uma mistura de desdém e ira concentrada que infundia quase medo. Atribuía-se isto à energia da sua vontade indomável e à complicação de pensamentos que se lhe enovelavam no cérebro. O retrato que chegou até nós, corroborado pelas descrições dos cronistas coevos, mostra-nos um homem feio, corpulento, ossudo, com o cabelo negro e duro, com a tez escura, a testa breve, o mento forte, e sobre a boca rasgada um bigode negro, curto e farto. A fisionomia corresponde ao que sabemos do carácter.

Ceuta conquistou-se fàcilmente num só dia, o de 21 de Agosto. Em Ceuta foi o infante arma-

do cavaleiro, à volta o rei fê-lo duque. Três anos depois voltou a África. Nesses três anos entre a primeira e segunda viagem de Ceuta está inscrito o período genesíaco do seu pensamento. A energia da sua vontade ia encontrar um adversário condigno. A chama que lhe incendiava o peito ia ter um alimento duradouro e fecundo, tornando-se o clarão deslumbrante que havia de iluminar o mundo.

Em 1418 o seu plano estava evidentemente delineado. As suas idas a África, o que ouvira aos mouros, o que ouvia aos marinheiros da costa algarvia, a tradição da viagem às Canárias pelos Pessanha em tempo de el-rei D. Afonso IV, a lenda dos magurinos de Lisboa, as tradições fantásticas das ilhas oceânicas, a notícia dos reinos doirados da especiaria que Marco Polo visitara, as lendas várias sobre o Preste João e as fúnebres descrições árabes do mar tenebroso que acabava em fogo, desfeito em nuvens: tudo isso se revolvia na mente do infante desvairando-a. Mais tarde, o livro da viagem de Marco Polo e os mapas que seu irmão Pedro lhe trouxe de Veneza, acabaram de o seduzir.

Através da sombra densa das quimeras, apontava luminosamente um facto: era a existência de um outro mundo, encantado, lá para Oriente... Como nas lendas celtas guardava-o a ferros um monstro: o muçulmano, alastrado por toda a África Setentrional. Seria impossível exterminar esse dragão? Não havia de ser; e além disso o mar estava patente: dar-se-ia a volta ao Mundo. Era um erro supor que o Cabo Não fosse o limite navegável: já catalães tinham ido até o rio do Ouro, já nós próprios tínhamos também ido às Canárias. Mas quem dizia que, para





além, o mar tenebroso não era com efeito essa confusão caótica de sombras e lodos ferventes com que o Mundo acabava no dizer dos árabes? Quem assegurava que em vez de um caos se havia de achar um continente regular e costeável? Dizia-o, assegurava-o ao infante a sua fé. Adivinhava: por isso a estranheza esquiva e a secura do seu génio, eram a consequência necessária de um dos aspectos que a ideia fixa imprime ao carácter dos homens.

Encontrada a empresa e formado o plano, mais esquivo, mais duro, mais absorvente ainda se tornou o génio do infante. Não consentindo o pai no prosseguimento da guerra de Marrocos por extenuar o Reino, via adiada essa primeira metade do seu plano; e contando com tempos breves mais propícios, entregou-se de corpo e alma à segunda. Consumia os dias, velava as noites, estudando, indagando, alquimista de espécie nova, os segredos da terra e do mar, procurando extrair a pedra filosofal da Verdade geográfica. A gente da sua casa, os marinheiros de Lagos, os forasteiros que chamava para volta de si eram os seus companheiros de cogitações incessantes nessas praias do Algarve, donde para a esquerda se divisava Marrocos, para a direita o mar infinito e enigmático. A plêiade dos primeiros navegadores, Zarco e Baldaia, Perestrelo, o genovês, Gonçalo Velho e Gil Eanes, Antão Gonçalves e Nuno Tristão, Lançarote e Gonçalo de Sintra, os Dias, Vicente e Dinis, mais Pedro, também de Sintra e Álvaro Fernandes, formavam-lhe a corte de espécie nova: uma corte anfíbia sobre que pairava, nos confins austrais do Reino, o génio que lhe havia de definir a missão e o destino glorioso.

Estes momentos de germinação de uma ideia são sacrossantos. Pela primeira vez o génio do homem concebia uma forma nova de Ideal, apreendendo-a sintèticamente. A verdade científica, enxertando-se na fé religiosa excitava o espírito do Infante: era outra fé que surgia para o Mundo.

Lagos, porto relativamente importante pelas suas pescarias e armação, parece não ter convindo ao Infante para aí iniciar os seus trabalhos. Necessitava um lugar que, por deserto, pudesse ser absolutamente seu, e onde nenhuns embaraços viessem estorvar a realização dos seus múltiplos planos. Ao Sul de Lagos, a pequena distância, encostada às eminências do Cabo de S. Vicente, abre-se a pequena baía de Sagres, abrigada por uma península que se alonga pelo mar, obra de um quilómetro. Nessa língua de terra cuja largura não excede meio quilómetro, decidiu o Infante fundar uma vila sua, que fosse ao mesmo tempo um estaleiro, uma escola e um porto franco. Chamaram-lhe Terça ou Tercena, do italiano *Darcena;* ele queria que se chamasse a *vila do Infante*. Planeou, sem chegar a realizá-lo, instalar aí uma colónia de genoveses procurando atrair para a sua vila, o comércio do Oriente cujo empório de Ceuta fora desfeito pela conquista de 1415. O ponto escolhido pelo Infante é o extremo absoluto das terras portuguesas e dizem no Algarve que por um singular efeito de conformação da terra se ouve aí claramente o que a bordo dos navios, passando ao largo, vão falando as tripulações.

Instalada assim como nau ancorada na extrema praia portuguesa, a vila do Infante tornou-se o elo que soldava a antiga nação guerreira ao novo Portugal marítimo incipiente. Na sua





escola, cercado pela plêiade dos que iam ser seus primeiros cooperadores, o Infante coligiu os mapas e instrumentos, usados pelos mareantes mediterrâneos: o astrolábio, a bússola, um cronómetro rudimentar e as cartas de que alguns, num excuso de louvor indiscreto, atribuem a invenção ao próprio Infante. Completando esta parte do seu programa, de iniciar os seus companheiros nos segredos da navegação mediterrânea, contratou o célebre Jaime de Maiorca, mestre dos cartógrafos baleares no último quartel do décimo quarto século. Chamavam-lhe em Palma, *el Julio de las brújulas,* para que ao desenhar dos mapas juntava a arte da falsificação dos instrumentos náuticos. Baptizado, trocou o nome judeu de Jafuda Cresques pelo de Jaime Ribes e de Palma partira para a corte do rei Martinho do Aragão, caindo em desgraça depois da morte deste que foi quando o Infante D. Henrique o contratou.

É um absurdo supor, meus senhores, que alguma grande empresa humana nasceu jamais do pensamento individual dum homem como ser mito se pretende ter saído Minerva da cabeça de Júpiter. O condão dos grandes feitos e o merecimento dos grandes homens está em adivinharem as tendências colectivas da sociedade em que se encontram e de imprimirem uma direcção nítida e firme às forças dispersas, aos ensaios desencontrados dos tempos anteriores. Seria pois absurdo supor que pensamento e até o facto das navegações tivessem nascido abrupta e milagrosamente da ideia do Infante. Não. Ele encontrou por todo o litoral de Portugal, colónias de mareantes e armadores, de negociantes e pescadores, que sobretudo à som-

bra das leis protectoras do tempo de el-rei D. Fernando, tinham tornado intensa a vida comercial marítima dos portugueses. E essas próprias leis revelam que o movimento neste sentido vinha desde muito longe. Pode dizer-se que acorda aqui, na região do Norte, quando Gelmires, Bispo de Compostela, contrata genoveses para a defesa do Minho contra as irrupções dos vikings normandos nos primeiros tempos da ocupação árabe. A marinha militar é em Portugal coeva da fundação da monarquia, aparecendo-nos aliados os nomes de Afonso Henriques e Fuas Roupinho. Do tempo de Eduardo III de Inglaterra temos o tratado que os armadores do Porto e Lisboa fizeram com esse rei para a pesca recíproca nos mares dos dois países. D. Dinis, repetindo o exemplo do Bispo de Compostela, contrata para almirante o genovês Peçanha. Os forais registram abundantes testemunhas da importância das pescarias nas costas e rios de Portugal. Por outro lado, se é um facto que a marinha portuguesa antes e muito mais depois do tempo de D. Fernando, tinha uma importância superior, não é menos verdade que as incursões pelo Oceano não eram facto novo, nem até para nós próprios portugueses. Do tempo de Afonso IV resta a notícia de uma ou mais origens dos navios dos Peçanhas até as Canárias. O Atlas catalão de 1375, o Portulano laurentino de 1351, o mapa trazido de Veneza pelo Infante D. Pedro, mencionam, além da costa africana até o rio do Ouro já visitado de um modo com efeito obscuro e sujeito a impugnações, ilhas atlânticas que têm sido identificadas modernamente com os arquipélagos da Madeira e dos Açores.

O valor e o alcance pois do emprego do Infante D. Henrique está em ter vindo no momento oportuno enfeixar e unificar essas tentativas anteriores num pensamento firme e compreensivo sabendo aplicar dum modo eficaz e prático as forças reais criadas num país que a situação geográfica e as condições da política peninsular tinham de impelir para a expansão ultramarina.





Instalado em Sagres, de 1418 a 1433 as expedições sucessivas enviadas contra a costa austral de Marrocos pode dizer-se que nenhum resultado importante consegue. São 15 anos em que por este lado as tentativas do Infante não provocam mais do que o riso dos invejosos e a satisfação dos mal feridos pelo seu génio orgulhoso e esquivo.

Apenas, por acidente, logo no princípio da empresa se descobre o arquipélago da Madeira que todavia ficou sob o domínio da coroa, bem como o dos Açores no fim deste período em 1432 pelo achado da Ilha de Santa Maria. Na costa africana não fora possível passar além do Cabo Bojador que a opinião geral considerava um *nec plus ultra*. Nada porém descoroçoava o ânimo do infante: nem a inutilidade das viagens africanas, nem o escárneo desdenhoso dos cortesãos, nem o abandono em que o pai o deixava e a oposição tenaz com que impedira tanto o progresso das empresas marroquinas, como o plano que tivera de conquistar as Canárias. D. João I por coisa alguma deste mundo queria levantar a sombra de um conflito com Castela, depois da arriscada guerra de que saíra rei.

*

Em 1433 D. João I morreu; e assim que D. Henrique viu sobre o trono seu irmão Duar-

te, o bom e passivo príncipe destinado ao martírio, pesando sobre ele com toda a energia da sua vontade refreada por quinze anos de contrariedade começou por lhe extorquir a doação da Madeira. Aí deu primeiro largas ao seu génio de colonizador. Iniciou as culturas novas da cana e da vinha e multiplicou as doações, coalhou a ilha de colonos algarvios, organizou o imposto, criando, completo em todas as suas faces, o primeiro tipo moderno da colónia de povoação. Não bastava, porém, isto para a febril impaciência do infante. Fàcilmente o irmão lhe dera a Madeira; mais difícil, porém, era obter dele que se lançasse na temerária empresa de Tânger. Vendo inútil a acção da sua eloquência ardente, vendo coligados contra si ambos os irmãos D. Duarte e D. Pedro, D. Henrique não hesitou em lançar mão de todas as armas para conseguir os seus fins. Pôs primeiro em campo a ingenuidade santa, a candidez quase infantil do irmão menor D. Fernando que reclamava também para si uma outra Ceuta; e sendo baldados esses rogos seduziu a rainha prometendo-lhe para o filho que tinha no ventre a herança que desenhava magnífica à imaginação deslumbrada da cunhada. Nas aflições do parto a rainha extorquiu de D. Duarte a anuência à empresa de Tânger. Era em 1436, três anos durou a teima persistente do infante até ver realizados os seus fins. Essa tragédia assim iniciada entre as dores de uma parturiente, as lágrimas ansiosas do rei aflito e depois os vagidos da infanta recém-nascida, provinha da fé dura e descaroável de D. Henrique, inacessível às hesitações de uns, às aflições de outros, aos raciocínios de todos. Tinham-no por desvairado? Mas esse próprio desvairamento, sinal certo do génio fatídico retemperado na vontade inquebrantável, esmagava o querer incerto dos tíbios e o gemer dolorido dos fracos.





Quando a expedição de Tânger partiu em Agosto de 1437 havia já três anos que por fim Gil Eanes dobrara o Cabo Bojador e que Baldaia fora até o Rio do Ouro. À imaginação do infante aparecia-lhe toda a sua empresa, em ambas as suas faces, num horizonte doirado de esperanças que a sua fé transformava em certezas. Havia de tomar-se a África! Havia de conquistar-se Marrocos! Todavia Tânger foi uma imensa catástrofe da qual para se salvar a si e aos restos do exército teve de deixar em penhor nas mãos dos mouros o infante D. Fernando sacrificado em holocausto ao desígnio fatídico de que o infante se sentia portador. Ele que não chorara uma lágrima perante o cadáver da mãe morta santamente, ele que não hesitara em explorar em seu proveito a fraqueza da rainha grávida e a aflição do irmão passivo, como por que hesitaria em entregar aos mouros essa vítima condenada, se ela espontâneamente, estendendo os braços às algemas, pedia para si o martírio? Era seu irmão? Era; mas os heróis abrasados pela chama de uma paixão renegam a família, conforme até prescrevem os textos sagrados: por mim esquecerás pai e mãe.

D. Fernando ficava nas mãos dos mouros em reféns da promessa da entrega de Ceuta, promessa que D. Henrique fizera na ideia de a não cumprir, com essa certeza do imprevisto que é própria dos homens de acção. De Tânger mandando os restos da expedição para o Reino, foi ele a Ceuta, a ver se conseguia com milagres

de astúcia e arte salvar o irmão que sacrificava. Vendo perdidas todas as esperanças, sabendo que flagícios cruéis o pobre irmão sofria nas vésperas de uma morte próxima, não é crível que a desumanidade de D. Henrique fosse a ponto de não sentir vararem-lhe a cabeça as estocadas do remorso. Passou então talvez a crise mais dura da sua vida. Desesperado, no princípio de 1438 veio encerrar-se em Sagres, fugindo à corte onde por seu lado o rei penava as dores do arrependimento. Depois de repetidas instâncias, D. Duarte consegue avistar-se com o irmão em Portel, pensando obter dele o que todos lhe negavam: isto é, o conselho da entrega de Ceuta para resgate do irmão mártir. Em vez disso, porém, D. Henrique hirtamente fúnebre, diz-lhe com uma voz tremenda que arme outra expedição, que torne a assaltar Tânger. E voltou a fechar-se em Sagres. Era o mesmo que selar a sentença de morte imediata do irmão cativo. Pouco depois em Setembro D. Duarte finava-se de dor. Dois cadáveres, os cadáveres de dois irmãos jaziam por terra para cimento do edifício grandioso das descobertas portuguesas. Assim na Índia em Babilónia era uso, depois de abrirem as valas onde se lançavam os fundamentos dos templos magníficos, lastrarem primeiro o solo com vítimas humanas sobre que repousavam as fiadas de pedras ciclópicas.

Ceuta não se entregou; mas o infante de quem antes o geral da gente ria, provocava agora o sentimento de reprovação e terror que a desumanidade infunde sempre, ou até que é coroada pelo êxito, transformando o réprobo em herói.

O malogro da sua empresa marroquina, o escasso proveito das viagens africanas, e o remorso pelas crueldades cometidas em vez de lançarem o infante no caminho do arrependimento, mais, cada dia mais lhe exacerbavam a paixão ardente que o devorava, rebelando-o contra a injustiça da sorte, contra o esquecimento do Deus que tinha a peito servir, contra o Mundo acusador e hostil que o cercava. A estranheza do seu génio transformava-se numa hipocondria formal, a sua dureza numa misantropia sistemática. Quem o observava parecia-lhe ver o espectro de um homem fundido em bronze. Só em Sagres, com os seus marinheiros que lhe traziam constantemente notícias dos países ignotos sobre que ele sentia ter lançado a garra leonina, só com esses e com o mar o seu espírito empedernido travava relações, mais de pensamento que de palavras, nas longas horas de esperança trágica, debruçado sobre o Oceano.





*

As viagens não cessavam, e à maneira que se repetiam aumentavam em amplitude, ganhando em importância. Já as caravelas dos exploradores desciam com Dinis Fernandes e Antão Gonçalves até o porto do Cavaleiro, em 1439; já Nuno Tristão voltara com um carregamento de escravos; já vinha ouro do Golfo de Arguim; já os algarvios não riam das empresas do infante pelo contrário todo o espanto era pouco para contemplar esses tipos singulares de criaturas dos países longínquos, raças híbridas de mouros e negros que formam a transição etnológica para as regiões da Negrícia na baixa Guiné. Em 1444 forma-se em Lagos a primeira companhia ou sindicato de armadores para a exploração da

costa africana e deste modo o infante inventava um novo tipo de exploração colonial para juntar aos anteriores. A frota da companhia sob o comando de Lancerote regressou com um amplo carregamento de escravos; e quando na praia a cavalo o infante assistia à partilha dos cativos e em volta o povo contemplava boquiaberto a enormidade do resgate, D. Henrique, ele o mestre da Ordem de Cristo donatário dos territórios africanos, armando cavaleiro a Lancerote, era verdadeiramente rei de um novo reino: o negro reino das sombras onde os homens tinham essa cor, onde os sertões derramavam especiarias e os areais ouro: império ignoto cujos confins se perdiam nos páramos mais distantes do Mundo e cujas portas, vedadas a todos, eram esse mar imenso que vinha beijar-lhe os pés na praia de Lagos e de que fizera para si um couto cerrado, *mare clausum.*

Depois da primeira companhia de Lagos regista-se em 1445 a viagem de Dinis Dias que desce até a foz do Senegal; em 1446 a de Álvaro Fernandes que visita a Gorea e vai até o Rio Grande e em 1447 a de Nuno Tristão que desce até o rio Nuno. Nesse próprio ano largava de Lagos a frota da segunda companhia numa expedição mais importante, em que os navios do Algarve se juntavam a outros vindos de Lisboa, do Porto e da Madeira.

Mas antes, nesse próprio ano de 1447, outras complicações distraíam o infante da sua ideia fixa. Livre dos encargos e cuidados de família porque os votos proferidos na milícia de Cristo lha vedavam, repudiando as seduções comuns do amor ilícito porque para lhe abrasar o peito tinha uma paixão só: não podia, porém, esqui-





var-se por completo aos cuidados da regência do Estado quando a morte do infante D. João e o martírio do infante D. Fernando lhe impunham a arbitragem na contenda armada entre o regente D. Pedro e o duque de Bragança para a disputa da influência no ânimo do rei criança Afonso V.

Em 1438, depois da morte de D. Duarte, viera de Sagres de fugida, compor a dissidência entre D. Pedro, esse príncipe filósofo, e a rainha viúva regente. A revolução do ano seguinte deu o poder a D. Pedro e à rainha o exílio. D. Henrique absteve-se; mas em 1441 não pôde deixar de acompanhar o regente a Trás-os-Montes para congraçar o conde de Barcelos que da contenda saiu feito duque de Bragança. Não ficou, porém, submetido o poderoso bastardo de D. João I e logo que a regência do irmão terminou, pela subida de Afonso V ao trono, o duque de Bragança entendeu chegada a hora da desforra. Com a elevação de Afonso V começa a guerra a D. Pedro que em 1447 se vê forçado a abandonar a corte recolhendo-se ao seu ducado de Coimbra. Essa tragédia ultimada ao cabo de dois anos em Alfarrobeira tem como primeiro episódio a súplica serena e grave que de Coimbra o ex-regente faz para o Algarve a seu irmão a fim de o vir aconselhar e socorrer.

Veio D. Henrique a Coimbra, mas era exactamente quando estava acesa a faina nos estaleiros de Lagos para o equipamento da segunda frota de Lancerote. Nem a aflição, nem o remorso lhe toldavam agora o espírito: nem a aflição porque ao contrário a alma lhe nadava em esperança e contentamento; nem o remorso, embora o seu desapego houvesse de ser causa

da morte de um terceiro irmão, quando a sua temeridade vitimara já os dois primeiros. Distraído, responde com evasivas a D. Pedro que lhe expunha cândidamente a situação. Enquanto um, nas vésperas do fim, abria a sua alma imaginando impregnar com ela o sangue fraterno, o outro ouvia-o mal, impacientemente, e em resposta nem lhe dava consolações, nem conselhos. As caravelas do Lancerote dançavam-lhe na ideia carregadas de negros e de ouro. Partiu. O pobre regente viu-se abandonado, sentiu-se perdido; mandou ainda emissários ao irmão pedindo-lhe que voltasse; ele limitou-se a recomendar-lhe prudência.

Num salto estava em Lagos. A frota de Lancerote largou. Com ela foi ordem do infante para que se levantasse em Arguim uma fortaleza e uma feitoria com que o seu império africano ancorasse de vez nessas praias que ele nunca devia ver, mas que a obsessão permanente do seu espírito e as informações dos navegadores, àvidamente recolhidas, ràpidamente transportadas para os mapas lhe representavam fielmente à imaginação.

Que admira, pois, que em 1449 o infante se achasse no campo sacrílego de Alfarrobeira? que fosse testemunha visual do assassínio de D. Pedro levado ao extremo do desvairamento pelo abandono desapiedado em que o deixava? O rei era uma criança; a roda dos fidalgos que o cercavam nunca perdoava ao regente o querer introduzir ordem na administração do Reino. Essa criança, esses fidalgos pretendiam realizar um reinado de façanhas guerreiras em que os despojos das praças marroquinas dessem a cada qual uma farta porção de saque a repartir. Não





era o saque a ambição de D. Henrique: era a conquista; era a realização final do plano malogrado em Tânger. Não é de crer, pois, que em seguida a Alfarrobeira o remorso o perseguisse como talvez sucedeu antes. Então os cadáveres dos irmãos imolados afundavam-se numa sombra de desesperança quase absoluta; agora o cadáver do regente perdia-se no deslumbramento de uma esperança doirada. Além disso D. Henrique contava já cinquenta anos e os caracteres como o seu petrificam com a idade.

*

Já ninguém duvidava da importância nem do valor das viagens africanas que davam brado no Mundo. As caravelas portuguesas tinham fama universal: não havia melhores navios sobre o mar, dizia o italiano Cadamosto que veio a Portugal contratar com o infante uma viagem de exploração. Partiu, em 1455, e foi até à Gâmbia; voltando em segunda viagem, cinco anos depois, com o seu conterrâneo António da Nola que descobria o arquipélago do Cabo Verde ao tempo em que Pedro de Sintra corria toda a costa da alta Guiné até o Cabo da Verga. Aí ficaram as descobertas do infante em África, na data da sua morte.

Dois anos antes dela, em 1458, já com sessenta e quatro anos, acompanhou o rei seu sobrinho à conquista de Alcácer-Seguer, prólogo das empresas do *Africano*, e desforra da catástrofe de Tânger. Morria feliz no seu cenóbio de Sagres, em 13 de Novembro de 1460, esse monge de espécie nova que, na propagação da sua fé, na violência da sua vontade, repete, porém, os ti-

pos anteriores dos sectários como foi por exemplo S. Domingos de Gusmão, o terrível exterminador dos albigenses. Morreu feliz, decerto, porque, morrendo, via o edifício dos seus sonhos, senão construído, que para tanto não bastava uma vida humana, levantado, porém, já fora dos alicerces, desenhando-se à luz clara do dia, como realidade positiva. Arrancara ao Oceano três arquipélagos e toda a costa atlântica da África superior até o Golfo da Guiné. A chegada ao Oriente estava segura, quer pelo mar, quer por Marrocos, cuja conquista, entregue o Reino ao braço férreo de um rapaz, havia de consumar-se. Via os resultados positivos e completava com a sua imaginação agonizante a edificação magnífica a que faltava apenas pôr os remates.

Morreu decerto feliz; e todavia não passava de um sonho, nascido da ignorância geográfica dos tempos, a ideia de relacionar a descoberta do Oriente com a conquista de Marrocos; não passava de outro sonho a esperança de que o sobrinho conquistasse esse império e não esquecesse o mar; pois logo que o infante morreu, Afonso V, absorvido pelas suas empresas temerárias, pôs de parte a prossecução da metade fecunda do plano duplo do grande homem. E foi só depois, ao chegar o dia da desforra de Alfarrobeira, com o reinado de D. João II, que se rematou a obra iniciada em Sagres, quando Azambuja se assenhoreou da Mina, Cão descobriu Angola e Bartolomeu Dias dobrou o Cabo a que o rei pôs o nome de Boa Esperança. O pensamento germinado no ponto humilde da costa do Algarve tivera em 1460 o termo da sua primeira expansão; depois ampliava-se a





África inteira, para logo se estender às Índias, e até os confins do Mundo, vindo Magalhães dar-lhe a volta, depois de Gama e de Colombo, em direcções opostas, o terem descoberto, quase inteiro na sua redondeza.

Tais foram as consequências do pensamento criador do infante D. Henrique. São o facto supremo da história moderna e por isso ao infante compete com justiça a coroa dos heróis. Não é, porém, só a descoberta do globo que estava em germe no seu pensamento: é ainda outra ideia fecundíssima que nos conferiu para sempre, a nós portugueses, o título de iniciadores da colonização de terras extra-europeias, desertas ou povoadas, bárbaras, selvagens ou civilizadas. Cabe-nos a honra, e essa honra devemo-la ao infante e aos herdeiros do seu pensamento, de termos feito o catálogo completo das instituições coloniais, pois todos os povos que vieram depois de nós, repetiram estas nossas descobertas, sem lhe juntarem um só traço, essencialmente novo. Achámos os tipos todos na massa plástica de um génio dominador que parece termos perdido. Achou o infante para as ilhas desertas, com a transplantação de colonos contratados, a introdução de culturas industriais exóticas, criando assim, na Madeira, principalmente, o primeiro tipo das colónias de emigração. Restaurou da Antiguidade fenícia e grega os resgates com os indígenas nas costas africanas e também o tráfico dos escravos; restaurou por igual dos antigos o tipo das colónias-feitorias, como a de Arguim, defendidas por uma fortaleza. Achou por fim o tipo das companhias de navegação e comércio, como foram as de Lançarote, tipo que, tendo iniciado a for-

tuna colonial da Inglaterra constituiu uma nação ainda viva, a Holanda.

Não pára aqui o inventário das descobertas coloniais portuguesas, embora acabe, com a morte, o quadro das invenções do infante. D. Afonso V, para se isentar do trabalho das navegações, celebrou os conhecidos contratos de Fernão Gomes para a descoberta e exploração da Guiné, e esses contratos são o tipo das concessões com delegação de soberania, espécies com a qual a Inglaterra levantou o edifício extraordinário do seu império da Índia. D. João II instituiu no Casamança e no Congo os primeiros protectorados sobre Estados indígenas, tipo agora seguido por todos, por ingleses, por holandeses, por franceses nos seus domínios de terras povoadas de raças inferiores. Instituiu mais no próprio Congo a colonização pelas missões, e em S. Tomé as colónias penais, ou colonização por degredados. E finalmente, quando o Oriente era nosso, os prazos em Moçambique, e os direitos dos casados de Goa, inventados por Albuquerque, criaram tipos novos de instituições destinadas a fixar os imigrantes cruzando-os com as populações indígenas.

Se o pensamento do infante, avassalando tudo, se tornou a própria alma portuguesa no século de ouro da nossa vida histórica tendo em si a visão do mundo ignoto, tinha com ela também a ideia clara, a ideia prática, dos modos de o dominar, reger e fecundar. Poderá alguém contestar a razão e o orgulho com que agora, quando nos resta apenas memorar tempos transactos, lhe fazemos a apoteose? Não.

Todavia há quem levante a sua férula de





pedagogo para castigar o homem por não ter sido bom, o que é verdade; atribuindo-lhe, porém, às acções, motivos determinantes que sòmente provam o acanhamento das vistas dos críticos detractores, e a sua ignorância do que é a natureza humana, esse misto indeterminável de sombra e luz, de grandeza e mesquinhez.

Acusam o infante de ter sido apenas um avarento ambicioso que «aproveitou a ciência e a actividade marítima dos portugueses, já assaz firmada, para o simples reconhecimento de um bocado de costa africana»; acusam-no de ter estabelecido a escravidão, como se ela não fosse ainda no século XV um facto geral em toda a Europa; acusam-no de ter convertido tudo em monopólio próprio. Esse homem, tão desapiedadamente cruel para com os seus, obedeceria ùnicamente ao instinto e à violência de um egoísmo obscuro e abjecto. Ora esse homem a quem os votos impediram de ter família e formar casa, e que portanto não podia ser desvairado pelos motivos naturais tantas vezes predominantes; esse homem que não era um avaro, nem um perdulário, que não era um sibarita nem um vaidoso, que vivia como um monge no seu cenóbio de Sagres, sem luxo, sem corte, sem ostentação nem galas: como pode admitir-se que obedecesse a motivos de um egoísmo estreito, quando tinha uma vida quase de asceta, e quando não tinha em volta de si família a quem legar as riquezas acumuladas? D. Henrique não era, como seu irmão o conde de Barcelos, um duro e ávido fundador de casa: a esse sim, a esse podem aplicar-se as críticas formuladas contra o Infante, a D. Henrique nunca, pois são inconsequentes. Era duro, era prático, era impe-

rioso, mas todos estes traços de carácter, em vez de os pôr ao serviço de um egoísmo obscuro, votara-os à missão magnífica, seara fecundíssima, cujas messes teriam por herdeiros Portugal, a humanidade.

Era seco, era desumano, mas, embora seja triste dizê-lo, são estas as qualidades ou os defeitos inerentes ao avassalamento de um cérebro por uma ideia, e à necessidade cruel da vitória na luta com os homens. Quem sabe como foi César, segundo Suetónio o pinta, quem leu em Plutarco a vida de Alexandre e nas suas próprias cartas a de Albuquerque ou a de Napoleão nas crónicas e memórias infinitas com que se lhe tem desenhado o retrato: reconhece logo que a caridade bondosa, a humanidade afectiva são causas certas de ruína para a acção prática da vida, embora sejam penhores seguros de vitória duradoura no espírito da gente agradecida. A santidade é em regra quase sem excepção o polo oposto do heroísmo. E quem, no decurso desta própria vida que acabámos de percorrer, comparar as fisionomias cândidamente boas de D. Duarte e D. Fernando, ou o aspecto luminosamente claro de D. Pedro, com a feição terrível de D. Henrique, verá logo a exactidão humana destas observações. A acção tem de ser descaroável; só à contemplação é dado ser lógica ou boa. O que uma tem de eficaz, tem a outra de poèticamente sublime.

E qual valerá mais: o heroísmo ou a bondade? O carinho ou a energia? Pergunta ociosa, porque no grande coro que os homens vão cantando èpicamente através dos tempos são indispensáveis todas as notas. A acção é a fé sem a qual se não levantam montanhas. A bondade





é o perfume doce sem o qual a vida seria insofrível. O próprio egoísmo é o construtor da riqueza; e até os néscios, quando são inocentes, têm o seu papel na orquestra, dando realce e pondo em relevo as qualidades eminentes dos homens.

Entre os heróis devorados por uma fé, e votados a uma acção desapiedada, reunindo em si à ânsia do propagandista a energia do conquistador, figura o Infante D. Henrique, mais ainda pelas consequências incomparáveis dos seus desígnios, mais ainda pelo carácter precursor do seu heroísmo do que pelo resultado efectivamente imediato da sua façanha. Não há portanto apoteose mais justa, nem mais cabida, pois se um Henrique foi o fundador desta nação outro Henrique veio, três séculos depois, abrir-lhe as portas da imortalidade.

Tenho dito.

# ÍNDICE

ACABOU DE SE IMPRI-
MIR ESTE LIVRO EM
NOVEMBRO DE 1954, NA
IMPRENSA LUCAS & C.ª
RUA DO DIÁRIO DE
NOTÍCIAS, 61 — LISBOA